



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA**

**ANÁLISE DA LINGUAGEM NA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E USO DA  
INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO ELEITORAL  
BRASILEIRO: LINGUAGENS VERBAIS E NÃO VERBAIS**

**Salvador  
2015**

**ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA**

**ANÁLISE DA LINGUAGEM NA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E USO DA  
INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO ELEITORAL  
BRASILEIRO: LINGUAGENS VERBAIS E NÃO VERBAIS**

Dissertação apresentada como requisito para adquirir o grau de Mestre em Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciências da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI).

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lídia Maria  
Batista Brandão Toutain

Salvador  
2015

S729a Souza, Isabel Cristina de Oliveira

Análise da linguagem na produção, circulação e uso da informação no desenvolvimento político eleitoral brasileiro: linguagens verbais e não verbais. Isabel Cristina de Oliveira Souza. 2015.

158fls. ; il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Lídia Maria B. B. Toutain  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Ciência da Informação, 2015.

1. Ciência da informação. 2. Eleições brasileiras. 3. Informação eleitoral. 4. Linguagens não verbais. I. Universidade Federal da Bahia. II. Instituto de Ciência da Informação. III. Título.

CDD 020.981

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA

**ANÁLISE DA LINGUAGEM NA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E USO DA  
INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO ELEITORAL  
BRASILEIRO: LINGUAGENS VERBAIS E NÃO VERBAIS**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientadora**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lídia Maria Batista Brandão Toutain  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Instituto de Ciência da Informação  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

---

**Membro Titular Externo**

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Departamento de Ciência da Informação  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)  
– Campus Marília

---

**Membro Titular Interno**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Zeny Duarte de Miranda  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Instituto de Ciência da Informação  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, 30 de abril de 2015

Ao meu Deus. Sem Ele eu nada faria porque Ele mesmo adverte em  
João: 15:15  
“Sem mim, nada podeis fazer”.

À Lúcia Moreira Vasconcellos (*in memoriam*), porque poucos fariam  
por alguém o que ela fez por mim.

A Ananias Alexandrino Vasconcellos Neto (*in memoriam*), por ter sido  
o primeiro a me incentivar a viver acima da mediocridade.

Ao meu esposo, Paulo, por respeitar meus caminhos e escolhas.  
À Terezinha, minha mãe, pelo incentivo.

Aos meus filhos: Larissa, Thiago, Leandro, Laender e Junior.  
Aos meus irmãos José Luís, Joaldo e Cláudia.  
Às minhas noras Hérica e Luana.

Aos meus netos: Agatha, Maria Paula, Heitor e os que estiverem no  
porvir...

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me cercou de todo cuidado e carinho proporcionando-me tudo o que era necessário para o desenvolvimento deste trabalho. Dessa forma, imprescindivelmente, Ele apresentou-me às pessoas certas, na hora certa e no lugar certo. E essas pessoas certas têm nomes: Jovenice, Geocivany, Luciano e Isabel. Com isso eu tive o privilégio de receber orientação tanto de profissionais e pesquisadores de minha área, a Ciência da Informação, quanto de várias outras áreas. Agradeço também a todo aquele que direta ou indiretamente colaborou para a realização deste estudo.

Claro que, como um todo, este trabalho não seria possível sem a dedicação, boa vontade e, principalmente, coragem, a palavra certa é essa, coragem, de minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lídia Maria Batista Brandão Toutain. Todavia, chamamos a responsabilidade de quaisquer erros ou interpretações discutíveis, que porventura tenham permanecido no texto, para a autora deste trabalho.

No mais, sobre o que eu tenho a agradecer e dizer sobre as dádivas que colhi pelo caminho responde diretamente às dúvidas daqueles que pensavam não haver mais tempo para esta façanha. Tudo isso pôde se concretizar porque ele, o inexorável tempo, foi-me dado de presente. Ele, o inexorável tempo, o maior presente que um ser vivente pode ter. Assim agradeço com este poema:

Tudo tem o seu tempo determinado  
E há tempo para todo o propósito debaixo do sol  
Há tempo de nascer  
E tempo de morrer  
Tempo de plantar  
E tempo de arrancar o que se plantou  
Tempo de matar  
E tempo de curar  
Tempo de derrubar  
E tempo de edificar  
Tempo de chorar  
E tempo de rir  
Tempo de prantear  
E tempo de dançar  
Tempo de espalhar pedras  
E tempo de ajuntar pedras  
Tempo de abraçar  
E tempo de afastar-se de abraçar

Tempo de buscar  
E tempo de perder  
Tempo de guardar  
E tempo de lançar fora  
Tempo de rasgar  
E tempo de coser  
Tempo de estar calado  
E tempo de falar  
Tempo de amar  
E tempo de odiar  
Tempo de guerra  
E tempo de paz!  
(Eclesiastes 3:1-8)

“Nem todos são capazes de simplesmente se deixar levar pelo fluxo da história. Alguns precisam parar e recolher o que foi ficando pela margem do rio...”

Jostein Gaarden



## RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar os recursos informacionais utilizados na condução dos processos eleitorais brasileiros, ao longo dos sufrágios, e estudar as práticas que identificam o uso do signo nas campanhas eleitorais, no intuito de alcançar seu principal objetivo que é o de identificar e analisar o uso da linguagem verbal e não verbal nos meios de produção e disseminação (circulação) da informação no processo político eleitoral brasileiro. A pesquisa parte de uma exposição histórico-científica como forma de identificar suas percepções por parte do usuário da informação política. Dentro desta proposta, apresenta os efeitos do uso da linguagem no desenvolvimento político eleitoral no que parte da República Velha e aporta na última eleição de 2014. Usou-se a metodologia da pesquisa descritiva cuja característica mais significativa é a da coleta de dados bibliográficos, estabelecendo-se a comparação de variáveis. Utiliza-se a técnica de análise de conteúdo temático de forma a contribuir para uma pesquisa qualitativa visando à inferência de conhecimento por meio da identificação de características específicas das mensagens e o significado desses conteúdos. Inclui sua fundamentação filosófica, teórica e suas associações e relações em seus contextos sociais. Busca-se deduzir, de maneira lógica, conhecimento sobre o emissor da mensagem e sobre o contexto em que esta foi emitida.

**Palavras-chaves:** Ciência da informação. Eleições brasileiras. Informação eleitoral. Linguagens não verbais.

## **ABSTRACT**

This work intends to analyze the informational resources adopted in the conduction of Brazilian electoral processes, during the suffrages, and study the practices which identify the use of the sign in the electoral campaigns, aiming to reach its main objective, which is to identify and analyze the use of verbal and non-verbal language in the means of production and dissemination (circulation) of information in Brazilian political electoral process. This research starts from a historical-scientific exposition as a way to identify its perception through the users of political information. Within this proposition, it presents the effects of the use of language in the political electoral development, from the Old Republic to last general election, in 2014. The methodology used was the descriptive research, its most significant characteristic is the collection of bibliographical data, establishing a comparison of variables. The technique of thematic content analysis has been used in order to contribute to a qualitative research aiming the inference of knowledge through the identification of specific characteristics of the messages and meaning of these contents. It includes the theoretical philosophical basis and its associations and relations in its social contexts. It is aimed to deduce, in a logical manner, understanding about the originator of the message and about the context in which the message was sent.

**Key words:** Information Science. Brazilian Election. Electoral information. Non verbal Language.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Aumento do contingente eleitoral com a chegada dos imigrantes	39
<b>Quadro 2:</b> Comparativo do crescimento do número de eleitores entre 1905 e 1912	48
<b>Quadro 3:</b> Comparativo do crescimento populacional após a imigração 1890-1930	48
<b>Quadro 4:</b> Programa da Disciplina Bibliografia – BN (1917)	72
<b>Quadro 5:</b> Algumas Editoras de oposição ao regime militar	95
<b>Quadro 6:</b> Alguns partidos e seus símbolos	119

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> A trajetória da informação no desenvolvimento político eleitoral brasileiro	30
<b>Figura 2:</b> Uma questão de informação: a quem interessava o analfabetismo?	38
<b>Figura 3:</b> O cidadão eleitor e o “voto de cabresto”	43
<b>Figura 4:</b> Símbolo do movimento integralista	52
<b>Figura 5:</b> Mulheres da AIB e suas braçadeiras com o símbolo do movimento	53
<b>Figura 6:</b> Bandeira do estado de São Paulo	55
<b>Figura 7:</b> Bandeira do estado do Rio Grande do Sul	55
<b>Figura 8:</b> Informação eleitoral voltada para as mulheres	60
<b>Figura 9:</b> Primeira participação feminina em um pleito eleitoral brasileiro	61
<b>Figura 10:</b> Vargas e seu principal meio de circulação da informação	64
<b>Figura 11 :</b> Vargas, primeiro brasileiro a ilustrar a capa revista Time	66
<b>Figura 12:</b> Foto com a censura do DIP	66
<b>Figura 13:</b> Livreto “O Brasil Novo”: Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira	67
<b>Figura 14:</b> Modelo da Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver	69
<b>Figura 15:</b> O ambiente da interação na construção do conhecimento	75
<b>Figura 16:</b> Símbolo de Jânio 1961	80
<b>Figura 17:</b> Símbolo de Mário Covas 1961	80
<b>Figura 18:</b> Condecoração de Che Guevara	83
<b>Figura 19:</b> Grã Cruz	83
<b>Figura 20:</b> Uma atitude simbólica e sua influência na produção e circulação da informação	84
<b>Figura 21:</b> A viagem de João Goulart à China	84
<b>Figura 22:</b> Despedida da democracia em Brasília após a implantação do regime militar	85
<b>Figura 23:</b> Sindicalista obrigado a despír a camisa vermelha em via pública em 1968	86
<b>Figura 24:</b> Revista norteamericana censurada em 1975	87
<b>Figura 25:</b> Logomarca da novela Geração Brasil Globo 2014	92
<b>Figura 26:</b> Livro censurado de Fernando Henrique Cardoso	95
<b>Figura 27:</b> Famoso encontro entre Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda	96

<b>Figura 28:</b> Propaganda proibida pelo TSE na campanha eleitoral de 1989	99
<b>Figura 29:</b> FHC e Lula distribuem panfletos a operários em 1978	101
<b>Figura 30:</b> Presidenta Dilma e Ex Presidente Lula comemoram vitória da reeleição em 2014	104
<b>Figura 31:</b> A informação em cima do muro	112
<b>Figura 32:</b> Campanha para governador do estado da Bahia em 2014: a informação...	114
<b>Figura 33:</b> “... e a turma da água”	114
<b>Figura 34:</b> Formação da opinião individual pelo modelo Cid Pacheco	116
<b>Figura 35:</b> Formação da opinião individual pelo modelo Cid Pacheco	117
<b>Figura 36:</b> A importância do “interdito” na sinalização	118
<b>Figura 37:</b> Um momento da campanha da candidata à reeleição Dilma Rousseff	123
<b>Figura 38:</b> A presidenta Dilma Rousseff após a confirmação de sua reeleição em 2014	123
<b>Figura 39:</b> A presidenta Dilma Rousseff no dia seguinte à reeleição no Jornal Nacional	123

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABI** - Associação Brasileira de Imprensa

**ABIN** – Agência Brasileira de Inteligência

**ABRAJI** - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

**ADP** - Ação Democrática Parlamentar

**AIB** - Ação Integralista Brasileira

**CGT** - Comando Geral dos Trabalhadores

**CPC** - Centro Popular de Cultura

**CSN** – Conselho de Segurança Nacional

**DEM** – Democratas

**DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda

**DOPs** – Departamento de Ordem Política e Social

**FFLCH** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso

**IBAD** - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBOP** - Instituto Brasileiro de Opinião Pública

**IIB** - Instituto Internacional de Bibliografia

**MIT** - Instituto de Tecnologia de Massachusetts

**NITICs** - Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

**OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil

**PDT** – Partido Democrático Trabalhista

**PETROBRAS** – Petróleo Brasileiro S.A.

**PHS** – Partido Humanista da Solidariedade

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PMN** – Partido da Mobilização Nacional  
**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
**PP** – Partido Popular  
**PPS** – Partido Popular Socialista  
**PR** – Partido da República  
**PRN** – Partido da Reconstrução Nacional  
**PRP** – Partido Republicano Progressista  
**PROS** – Partido Republicano da Ordem Social  
**PRTB** – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
**PSB** – Partido Socialista Brasileiro  
**PSC** – Partido Social Cristão  
**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira  
**PSL** – Partido Social Liberal  
**PSOL** – Partido Socialismo e Liberdade  
**PSTU** - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**PTN** – Partido Trabalhista Nacional  
**PV** – Partido Verde  
**RBV** - Repertório Bibliográfico Universal  
**SINTEPAV** - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada na Bahia  
**SNI** - Serviço Nacional de Informações  
**TSE** - Tribunal Superior Eleitoral  
**UFBA** - Universidade Federal da Bahia  
**UNE** - União Nacional dos Estudantes  
**USP** – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2</b>	<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEMIÓTICA</b> .....	19
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	28
<b>4</b>	<b>PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO ELEITORAL NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: LINGUAGENS VERBAIS E NÃO VERBAIS</b> .....	31
4.1	NA REPÚBLICA VELHA .....	41
4.2	DURANTE O PRIMEIRO PERÍODO DO GOVERNO VARGAS .....	57
4.2.1	<b>Segundo período do governo Vargas: seus aspectos simbólicos</b> .....	76
4.3	DURANTE OS GOVERNOS POPULISTAS: SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS ....	79
4.4	DURANTE O GOVERNO MILITAR .....	85
4.4.1	<b>A produção e circulação da informação durante o regime militar e a utilização das artes híbridas</b> .....	88
4.4.2	<b>Os livros e o regime militar</b> .....	94
4.5	A REDEMOCRATIZAÇÃO E A NOVA REPÚBLICA: SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS .....	97
<b>5</b>	<b>A INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL DE HOJE: A ERA VIRTUAL</b>	106
5.1	A INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL DE HOJE: AS PESQUISAS DE OPINIÃO .....	114
5.2	OS SÍMBOLOS DENTRO DO PROCESSO POLÍTICO ELEITORAL BRASILEIRO NA ATUALIDADE .....	119
<b>6</b>	<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR O TRABALHO</b> .....	124



REFERÊNCIAS ..... 125

ANEXOS ..... 137

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo pretende mapear a trajetória da informação nos processos político-eleitoral brasileiro da passagem do império para república até os dias atuais por meio da análise dos recursos informacionais utilizados na sua condução ao longo dos sufrágios.

O interesse pelo tema surgiu a partir das vivências, como uma eleitora ativa que acompanha a movimentação de eleitores e candidatos em vários desses processos, compondo inclusive, por vários sufrágios, a mesa de votação. Tal experiência se deu tanto em locais onde a população é constituída, em sua maior parte de pessoas com baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade, tanto como em locais de classe média alta em várias cidades do Brasil.

Em dado momento surge também da observação e acompanhamento dos grupos de discussão, onde eleitores disseminam informações, tramitam ideias, questionam, expõem as suas dificuldades, suas experiências, discutem pontos importantes na tentativa de desenvolver a melhor forma possível de escolher seus representantes junto aos poderes públicos.

Dessa vivência nasceu o interesse em analisar os meios de produção, circulação e uso da informação ocorridos ao longo dos processos políticos eleitorais brasileiros, com ênfase no uso das linguagens não verbais, pelo caráter intrínseco do objeto que remete para a necessidade de se estudar, juntamente, as práticas que identificam o uso do signo no processo de gerenciamento da informação durante o período de eleições.

Por este enfoque, essa proposta de estudo procura estender sua investigação ao papel desempenhado pelos cientistas da informação em sua compreensão sobre os conceitos, princípios e valores intrínsecos do uso das fontes de informação em relação à comunicação e uso das formas de linguagens verbais e não verbais, nas comunidades nacionais, durante os processos eleitorais.

Com base nestes pressupostos, o ponto de partida desta pesquisa constitui-se, então, em saber como houve e, a partir de que momento, o eleitorado começou a participar das mudanças em torno do processo informacional envolvido na questão. O ponto de chegada ampara-se no resultado encontrado no uso desta informação e sua ação no controle social do cidadão na gestão da informação eleitoral.

Para desenvolver os princípios norteadores desta pesquisa, o trabalho foi dividido em cinco capítulos:

No capítulo 1, trata-se da introdução e, como o tópico já diz, dá-se o vislumbre dos

itens desenvolvidos acerca do tema da pesquisa.

No capítulo 2, evidenciam-se as questões que versa sobre a conceituação da Ciência da Informação (CI) destacando-se de início seu conceito semântico-discursivo onde autores como Gomes (2014), Inazawa (2012), Barreto (2007), Kobashi (2003), Robredo (2003) e Capurro (2003) refletem sobre o ponto de vista epistemológico da Ciência da Informação e das barreiras enfrentadas juntamente com as ciências ditas, ciências novas, para se legitimar como tal. Em seguida, em Santaella (2012), Merrel (2012), Epstein (2007) e Eco (1984) faz-se uma inter-relação analógica na perspectiva do entendimento do signo como contribuição efetiva para identificação dos pontos de convergência entre Semiótica e Ciência da Informação.

O capítulo 3 apresenta o percurso metodológico da pesquisa e faz a demonstração da metodologia traçada para atender as questões relacionadas aos objetivos que a norteia, a saber, a Técnica da Análise das relações e a Técnica da Análise do Discurso.

O capítulo 4, descreve e analisa a produção e circulação da informação eleitoral no desenvolvimento político brasileiro, linguagens verbais e não verbais, apresentado em seus vários contextos de épocas e seus respectivos governos começando pela república velha e aportando na era atual nas eleições de 2014.

No capítulo 5, trata-se da informação eleitoral no Brasil de hoje com ênfase no rápido crescimento do uso da internet em campanhas eleitorais nas democracias ocidentais, a chamada era virtual. Em Aggio (2013), (Iasulaitis, 2013), Jambeiro (2013), Marques (2013), Borges (2012), Camargo (2000) e Silveira (1982) observam-se sobre o uso da informação em campanhas eleitorais on-line e suas muitas perspectivas como um novo meio de circulação e mediação da informação em política eleitoral. Dando continuidade, no mesmo capítulo, em Nogueira (2014), Pereira; Ceolin (2014), Santaella (2008) e Moreira (2006) estudam-se sobre os símbolos dentro do processo político-eleitoral brasileiro na atualidade.

Seguem ao último capítulo algumas considerações a respeito do trabalho e as referências utilizadas.

## 2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEMIÓTICA

Neste atual contexto social de um mundo cada vez mais globalizado e, tecnologicamente conectado, podemos dentro de uma discussão semântico-discursiva conceituar a Ciência da Informação dentro da sua forma mais clássica que remete para uma definição que a confirma como uma ciência que tem como objeto a produção, organização, seleção, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transferência e uso da informação. E é o reconhecimento desta afirmação por parte de um grande número de pesquisadores que nos legitima a utilizar este conceito como base de estudo dos elementos fundamentais para mudanças significativas, relevantes, duradouras e de diferencial competitivo como é o caso dos pleitos eleitorais.

Dentro dessa reflexão, Barreto (2007, p. 27) propõe que, “com o foco na relação da informação e do conhecimento modificou-se a importância relativa das gestões de estoques de informação passando-se a apreciar a ação da informação na coletividade”. Para Gomes (2014), conhecimento, vai além, é o que resulta do esforço de comunicação. Segundo esta pesquisadora nós não construímos esse conhecimento sozinhos e, além disso, propõe que o que sabemos é obra do que aprendemos, compartilhamos ou adquirimos de outros pensadores. E assim ela conclui que é nesse processo de interação e interlocução que se desenvolve o conhecimento de cada um. O que faz da informação o resultado do esforço de compartilhar.

É interessante observar que, do ponto de vista epistemológico, a Ciência da Informação enfrenta as mesmas barreiras enfrentadas pelas ciências ditas, ciências novas. A informação, como um dos pilares da Ciência da Informação assume, segundo Kobashi (2003, p.7), importância primordial na cultura contemporânea. Todavia é fundamental, segundo a autora, que se identifique na informação o seu objetivo específico. Algo que substitua, de forma compreensiva, as explicações “mecânicas e funcionalistas” que, apesar de largamente difundidas, tem produzido mais “dúvidas e imprecisões que soluções”.

Em face desta afirmação a autora acrescenta que “o passo fundamental para propiciar a aludida compreensão é explorar os traços característicos da informação na contemporaneidade”. Dentro deste contexto ela enfatiza que

[...] ao contrário do bem material, a informação é um bem simbólico, porque se elabora, organiza e circula no interior da linguagem. Ainda ao contrário do bem material, o uso da informação não se esgota. Mas

tanto o bem material, como o simbólico, necessita de um elemento de troca. (KOBASHI, 2003, p. 7).

Assim, pelo que podemos observar, atualmente a Ciência da Informação ainda divide as opiniões acerca das bases epistemológicas dos profissionais que estão inseridos em sua área. Todavia, vou me ater aqui ao analisado por Capurro (2003, p. 7) acerca da abordagem paradigmática dessa ciência.

a) A primeira versa sobre o paradigma físico pelo qual se observa o contexto tecnológico da área. Sobre tudo que envolve as tecnologias da informação, focando basicamente nos sistemas informatizados juntamente com suas máquinas para processamento e avaliação de informação.

b) A segunda versa sobre o paradigma cognitivo que se reporta ao usuário de forma individualizada. Sem se ater ao seu contexto social comunitário ou do meio ao qual ele faz parte.

c) O terceiro é o paradigma social que também se reporta ao usuário, porém, neste contexto, já há uma preocupação em analisá-lo em seus processos cognitivos. Há uma preocupação com o contexto social onde ele está inserido. Por isso esse paradigma também é classificado por alguns pesquisadores como sócio-cognitivo.

Portanto, faz-se necessário apontar neste trabalho, esta discussão, nestes anos do século XXI que estão voltados para a preocupação com as transformações da informação e das tecnologias da informação e comunicação que a cercam.

Outro discurso abrangente, que não pode ficar de fora, trata do caráter intrínseco de interdisciplinaridade que envolve a Ciência da Informação. É fato que toda ciência dialoga com outra sem perder suas características próprias. Ela precisa desse diálogo para uma identidade comum e até para legitimar suas características básicas. Porém há um trânsito apenas dentro das afinidades. E essa é uma das características mais contributivas da Ciência da Informação: A capacidade que ela tem de se interar com o meio sem perder as suas características próprias. (FIALHO, 2012).

Dentro deste contexto de interdisciplinaridade, escolhemos para ilustrar este trabalho um dos exemplos de abordagem conceitual que trata de uma das maiores contribuições para a Ciência da Informação que veio do conceito de Shannon e Weaver.

Situada dentro da cibernética, a teoria matemática da informação foi uma das primeiras teorias a separar com nitidez a informação da significação onde a informação aparece mediante um conceito de probabilidade. Dentro dessas questões técnicas, segundo Ilharco (2012, p.1) ela opera com os conceitos que seguem:

- a) Ruído – Tudo o que foi acrescentado à mensagem como interferências e distorções, intencionais ou não, provinda do que foi emitida pela fonte, mesmo que esta não tenha tido essa pretensão.
- b) Redundância – É a repetição da informação sem, contudo, dirimir ou reduzir a incerteza devido à sua previsibilidade.
- c) Entropia – De acordo com seu conceito oriundo da termodinâmica o universo evolui da organização para o caos. O papel da informação então é o de reduzir a incerteza e combater a entropia.
- d) Imprevisibilidade - Intuitivamente uma mensagem tem tanta mais informação quanto maior for o seu grau de aleatoriedade ou imprevisibilidade. E foi dessa forma, preocupado em filtrar as mensagens nos canais de rádio, que Shannon acabou criando uma medida para identificar o grau de incerteza em canais de informação. Assim Shannon emprestou a ideia de Entropia da Física para organizar a teoria da informação matemática. A originalidade da ideia consiste em medir a chamada entropia da informação em frases, textos e sinais de transmissões digitais.

Vale ressaltar o reconhecimento por parte dos estudiosos, de que há muitas discussões em torno da amplitude e complexidade quando se propõe reflexões epistemológicas que envolvam o processo de comunicação dentro da Ciência da informação. Inazawa; Baptista (2012, p. 2) admite que “algumas considerações são imprescindíveis antes de se pensar em definições para o termo ‘comunicação’.” Assim eles enumeram que

[...] a primeira consideração é sobre a imprecisão terminológica nas definições encontradas na literatura em ciência da informação. [...] A segunda consideração necessária a se fazer é analisar alguns equívocos em Barreto (2005), sobre a diferença que há na ideia de ‘comunicação’, no que se refere ao modelo Shannon e Weaver no domínio das ciências da comunicação e da ciência da informação. A terceira é sobre a diferença entre comunicação e transferência da informação, cujas definições são largamente utilizadas na literatura de ciência da informação, e que, por suas similaridades, são usadas, algumas vezes, como sinônimas. (INAZAWA; BAPTISTA, 2012, p.2).

Para avaliar o grau de heterogeneidade que permeia na literatura temática acerca desse modelo citamos como exemplo Robredo (2003, p.18) para quem este “modelo ilustra também como o processo de comunicação pode sofrer, em cada uma das etapas intermediárias, a interferência de ruídos, sinais irrelevantes e obstrutivos”. Voltando à vertente de estudo mais próxima à ótica da ciência da informação que vem de Inazawa; Baptista (2012, p. 173), vemos um parecer, segundo o qual, o paradigma físico da recuperação da informação foi “uma das razões pela qual a ciência da informação se valeu, em um primeiro momento, do modelo de comunicação de Shannon e Weaver”.

A partir deste ponto, de maneira a conduzir o elo entre a semiótica e a ciência da informação, apresenta-se a ideia de Toutain (2007, p.92) sobre a proposta de Le Coadic quando ele conceitua que “a informação é um significado que é transmitido através da mensagem escrita por meio de signos”. Também, que este elemento de linguagem constitui intencionalmente “duas funções: a documental e a simbólica”. Como a ciência lida com conceitos é natural que haja essa interpretação dualizada porque, afinal, como já dissemos, neste contexto, ela está imbuída do caráter intrínseco de interdisciplinaridade que envolve a Ciência da Informação.

Dentro desta concepção, o primeiro cuidado que devemos ter antes de estabelecer parâmetros para o entendimento dos estudos semióticos à luz da Ciência da Informação é o mesmo que devemos ter quando damos um caráter introdutório sobre qualquer investigação científica: identificar o seu caráter epistêmico. Quando fazemos interpretações a partir de um ponto, ou viés, de representação histórica, como é o caso deste trabalho, utilizamos um processo consciente de transmissão da informação por onde associamos classes de fenômenos mediados por códigos culturais. Então, em nossas observações, fazemos a ligação de duas classes de fenômenos, a saber, a classe dos significantes e a dos significados. Ao interpretá-los, dentro de seu contexto histórico, estamos experimentando “uma das maiores invenções humanas” que são os signos. (EPSTEIN, 1997, p.16).

Mas, afinal, o que é o signo?

Os signos são entidades tão centrais e importantes em semiótica quanto os átomos em física, as células em biologia ou os números em matemática. [...] Classificar as várias modalidades ou espécie de signos têm sido uma preocupação constante no trabalho dos filósofos ao longo da História. As redes conceituais destinadas a captar necessária e suficientemente os atributos dos signos têm sido às vezes arbitrárias, e os termos mais usados para designar as espécies de signos como “símbolos”, “sinais”, “índices” etc. não tem o mesmo sentido para os vários autores que tratam o assunto. (EPSTEIN, 1997, p.16).

Neste ponto de inflexão concluímos que a mensagem estética fornecida pelas imagens dos registros históricos deixam suas marcas como representação de um signo, ou, conjunto de signos. Do ponto de vista científico, sabe-se que esses registros com todos os seus signos e símbolos formam um verdadeiro legado para a semiologia.

Em termos cronológicos, a ciência dos signos propriamente dita só veio mesmo a se firmar no final do século XIX e início do século XX quando Ferdinand de Saussure, na Europa, e Charles Sanders Peirce, nos Estados Unidos da América, começaram a produzir o que se pode chamar de ciência dos signos. Ambos viviam completamente em mundos individuais. A popularidade de Saussure (1857-1913), nessas últimas décadas, testemunha a importância do seu trabalho. Vale lembrar que, antes de tudo, Saussure foi aclamado como o precursor da linguística. Como o homem que estruturou o estudo sistemático da linguagem nos moldes linguísticos como ficou conhecido no século XX. Depois então é que ele ficou reconhecido como aquele que ajudou a promover a semiologia. (MERREL, 2012, p. 26).

Em poucas palavras, a semiologia inspirada em Saussure tem sido geralmente, embora não sempre, considerada como estrutural e sua meta declarada é a descrição de um objeto de estudo cujo *corpus* é estático e fechado. Em contraste, a semiótica de Pierce é processual de ponta a ponta e está perpetuamente aberta. (MERREL, 2012, p. 63).

Sobre Peirce (1839-1914), vale lembrar que se ao se tratar de percepção dos fenômenos compreende-se que todos os estudos sobre as linguagens não verbais remetem para sua vida que, embora distanciada de Saussure pelas datas de nascimento e morte, foram, por assim dizer, contemporâneos, mesmo com dezoito anos de diferença.

Peirce foi um autor praticamente desconhecido para a comunidade científica de sua época. Só a partir de 1945 que ele foi reconhecido como uma das grandes figuras da semiótica e como o fundador da moderna teoria dos signos. Basta dizer que em setembro de 1989 comemorou-se o sesquicentenário de seu nascimento num congresso internacional na



Universidade de Harvard onde mais de quatrocentos estudiosos de variadas disciplinas e de variados países se reuniram para homenageá-lo. (MERREL, 2012, p. 27).

Para descrever o signo peirciano, do ponto de vista de um estudioso neófito, pode-se apontar para seu modelo mais fundamental que consiste na tricotomia composta por ícones, índices e símbolos. Estes formam elementos triádicos amplamente disseminados pela literatura semiótica e que não podem ser mencionados sem evocar a figura de Peirce como criador desta distinção. Santaella (2012) discorre sobre esta convenção elegendo-o como o eixo principal da obra peirciana. A autora, que dedicou boa parte de tempo na pesquisa de seus escritos ao esclarecimento preciso sobre esses três modos de funcionamento do signo, considerou-os como formas de representação fenomenológicas dos objetos observados. Em seguida, após muitos anos, preocupada e envolvida junto aos escritos de Peirce, chegou a conclusões voltadas especificamente para a função epistêmica desempenhada pelos ícones. Particularmente nos processos que regem a criação na ciência e na arte. Baseada nestes estudos ele admite que um:

- a) Ícone - é fruto de um potencial da mente para produzir configurações que não são copiadas de algo prévio, mas brotam sob o governo incontável das associações.
  
- b) Hipoícone – Trata-se de um tipo de representação mais frágil que o símbolo e até o índice, porém pode agir propriamente como signos porque representa algo.
  
- c) Índice – São os tipos de signos que podem ser mais fartamente exemplificados. Diferentemente dos ícones independem de hipotéticas relações de similaridades. São os sin-signos com os quais nos confrontamos em nosso dia a dia: termômetros, barômetros, bússolas, jeito de andar, forma de falar, jeito de olhar.
  
- d) Símbolo – Por último Santaella diz que a virtude do símbolo está na generalidade da lei, regra, hábito ou convenção de que ele é portador e que a sua função como símbolo dependerá precisamente dessa lei ou regra que determinará seu interpretante. Por fim ela enfatiza que ele é em si mesmo apenas uma mediação, um meio geral para o desenvolvimento de um interpretante.

Em face dessas exemplificações, Eco (1984, p.22) evidencia oportunamente que “o signo é uma entidade demasiado vasta, e que na mesma unificação de semiótico e simbólico encontra-se, não obstante as diferenças terminológicas que contrapõe o semiótico ao simbólico”. Visto por esse ângulo fica claro que semiose implica em mediação, pois, no bojo desta questão entendemos que

[...] a informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em suporte espaço-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. O objetivo da informação é a apreensão de sentidos ou seres em sua significação. [...] O diálogo, componente básico de todo sistema de informação, é a interação do usuário e o sistema, diretamente ou por intermédio de um terceiro. (VARELA, 2007, p.34).

Santaella (2012, p. 90-101) evidencia essa inter-relação e faz uma analogia das tríades na história do pensamento entre: A tríade de Peirce, a tríade no Tao, as tríades das tabelas Kantianas e as tríades dos estágios do pensamento em Hegel. Nesta obra, Santaella define acerca dessa tricotomia de acordo com a qual inteligir logicamente esses entrecruzamentos é, para Peirce, a função da semiótica. Desse modo ela afirma que, secundidade, é antes de tudo, conflito entre duas qualidades. Daí por diante a consideração que ela faz sobre essa tricotomia guia-se por variantes categorizadas como Quali-signo, Sin-signo e Legi-signo que, em um nível mais elementar, Pierce diz existirem dessa forma:

a) Quali-signo – Nesse caso Santaella explica que o quali-signo tem muito a ver com o educar. É a própria desconstrução do “faça o que eu digo e não o que eu faço” e que então passa a ser “faça o que eu faço e não o que eu digo”. É a qualidade de uma conduta falando mais forte que um receituário previamente estabelecido. Então chegamos à conclusão que os quali-signos são quase signos em si mesmos, pois geram seus próprios interpretantes.

b) Sin-signo – O prefixo *sin* sugere a ideia de único, singular, aqui e agora. Vale lembrar que Peirce também se referiu a esse prefixo como um objeto de experiência direta. Assim como qualquer coisa que compele nossa atenção. Constata-se aí uma indicação de que o sin-signo é em si algo material, real e concreto de representar um objeto. São índices dos objetos que representam.

c) Num legi-signo admite-se que haja um poder que lhe é próprio de agir semioticamente. Sua identidade particular se dá pela margem de signos interpretantes que é capaz de gerar. Visto por este ângulo pode-se afirmar que os legi-signo são por natureza leis, convenções quando se pensa na relação deles com o objeto por gerarem interpretantes determinados e fechados em forma de argumento. (SANTAELLA, 2012, p. 90).

Uma vez aqui apresentados os modelos fundamentais de signo vale lembrar que não só das díades saussurianas e nem das tríades peircianas vive a função sígnica. Dentro desse cenário, podem surgir, no decorrer de pesquisas, linhas tênues nos pontos de investigação. E isso é um processo muito comum na Ciência da Informação. Tanto por sua origem como ciência interdisciplinar já delineada, quanto por sua característica de abordagem científica dos fenômenos que abrangem a comunicação do conhecimento e do uso e necessidades de informação.

E ao pensarmos desta forma, entendemos que quando Peirce enquadrou a perspectiva do entendimento humano atribuindo ao signo o sentido advindo do primeiro contato, (primeiridade), seguido do objeto (secundidade), passando para o do interpretante (terceiridade), contribuiu efetivamente para que esta ciência traduzisse a ação do profissional de informação em identificar os pontos de convergência entre Semiótica e Ciência da Informação.

Assim, conclui-se que tal entendimento se dá a partir da própria capacidade da Ciência da Informação de compreender os fenômenos informacionais, o que faz dela uma ciência que articula uma aproximação consciente dos distintos campos de conhecimento.

Por essa linha de raciocínio podemos dizer que a mensagem estética fornecida pelos símbolos, durante as campanhas eleitorais, pode ser referenciada como representação de um signo, ou, conjunto de signos.

Afinal, se levarmos para a configuração sígnica de nossos dias, podemos fazer uma comparação a partir do impedimento legal que nos proíbe de adentrar o recinto da seção de votação praticando qualquer ato que se configure como propaganda ou aliciamento eleitoral, mas, que, no entanto, a própria cor da camisa de alguns eleitores, por si só, já representa seu papel semiótico no processo. Desta forma, conclui-se, que da compreensão que temos sobre os símbolos usados em campanhas eleitorais, pode-se ser entendê-los como interlocutores e mediadores de uma informação compartilhada de forma peculiar por meio de linguagens não

verbais. Finalmente, Merrel (2012, p. 27) esclarece que como Saussure, Peirce não deixou nenhuma obra publicada. Tudo que se refere aos seus escritos foi produzido a partir de “milhares de manuscritos que nunca foram publicados durante sua vida”.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia traçada para este projeto visa atender as questões relacionadas aos objetivos norteador da pesquisa no que se faz necessário o uso de Análise de Conteúdo. Como enfatiza Bardin (2009, p. 39),

[...] dois tipos de documentos podem ser submetidos a análise: documentos naturais, produzidos espontaneamente na realidade; e documentos suscitados pelas necessidades de estudo (por exemplo: respostas a questionários de inquéritos, testes, experiências, etc.).

A partir desse princípio, a proposta da análise de conteúdo é identificar e classificar, de modo objetivo, as unidades de sentido existentes no texto. Quanto maior a precisão e rigor na ordenação das unidades de sentido mais possibilidade haverá para o “pesquisador controlar suas perspectivas, ideologias e crenças, ou seja, controlar sua própria subjetividade, em prol de uma maior sistematização, objetividade e generalização dos resultados obtidos.” (OLIVEIRA, 2003, p.6).

O objetivo do estudo foi “investigar como a informação eleitoral foi produzida, circulada e mediada durante o desenvolvimento político brasileiro” para ver como se faz a leitura das mensagens políticas veiculadas. Procurou-se extrair o signo (significante e significado) ou as características gerais dos veículos publicitários que fazem parte do processo.

O estudo não teve como propósito a verificação de quem lê, mas, considerou-se uma análise do conteúdo compreendida como análise temática do significado por um grande público, ou seja, o eleitor brasileiro.

Desta forma, este tratamento do objeto permitiu o conhecimento da imagem que os políticos percebem de seus possíveis eleitores.

Desenvolvido por este aspecto citado constou de:

- ✚ Um levantamento do universo das publicidades políticas para presidência da República no Brasil, e os signos utilizados pelos partidos políticos através do reconhecimento de seu uso da forma mais abrangente possível;
- ✚ Realização de uma amostragem, com o acompanhamento dos noticiários nas mídias impressas (jornais, revistas e tabloides); digitais (estratégias em internet, *mobile*

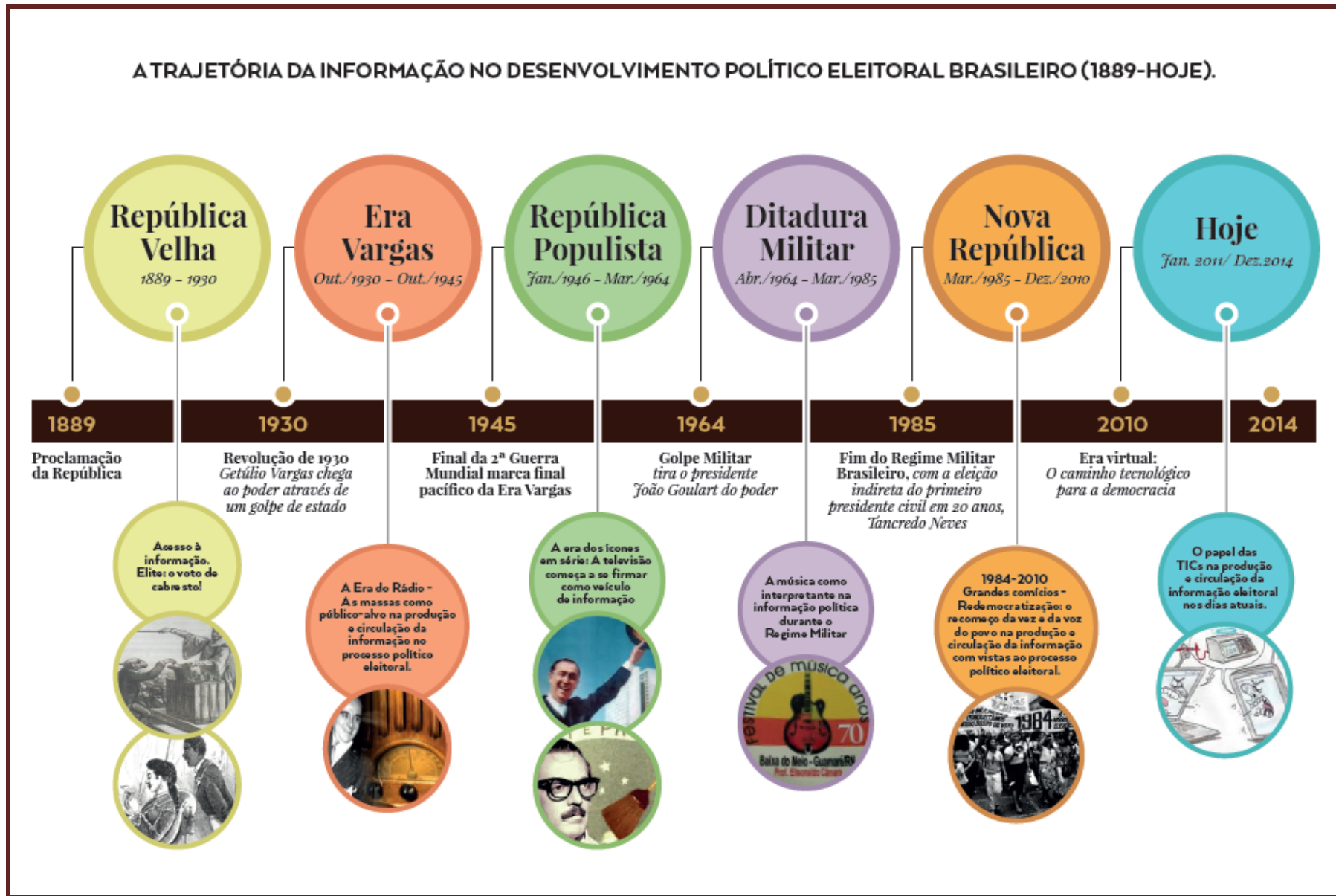
*marketing*, campanhas via SMS, Whatsupp, entre outros); WEB (Publicidade online, Mail marketing, Páginas personalizadas, Mídias sociais, entre outros) utilizada nas propagandas dos candidatos para presidência da República no Brasil, e os signos utilizados pelos partidos políticos da Campanha Civilista de Ruy Barbosa até o momento atual.

✚ Sustentação dos pontos levantados através de leituras, no campo da informação e comunicação de massa;

✚ A última etapa foi compreender o fenômeno, (do significado e significante), relacionando-as às etapas anteriores e as redações encontradas, que possibilitou desenvolver conhecimento, como cita Bardin, (2009, p.120) o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Dentre os métodos de Análise de Bardin utilizou-se:

a) **A técnica da Análise das relações:** Técnica que procura identificar e extrair do texto as relações entre elementos da mensagem e a análise de frequências simples, ou seja, procura a associação de dois ou mais elementos no texto, atendo-se às relações que eles mantêm entre si, a partir da análise de coocorrências.

b) **A técnica da Análise do discurso:** Técnica que explicita a estrutura e processo de produção e busca-se articular os discursos com as práticas sociais, dentre outros. As linguagens não verbais, associada ou não ao texto, proporcionam a compreensão da unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem caracterizada pela grande dimensão que compõem essas unidades como um todo. São segmentos de texto que permitem compreender a significação das unidades de registro, de uma frase que faz sentido por si só. Tomaram-se como base os processos seletivos dos primórdios da república, a saber, a mais explícita que foi a campanha civilista de Ruy Barbosa em 1910, até à campanha de reeleição da presidenta Dilma Rousseff em 2014. Para finalizar, foi feita a leitura da linguagem visual dos signos utilizados atualmente pelos partidos políticos.



Fonte: - Adaptação dos estudos realizados após análise do capítulo 4

#### **4 PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO ELEITORAL NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: LINGUAGENS VERBAIS E NÃO VERBAIS**

De acordo com os estudos efetuados por Nicolau (2012, p. 7) “o Brasil possui, atualmente, o quarto maior eleitorado do planeta perdendo apenas para Índia, Estados Unidos e Indonésia”. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que, mesmo com esse volume de público votante, espalhados em um país que ocupa igualmente um dos maiores territórios do mundo, se consegue escolher os representantes dos principais postos da nação através de um processo que divulga seus resultados praticamente poucas horas após o término.

No esteio destas questões ressaltamos que, do império aos dias atuais, muitas mudanças ocorreram no cenário político brasileiro (vide figura 1) e, conseqüentemente, em seu sistema eleitoral. O intuito sempre foi o de tentar dirimir graves problemas. O maior deles são as fraudes eleitorais. Nesse sentido, foram suscitadas questões importantes no que se refere à materialização da informação dentro de seus contextos de épocas. Assim, fica evidente, a partir desta perspectiva, que ao longo dos processos eleitorais brasileiros as formas de fazer essas informações chegarem até o eleitorado e de se constituírem mediadores dessas informações entre legisladores e eleitores, na prática política, multiplicaram-se ganhando novos contextos. (NICOLAU, 2012).

Fica claro que isso aconteceu pelo inevitável predomínio perceptível dos meios disponíveis de cada época específica para o tratamento dado às informações produzidas a cada sufrágio.

No entanto, com base nessas reflexões, nota-se que é necessário, o desenvolvimento de uma educação, de uma instrução específica para que haja, por parte do eleitorado, uma apropriação das informações desenvolvidas a cada mudança.

Todavia, antes de darmos prosseguimento a este estudo dentro dos contextos de épocas, no tocante às mudanças, tomamos emprestada a reflexão de Davenport (2003, p.123) quando ele enfatiza que mesmo que haja a transmissão e a absorção do conhecimento, “juntas não têm nenhum valor útil se o novo conhecimento não levar a alguma mudança de comportamento”.

Diante deste raciocínio, torna-se fundamental compreender o espírito das épocas para conseguirmos desenhar melhor a essência dos procedimentos posteriores. Desta forma voltamos ao passado para entendermos melhor sobre as eleições a partir do cenário



desenrolado antes da proclamação da República.

Assim, quando o Brasil fazia parte do reinado ibérico, e era reconhecido apenas como uma província de ultramar estava sujeito às leis vinda daquela Península. E então,

[...] do século XVI ao começo do XIX a vida administrativa de Portugal e de suas colônias era regulamentada por um conjunto de normas conhecido como Ordenações do Reino. A mais duradoura delas, as Ordenanças Filipinas, de 1603, que vigorou durante o período colonial brasileiro, trazia um segmento específico sobre as eleições para os diversos cargos para a administração das vilas e cidades. [...] Aos vereadores cabia cuidar da manutenção da localidade. Os procuradores serviam como tesoureiros (onde não houvesse tais cargos) e cumpriam as deliberações dos vereadores. As eleições aconteciam a cada três anos (embora os mandatos durassem apenas um ano) eram indiretas. (NICOLAU, 2012, p. 13).

Nesses processos eleitorais eram “os homens bons” e o povo que elegiam os eleitores, que, por sua vez, escolhiam os juízes, os vereadores e procuradores. Os “homens bons” tinham que possuir os seguintes requisitos:

- Ter mais de 25 anos;
- Ser católico;
- Casado ou emancipado;
- Ter cabedal, ou seja, ser proprietário de terra
- Não possuir “impureza de sangue”

Acrescente-se ainda a informação de Nicolau (2012, p. 13) de que só os “homens bons” eram elegíveis para ocupar os postos da administração local. Como “povo” entendia-se que fossem os homens livres, mas que não pertencessem à categoria dos homens bons. Ainda sobre os “homens bons” Markun (2014, p. 25) assegura que assim eram denominados os “chefes de famílias com títulos de fidalguia e que não exercessem ofícios mecânicos”.

Já a Constituição Espanhola de 1812, cujo documento constitucional foi aprovado na Península Ibérica a 18 de março de 1812, ditava, em seu capítulo cinco, para as juntas eleitorais de província, que se reunissem para escolher seu deputado, em caso de haver só cinco eleitores, ou deputados conforme fosse o número de eleitores. Esses deputados tinham como grande responsabilidade assistir às Cortes, como representantes da Nação. (CARRILO, 2003).

A circulação da informação necessária para que os eleitores tomassem conhecimento sobre os candidatos, ficava a cargo dos presidentes, secretário e escrutinadores que além de produzir toda documentação necessária, ainda deviam investigar e posteriormente comunicar sobre as possíveis alterações dos documentos dos eleitores. Secretários e escrutinadores também passariam pelo mesmo processo de averiguação das informações contidas em seus documentos comprobatórios de suas funções. Antes do sufrágio haveria um ato religioso onde em uma missa solene o Bispo, ou outra figura eclesiástica de maior dignidade, faria um discurso apropriado aos presentes. (CARRILLO, 2003).

O texto desta Constituição é reconhecido como de profunda influência no desenvolvimento do constitucionalismo espanhol, português e latino-americano. Ela teve as suas instruções eleitorais adaptadas para a realização das eleições para as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa realizadas em Dezembro de 1820 e inspirou a elaboração da resultante Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822. (CARRILLO, 2003).

Em 1824, no esteio da instalação do primeiro império brasileiro temos um decreto real que já em seu primeiro capítulo dita instruções para um processo eleitoral. Nesse texto, disponibilizado integralmente no anexo 1, há instruções “a que se refere o real decreto de 3 de junho de 1824 que manda convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil” que ficou assim:

1. As nomeações dos deputados para a Assembléa Geral Constituinte do Brasil serão feitas por Eleitores de Paróquia. 2. Os Eleitores, que hão de nomear os deputados, serão escolhidos directamente pelo Povo de cada uma das Freguezias. [...] 6. Os Parochos farão affixar nas portas das suas Igrejas Editaes, por onde conste o número de seus fogos, e ficam responsáveis pela exactidão. (CARRILLO, 2003, p. 472).

Nota-se neste texto dos itens um e dois do primeiro capítulo, que para ser eleitor o indivíduo tinha que ser da religião professada pelo pároco da localidade. Por isso seriam chamadas de *Eleições Paroquiais*. Assim, neste processo eleitoral que estava no entorno da independência, a comunicação da informação para os eleitores ficava a cargo da Igreja que se incumbia tanto da parte forense (produzir documentos), quanto da parte religiosa do ato de votar.

Quanto ao carácter implícito de mediação lembramo-la pela óptica de Almeida Junior (2009, p.93) no que ele diz com respeito aos conceitos de mediação implícita e explícita a

qual teria como base, em seu primeiro momento, os conhecimentos que dominamos e o exteriorizamos com razoável controle. Ele sedimenta esta questão ao afirmar que

[...] Além das ideias já salientadas, estamos sendo levados a dividir o que agora chamamos de mediação explícita em dois momentos: um explícito e outro implícito. O primeiro compreenderia as ações desenvolvidas de maneira consciente e tendo como base os conhecimentos que dominamos e o exteriorizamos com razoável controle. O segundo abarcaria as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes. Toda ação se constitui da junção desses conhecimentos amalgamando a mediação da informação com ações controláveis e não controláveis. A mediação explícita-explícita e a mediação explícita-implícita – por falta, ainda, de denominações melhores – impediriam controle do sujeito mediador, criando condições para que a interferência [...] possa se tornar, mesmo que contrariando intenções, em manipulação. (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p.93).

Vemos claramente isto confirmado no item 6 ao constatarmos que aos párocos era dada a responsabilidade de afixar nas portas das igrejas editais onde deveria constar o número de seus "fogos". Assim os párocos respondiam também pela exatidão da informação.

Em prosseguimento à análise do documento que serve de base para estas conclusões, no anexo A, referente ao segundo capítulo, que trata “do modo de proceder às eleições dos eleitores” temos o seguinte;

1. No dia apuzado para as eleições paroquiaes, reunidos na Freguezia o respectivo Povo, celebrará o Parocho Missa solemne do Espírito Santo, e fará, ou por elle, um discurso análogo ao objeto e circumstancias. 2. Terminada esta Cerimônia Religiosa, o Presidente, o Parocho e o Povo se dirigirão às Casas do Conselho, ou às que melhor convier, e tomando os ditos Presidente e Parocho assento à cabeceira de uma Mesa, fará o primeiro, em voz alta e intelligível, a leitura dos Capítulos I e II destas Instrucções. Depois proporá dentro os circumstantes os Secretários e os Escrutinadores, que serão aprovados ou rejeitados por aclamações do Povo. [...] 3. Na Freguezia que tiver até 400 fogos inclusive, haverá um Secretário e dous escrutinadores; e nas que tiverem dahi para cima, dous Secretários e tres Escrutinadores. O Presidente, o Parocho, os Secretários e os Escrutinadores formam a Mesa ou Junta Parochial. 4. Lavrada a Acta desta nomeação, perguntará o Presidente se algum dos circumstantes sabe e tem que denunciar suborno ou conluio para que a Eleição recaia sobre pessoa ou pessoas determinadas. Verificando-se por exame público e verbal a existência do facto arguido (se houver arguição), perderá o incurso o direito activo e passivo de voto. A mesma pena sofrerá o calumniador. Qualquer dúvida que se suscite será decidida pela Mesa em ato successivo. 9. Todas essas ações serão praticadas a portas abertas e francas. (CARRILO, 2003, p. 473).

Por este instrumento, podemos observar já nos dois primeiros itens, que dentro dos procedimentos a serem adotados naquelas eleições deveria ser celebrada pelo pároco da freguesia uma missa solene onde, um discurso análogo ao objeto e circunstância, deveria ser proferido. Conclui-se, então, que nesse discurso deveriam ser providas as necessidades informacionais do povo votante em questão. Assim, ao pároco, ficava a responsabilidade da circulação da informação entre os eleitores.

Mais fatos relevantes podem ser constatados no item quatro deste capítulo ao constatarmos que, apesar de não se tratar de uma sociedade ágrafa, exigia-se que a idoneidade moral do candidato fosse atestada de forma verbal, confirmando assim a produção e circulação da informação pela oralidade. Encontramos um reforço para este destaque quanto ao lugar social da oralidade e sua função nos processos de construção e constituição da informação e do conhecimento na afirmação de que

[...] antes da invenção e da utilização sistemática da escrita, a oralidade e suas tradições desempenharam o papel de guardar e evidenciar as vivências comunitárias. Desde os tempos imemoriais que diferentes comunidades com diversos padrões sociais utilizam-se das narrativas não somente como forma de transmissão de suas tradições culturais, mas também como um mecanismo mantenedor da unidade e da identidade entre os seus. [...] Assim, a palavra dita, é o único recurso de que se dispõe para o arquivamento e a transmissão do saber. (SHIKIDA; MOURA, 2007, p.2).

Do terceiro capítulo, podemos destacar que ali já havia maior responsabilidade em registrar a produção da informação. Tanto que é chamada a atenção do texto quanto à observância de se providenciar livros de registros de atas dentro das formalidades peculiares da época. O item nove surpreende pela aparente pertinência com alguma forma de preocupação com a lisura do processo eleitoral. Sobre esta questão vamos falar mais adiante. Importa neste momento a abordagem documental que remete à produção da informação em relação a este período. A ele podemos associar um conceito bastante difundido, mas que aqui nos reportamos a Rodrigues; Grippa (2011, p.3), de que cada documento apresenta uma “oferta de sentidos” e de que cada leitor faz sua seleção, baseada em sua formação e influência social, histórica, ideológica, política, etc.

Passemos neste momento para o texto da primeira Constituição pós Independência e da sua relação entre as eleições e o seu conteúdo informacional.

Após a proclamação da independência D.Pedro I, Sua Alteza Imperial, a 13 de novembro de 1823, dissolve através de um decreto a Assembleia Geral Legislativa e

Constituinte e convoca outra para definir os textos legais que doravante regeria o neófito império. Para justificar o ato de “Dissolução da Assembleia Constituinte” e da imediata convocação de outra Assembleia o imperador D. Pedro I pronunciou um discurso. Deste discurso destacaremos aqui alguns trechos. Aqueles que foram considerados relevantes por conter informações que serviram de base para as mudanças que foram introduzidas na Constituição de 1824 e que diziam respeito ao iminente processo eleitoral a ser conduzido pela nova instância:

Sobre a Dissolução da Assembléa Constiuinte e Legislativa: Brasileiros! Uma só vontade nos una. Continuemos a salvar a pátria. O vosso imperador, o vosso defensor Perpétuo vos ajudará, como hontem fez, e como sempre tem feito ainda que exponha a sua vida. Os desatinos de homens allucinados pela soberba, e ambição nos iam precipitando no mais horroroso abysmo. É mister, já que estamos salvos, sermos vigilantes, qual Argos. [...] Independência do Imperio, Integridade do mesmo, e systema constitucional – sustentando nós estas tres bases sem rivalidades, sempre odiosas sejam por que lado encaradas, e que são as alavancas que poderiam abalar esse colossal Império, nada mais temos que temer. [...] Está convocada nova Assembléa. (CARRILO, 2003, p. 502).

Aqui podemos levantar algumas considerações sobre o intento do imperador em circular uma informação a partir de uma pré-existente e de domínio público, no caso o tema gira em torno de conflitos vividos pela nação brasileira pós-independência. Então se vê que a circulação da informação se fez entre o público ouvinte e formador de opinião da época. E com esse recurso o D. Pedro I, tentou usar as informações produzidas como artifício e base de sustentação de seu império.

Ainda aproveitamos esses destaques do discurso para analisá-lo pelo enunciado de Almeida Junior (2008, p.97) para o qual há uma interferência no ato de mediar uma informação porque,

[...] a informação, contrariando o conceito aceito majoritariamente na área, está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas.

Dessa forma o Imperador usou aquele discurso com a aparente intenção mediadora de preparar o povo para uma nova Constituição.

Em texto disponibilizado no anexo B, consonante à regulamentação das eleições, amparada desta vez pela Constituição promulgada a 23 de março de 1824, pode-se constatar

que o sistema eleitoral acontecia em dois turnos: indireto e censitário. Os candidatos também tinham que ter uma renda mínima para serem votados. Segundo Moraes (1998, p.296) formava-se assim um dispositivo legal que excluía a grande maioria da sociedade do processo político eleitoral, pois, impedia as camadas pobres, bem como os analfabetos, os escravos e as mulheres de participarem do colégio eleitoral ou de se candidatarem.

Ora, o teor dessas declarações não implicava que os discursos e manobras em torno das mudanças eleitorais conseguiriam impedir que o Estado Imperial reduzisse a participação e consequente circulação da informação entre o povo em geral.

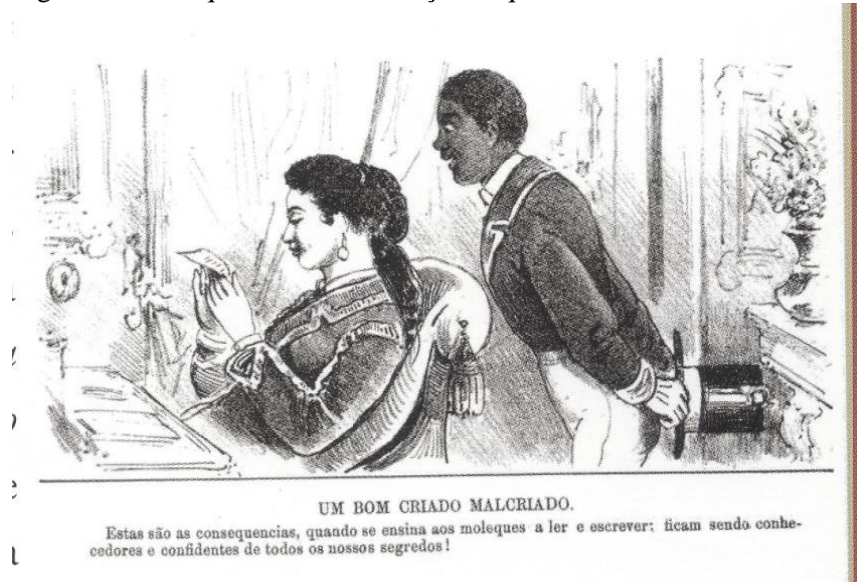
Dessa forma, mesmo que em seu corpus o texto da Constituição de 1824 tivesse, segundo Moraes (1998, p. 294), material informativo produzido a partir de articuladores e grupos de diversas posições políticas como: monarquistas centralizadores, monarquistas constitucionais, liberais e republicanos, havia o risco de não se ter conseguido implantar um Estado tão forte como pretendiam esses grupos. A despeito disso, a circulação da informação, entre os demais grupos da sociedade não citados, continuava seu curso com o povo apropriando-se da informação ao seu modo. Tanto que, Moraes (1998, p.295) afirma que o

[...] pânico de uma revolta escrava incontrolável, as profundas disparidades entre os vários setores da população, homens livres e escravos, homens de ascendência europeia e outros de origem africana e indígena levaram os proprietários rurais a protegerem-se sob o manto de um Estado capaz de manter o controle através da força, garantindo a dominação da elite branca. Elite que se espelhava nas sociedades europeias e sonhava em criar um país à sua imagem e semelhança, a despeito da sociedade escravocrata e mestiça.

No mais, amparado no mesmo contexto histórico desenvolvido por Moraes (1998), pode-se constatar que os conflitos internos e externos gerados após a independência, mais as revoltas surgidas durante o período regencial, dão provas irrefutáveis da insurgente participação do povo nos futuros processos eleitorais da nação. O contexto de massa viria muitas décadas mais tarde. Considere-se ainda que, segundo Koshiba (2003, p.267), por volta de 1850 o Brasil tinha 7,5 milhões de habitantes dos quais 80% eram analfabetos. Assim ele ressalta que o destino de toda essa gente

[...] estava nas mãos de uma elite política recrutada entre advogados, juizes, procuradores, médicos, cirurgiões, professores, homens de letras, oficiais militares, os altos funcionários públicos e parte reduzida dos capitalistas e proprietários. Esse contingente, ao chegar em 1872, totalizavam 16.000 indivíduos ou 0,1% da população da época. (KOSHIBA, 2003, p. 267).

Figura 2 - Uma questão de informação: a quem interessava o analfabetismo?



Fonte: Magno (2012)

De acordo com a figura acima representada fica clara a ideia da época de que alfabetizar negros não era algo produtor para a maioria dos patrões.

Para finalizar esta fase seria bom explicar qual a importância das eleições na definição dos rumos da política imperial. Nicolau (2012, p.45) resalta que, com relação à importância das eleições para os rumos da política brasileira durante o império “as eleições não geravam governo, mas serviam para dar sustentação parlamentar ao gabinete escolhido pelo imperador.” Ele ainda exemplifica a atuação dos presidentes de província na forma de manipular a produção e circulação da informação naqueles pleitos ao detalhar que “eles utilizavam todos os recursos (distribuição de cargos, fraudes eleitorais, violência) para garantir a vitória do partido convocado para chefiar o gabinete”.

No mais, ao final do período imperial o Brasil dispunha de uma nova formação social. A transição da escravidão para o trabalho livre (1870-1888) trouxe novos fatores sociais ao quadro de eleitores. Um deles foi o crescimento da cafeicultura e, com ele, o tráfico de escravos. Mas, com a abolição da escravatura e substituição progressiva dos negros pelos imigrantes europeus formou-se entre os cafeicultores do oeste paulista e Minas Gerais um contingente de trabalhadores assalariados. A essa época, mas precisamente por volta de 1880, o Brasil possuía 14 milhões de habitantes contra os 3 milhões que possuía em 1822. (KOSHIBA, 2003).

Quadro 1 – Aumento do contingente eleitoral com a chegada dos imigrantes

INGRESSO DE IMIGRANTES EUROPEUS EM SÃO PAULO	
Período	N.º de Imigrantes
1875-1879	10455
1880-1884	15852
1885-1886	16036
1887	32112
1888	92086

Fonte: Koshiba (2003, p.319).

E é justamente dessa época, que se tem registro do primeiro trabalho de mediação entre um candidato e seu possível eleitorado percorrendo vasto solo de chão a chão.

Nas memórias do candidato a deputado Afonso Celso, na primeira eleição a ser realizada após a promulgação da Lei Saraiva em 1881, no 20º distrito eleitoral, localizado ao norte de Minas Gerais, foi encontrado este texto:

Perlustrei grande extensão dele, de paróquia em paróquia, procurando eleitor por eleitor. Simples, chãos, acessíveis, acolheram-me com a afabilidade proverbial dos mineiros, sobretudo no Sertão. Realizei frequentes defesas no júri e conferências públicas que me valeram calorosas adesões. Labutei ativamente, angariando amigos decididos que nunca me faltaram, e até hoje se me conservam fiéis. O fato de não me haver eu poupado a incômodos e perigos, viajando centenas de léguas para visitar o distrito – coisa que nenhum candidato tinha ainda feito –, as cartas do meu pai, a prestante colaboração do coronel Gentil, que não me deixou, empenhando-se por mim, com ardor, produziram efeito decisivo. Posso dizer que conquistei o distrito, que de novo conquistei em 1886. Ganhei sólido terreno a pouco e pouco. Afinal cabalava por mim toda a gente de valor. (NICOLAU, 2012, p.39).

Dentro desse percurso de tempo, muitas foram as dúvidas quanto ao modelo de sistema eleitoral a seguir uma vez que, em todos os países europeus, havia constantes modificações neste campo político. Inclusive os desafios que eles enfrentavam em relação às fraudes e a forma de manipulação da informação em torno dos sistemas e pleitos eleitorais eram semelhantes aos enfrentados pela elite política imperial brasileira. Também foi dentro desse mesmo percurso de tempo (1881), quando foi promulgada a Lei Saraiva, que foram dispensadas as cerimônias religiosas prévias à votação. Do que se pode afirmar que então cessou ali, pelo menos no papel, a participação oficial da igreja como mediadora nos processos eleitorais brasileiros. (NICOLAU, 2012, p. 41).



#### 4.1 NA REPÚBLICA VELHA

Ficou reconhecida como República Velha ou, Primeira República, todo o período que vai de 1889 após a proclamação da República até 1930. Nesse período, tal como no colonial e imperial, o poder ainda continuava nas mãos dos grandes proprietários rurais. Ante essa realidade, Oliveira (1965, p.38) verifica que a Federação representou, no Brasil, uma distribuição a mais de competências dentro do Estado Brasileiro. Isto porque a renda nacional, o poder político nacional e os serviços públicos nacionais que estavam anteriormente concentrados nas províncias passavam agora a se concentrar nos governos.

O autor lembra ainda que após proclamação da República os militares subiram à cena política nos primeiros cinco anos da República. Por isso ela ficaria conhecida também como “República da Espada”. No entanto, com as eleições presidenciais realizadas em 1º de março de 1894, o poder foi transferido para os civis, com a vitória do paulista Prudente de Moraes. Ele sucedeu Deodoro da Fonseca que só permaneceu no cargo até a Constituição de 1891.

É importante notar que esse sufrágio, na verdade, segundo Silva (1998, p.37), aconteceu em meio a crises inevitáveis porque o povo brasileiro ainda não tinha uma consciência republicana. Mesmo porque, também não havia “partidos, nem líderes fortalecidos pelo apoio popular. Foram os chefes militares com as forças das armas, que fizeram a república”. E assim, o autor relata que a gestão de Deodoro da Fonseca e os tempos de Floriano Peixoto não passaram de uma ditadura militar que retardou, em alguns anos, a prática republicana. Ele ainda testifica que as sucessivas ocupações civis da presidência por históricos republicanos como Prudente de Moraes, o primeiro civil a assumi-la, depois vindo Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena sucessivamente, não foram eleições democráticas. Ele faz um esboço daquele tempo onde aponta a Campanha Civilista de 1909-1910 como “a primeira luta democrática com repercussão e importância no Brasil”. (SILVA, 1998, p.39).

Por isso aquele movimento foi definido como um divisor de águas na história do regime republicano brasileiro tendo Rui Barbosa como “precursor do debate político com a participação do povo em uma campanha política”. É bom reconhecer que, embora até então ele aceitasse as regras do jogo, nas sucessões anteriores, “Rui voltava da Conferência de Haia aureolado pelas vitórias de suas teses” trazendo de lá uma visão aclarada dos problemas políticos e da sua responsabilidade face aos acontecimentos. (SILVA, 1998, p.44).

Por ter convivido com a política imperial Rui reconhecia o quanto seria difícil vencer a máquina montada pelas oligarquias. Por isso, admitiu: “Eu sou dos sacrifícios. Se fosse para a vitória, não me convidavam, nem eu aceitaria; mas como é para a derrota, aceito. Perderemos, mas o princípio da resistência civil se salvará”. (SILVA, 1998, p. 45).

E aquela campanha civilista tinha como lema “combater e se preparar para a fraude que se pronunciava; contra a marginalização do povo; da mocidade; dos intelectuais; dos que não declinavam do direito de ter informação e opinião”. Era, portanto, uma resistência civil, conforme Rui declarava, mas, com um lema que emprestava ao movimento algo onde a autoridade central, segundo ele, estaria “momentaneamente abolida”. (SILVA, 1998, p. 47).

Mostramos a seguir um resumo sobre a forma como aquela campanha trabalhou para que a circulação da informação relativa ao pleito fosse desempenhada:

Em 1910, o candidato de oposição, Rui Barbosa, fez uma campanha inovadora e ousada: foi escolhido em convenção partidária, apresentou uma plataforma de governo, realizou dezenas de comícios e viajou por todo o país apresentando suas ideias. Esclareceu diretamente a opinião pública urbana, mas foi derrotado pelo voto de cabresto nas eleições em que o voto ainda era facultativo e restrito. Venceu o marechal Hermes da Fonseca, candidato do *status quo* e dos militares. Mudanças no processo político propriamente dito só aconteceriam a partir de 1922, um ano memorável para o país, então com 30 milhões de habitantes – dos quais dois terços eram analfabetos – e onde as notícias circulavam mais devagar que as carroças. (MARKUN, 2014, p.26).

Conforme pode ser constatado, uma das questões cruciais em que se empenhava aquele movimento girava em torno das irregularidades cometidas nos processos eleitorais, o que veio a protagonizar aquele pleito onde, após o sufrágio, ao se examinar ata por ata, evidenciou-se que se tratavam de documentos falsos. Eram atas “feitas a bico de pena, onde a mesma letra assinava vários nomes, muitas vezes truncados”. A maior contestação civilista, nesse caso, evidenciou claramente que não tinha havido eleições limpas. E assim, como sempre fora anteriormente, “o resultado a que chegou após a apuração nada mais era que fraude sobre fraude”. E como viria a acontecer em 1930, a campanha só teve apoio de três governos. Nesse caso governos de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. (SILVA, 1998, p. 107).

Note-se que nesse período, conforme pode ser observado no texto, que já estava institucionalizado o denominado “voto de cabresto”. Este se constituía na opressão exercida pelas oligarquias estaduais que garantiam as eleições de deputados estaduais e senadores indicados pelos executivos, entenda-se, presidente da República, que em troca sustentava

essas oligarquias. Conclui-se então, que nessa época, a informação eleitoral ainda estava restrita ao predomínio das poderosas elites regionais que se diziam liberais, mas, não o eram na prática. A referência de cabresto devia-se ao fato de os eleitores serem tratados como as cabras dos fazendeiros “coronéis”. (KOSHIBA, 2003, p. 338).

Apenas uma pequena interrupção, fazemos aqui, para lembrar o motivo pelo qual Silva (1998, p. 107) descreve 1922 como “um ano memorável”. Essa expressão é uma alusão aos eventos simbólicos que deixou esse ano

[...] marcado pela Semana de Arte Moderna, pela fundação do Partido Comunista e pela revolta dos Dezoito de Copacabana – embrião do movimento tenentista -, 1922 é considerado um momento de inflexão no processo político que culminaria, oito anos mais tarde, no fim da República Velha e no advento do Estado Novo. (MARKUN, 2014, p.26).

Da Semana de Arte Moderna pode-se dizer que o momento principal deste movimento, do qual participaram artistas e intelectuais mais diligentemente de São Paulo e Rio de Janeiro, que ela foi um marco na representação em seu papel de oposição à tradição das elites culturais de então que “renegavam a realidade nacional”. Convertendo-se para o lado contrário, houve uma procura em recuperar valores culturais da nação brasileira que eram desprezadas e tidas como inferiores pela elite nacional. (MORAES, 1998, p.372).

Assim, seguindo adiante, sobre as características comuns dos processos eleitorais daquele período, Brandalise (1997, p.22), observa que “em época de eleições garantia-se o voto do pequeno agricultor com práticas compensatórias ou repressivas” conforme seu comportamento como eleitor.

Assim, ela prossegue contribuindo com um relato sobre o controle exercido sobre um cidadão, eleitor da cidade de Nova Petrópolis-RS, pelo partido situacionista da época, o PRL. Ela afirma que após a votação era oferecido o churrasco eleitoral. Por meio da contribuição de Sthali, um de seus entrevistados, temos o seguinte relato:

Quando a gente chegava ao local de votação, recebiam-se as chapas... elas já estavam prontas. Havia fiscais, mas, tudo já estava combinado. A gente votava e daí já podia comer o churrasco. Caso fosse descoberta uma ação contrária, as autoridades policiais não tardavam a desencadear a repressão. (BRANDALISE, 1997, p.23)

Observa-se por esse depoimento, que as “ações contrárias” referem-se a não observância de obediência aos chefes dos políticos locais. Para saber se algum eleitor não

estaria usando de fraude Brandalise ainda nos relata pelo depoimento concedido por Imgrid Schuch que

[...] A urna ficava num canto fechado com um pano, a pessoa ia lá [...] em cima do sótão fizeram um furo e o cara deitado ali com o olho no furo, ele olhava que chapa o cara botava no envelope, se botava a chapa certa, ele saía, se o cara botava a chapa errada, deixava cair um pouco de farinha no chapéu ou na camisa, e aí quando o cara chegava na rua e tinha farinha de trigo, ele entrava no laço. (BRANDALISE, 1997, p.23).

Quanto a este dispositivo de controle do voto do cidadão, Lira Neto (2012, p.190) nos conta que na eleição de 1923, no Rio Grande do Sul, ano em que Borges de Medeiros deveria ser reconduzido ao seu quinto mandato, “a fraude proteiforme se alastrava pelo pleito” no qual havia títulos falsos; títulos nulos; títulos verdadeiros apresentados como falso; títulos falsos apresentados como verdadeiros; que votaram em duplicata na mesma ou em diversas mesas; e até em municípios diferentes. O autor nos coloca diante de um quadro mais instigante ainda segundo o qual, “houvera casos de defuntos que, não se sabe como, levantaram de suas tumbas e compareceram às urnas para votar”. Ele cita como prova a existência de registros de atas que incluíam os nomes de pessoas que já estavam mortas e enterradas havia muitos anos. Aí vem um fato mais curioso ainda de onde extraímos o relato de um interessante diálogo entre um cidadão do município de Cachoeira (RS), pego votando com a segunda via de um título que não lhe pertencia. Este, quando indagado à queima-roupa:

“Como você se chama?”

Atarantado, virou-se para trás e indagou a quem o havia conduzido à seção eleitoral:  
“Como é mesmo o meu nome?”

Figura 3 - O cidadão eleitor e o “voto de cabresto”. Nenhuma informação, nenhum questionamento.



Fonte: Koshiba (2003)

Outra colaboração pertinente à base do sistema sustentada pelo voto de cabresto nos é apresentado por Markun (2014, p. 28) de que “sem voto secreto, a adulteração das atas era a regra e não a exceção”. Já recorrendo a outros observadores da história política brasileira ele admite que havia três momentos em que o voto podia ser fraudado: “Na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado ou na hora do reconhecimento do eleito. O resultado era um sistema que funcionava perfeitamente. Desde que a vontade do eleitor não fosse levada em conta.”

Neste horizonte é bom lembrar que, de acordo com Moraes (1998, p. 2), ainda persistia nessa Constituição, a de 1891, o antigo dispositivo eleitoral da Constituição de 1824 “que excluía a grande maioria da sociedade do processo político eleitoral, pois impedia que as camadas pobres, analfabetos, escravos e mulheres participassem do processo eleitoral ou se candidatassem”.

Ao analisarmos este fenômeno pela ótica de Gomes (2008, p.1), podemos afirmar que, de modo geral, esses componentes da sociedade daquela época não participavam do processo de construção do conhecimento em torno dos processos eleitorais vigentes.

Não participavam como produtores, muito menos, como mediadores dela, pois, para isso precisariam, conforme a autora, que não só passar por

[...] um movimento complexo no qual os sujeitos interagem entre si, mas também, com as informações, processando-as para, a partir de seus enquadramentos, de suas possibilidades cognitivas de se apropriarem dos conteúdos acessados. (GOMES, 2008, p. 1).

Seria interessante não passar por alto, e fazer aqui, uma breve observação sobre as concepções do positivismo de Augusto Comte e sua influência entre os republicanos brasileiros. Segundo Costa (1967, p. 219), no Brasil, "os positivistas eram republicanos, mas à sua maneira". Mas ele também afirma que mesmo à sua maneira, os republicanos se inspiraram em suas ideias e em muitas de suas reivindicações, e que por isso o pensamento positivista ainda perduraria por um bom tempo no cenário político eleitoral brasileiro. Vale lembrar, que segundo Koshiha (2003, p. 411), após aquela campanha civilista de Rui Barbosa, quando Hermes da Fonseca venceu e governou de 1910 a 1914, este teve seu governo acusado de militarista. Ao que o autor assinala que “ao trazer o Exército para o terreno da política, por sua tradição positivista, os militares acreditavam que, como o filósofo Augusto Comte, a escolha dos governantes pelo povo conduziria fatalmente à desordem social”. O autor ainda

admite que o filósofo considerava um erro sujeitar as elites ao voto popular.

Mello (2012, p.3) enfatiza que “os positivistas ortodoxos, formaram um grupo atuante no meio intelectual no Brasil, no final do século XIX”. Ele explica que a ação coletiva da “versão religiosa” do movimento os tornou grandes manipuladores de símbolos do período de transição entre a Monarquia e a República. Destaca ainda que do ponto de vista estrutural

[...] os ‘Positivistas Ortodoxos’ apresentavam um projeto para a formação de um “Novo Estado Republicano”, enquanto os demais grupos tinham mais cautela na sua militância. Enquanto os demais grupos baseavam-se no cientificismo os ortodoxos, com o intuito de tornar o grupo mais homogêneo e disciplinado, incluíam práticas religiosas ao pensamento [...]. Os “Positivistas Ortodoxos”, liderados por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, eram considerados fanáticos religiosos pelo excesso de rituais simbólicos. (MELLO, 2012, p.3).

Mesmo assim, prossegue Mello (2012, p.4), o pensamento positivista ganhou proporções de movimento e angariou adeptos entre os intelectuais e pessoas de forte influência nos meios político e militar. Estes disseminaram rapidamente suas ideias em instituições de ensino como a Escola Militar e a Escola Politécnica no Rio de Janeiro, então, Capital Federal. No plano religioso foi criado o “Templo da Humanidade”, em outra versão, Igreja Positivista do Brasil.

Segundo Costa (1967, p.152) Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes depois de terem fundado, em setembro de 1887, a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, empreenderam em outubro do mesmo ano uma viagem à França onde desenvolveram suas ideias ora fundido-as, ora discordando de alguns pontos. Costa (1967, p. 216) assinala outro aspecto marcante do positivismo no Brasil por onde teriam sido prestados muitos serviços à abolição e contribuído grandemente para o pleno “estabelecimento da república, defendendo-a como um regime exclusivamente baseado na consideração preponderante do bem público como lei suprema e eliminando qualquer pretensão a direitos individuais”.

Mello (2012, p.4), também assegura que o fruto republicano do movimento está registrado na frase da bandeira brasileira: “Ordem e Progresso” de onde, antes, existia a também a palavra “amor” e que foi retirada. A explicação de Mello para esta divisa, fruto do positivismo *comtiano*, como ele chama, traduz-se como a idealização “a partir do lema Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim”.

Sobre esse assunto o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugere retirar o lema “Ordem e Progresso” da bandeira até que o analfabetismo seja extinto no Brasil (PLS

137/2008). Já o deputado Chico Alencar, (PSOL-RJ), propõe voltar para o lema “Amor, Ordem e Progresso” (PL 2.179/2003), tendo por base a inspiração positivista original.

Enfim, chegou-se ao crepúsculo do século XIX. De acordo com Salgado (1988, p.68), o cronista Machado de Assis registrou em uma de suas crônicas que o país imergira em uma calmaria descrevendo a época da seguinte forma: “Uma paisagem uniforme, nada a perturba, nada a modifica... O que dá razão a este marasmo?”.

Mas ela garante que ele estava equivocado quanto aos acontecimentos daquele momento. Tampouco que ele não precisava se preocupar tanto com aquela suposta apatia temporal, pois, segundo esta pesquisadora, logo no início do século XX acelerou-se o crescimento urbano, o que alterou a face de algumas cidades brasileiras onde a ordem era modernizar. Com essa febre de modernização, ela afirma que houve o desencadeamento de uma efervescência cultural, novos valores sociais e estilo de vida. E que esses novos valores ditavam comportamentos que recebia o rótulo de progresso.

Interessante observar como esse contexto se encaixa na descrição feita por Castell (2003, p. 67) sobre o avanço cultural no contexto mundial. Ele evoca um conceito em relação às transformações de nossa cultura material pelos mecanismos de um novo paradigma quando diz que

[...] a história da vida, como a vejo, é uma série de situações estáveis, pontuadas em intervalos raros por eventos importantes que ocorrem com grande rapidez e ajudam a estabelecer a próxima era estável. (CASTELLS, 2003, p. 67).

No bojo deste pensamento aliamos o relato de Salgado (1988) de que no longo processo de desagregação sofrido pelo Estado Imperial, fatores diversos concorreram para a construção dos novos valores que passaram a orientar a sociedade brasileira. Assim, resultante de todo esse processo de rupturas, pode-se registrar dois acontecimentos que contribuíram consideravelmente para o avanço da produção e circulação da informação em meio ao eleitorado brasileiro neste período (1887 a 1930). O primeiro trata do clima de contestações que marcaria os anos vinte no cotidiano de algumas mulheres da sociedade brasileira daquela época. É que

[...] a vida feminina começava a sair do fechado mundo doméstico e alcançava, ainda que com timidez, o espaço das ruas e de algumas profissões. Berta Lutz e Maria Lacerda de Moura, profissionais e militantes femininas, criavam no Rio de Janeiro a Liga pela Emancipação Intelectual

da Mulher, que pregava a igualdade política. Seria um núcleo pioneiro do movimento feminista no Brasil, tendo como centro articulador a questão do voto e dos direitos políticos da mulher. (SALGADO, 1988, p. 101).

Como resultados desse movimento foram produzidos alguns artigos por renomados articulistas da época sobre a situação política da mulher no regime burguês capitalista. Há, inclusive, o registro de uma carta de agradecimento da militante da causa feminina Maria Lacerda de Moura, destinada ao autor de um desses artigos, datada de 15 de dezembro de 1922 que ilustra a obra de Salgado (1988, p. 101) sobre este tema.

O segundo acontecimento a ser registrado, trata-se de que, nesse mesmo período, chegaram ao Brasil quatro milhões de imigrantes cujos grupos de italianos, espanhóis e portugueses formavam seu maior contingente. Com isso o crescimento urbano se confirmou como um fenômeno marcante para a transformação da realidade nacional durante a República Velha. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foram as que mais se destacaram no esteio destas transformações. Esses imigrantes operários, segundo indica Koshiba (2003, p.340), “trouxeram em suas bagagens de conhecimentos, quase cem anos na luta em torno das questões sociais voltadas para o direito dos trabalhadores”. Eram homens que traziam e defendiam conceitos que eram verbalizados amparados em um repertório lexical que produziam sentido e utilidade essenciais que bem podem ser explicadas por Novaes (2011, p.109). Dessa forma,

[...] a delimitação de campos lexicais pode evidenciar traços de sistematicidade que permitem a formatação de redes semântico-lexicais, que denotam regularidade para a viabilização da comunicação [...] que contribuem para o estabelecimento de terminologias em áreas distintas para a circulação do saber.

Essa situação colocou uma nova ordem no pensamento político brasileiro que iria influenciar sobremaneira, dali em diante, o comportamento do contingente de detentores da informação acerca de assuntos referentes às eleições no Brasil. E isso com visível mudança do campo da produção e circulação da informação no seio do eleitorado brasileiro. Por esta razão, Koshiba (2003) avalia que palavras como operário, que tinha sentido pejorativo entre os trabalhadores, ganhou um novo significado.

Mas, não se pretende falar aqui de teorias linguísticas na certeza de que, segundo Novaes (2011,p.108), qualquer trabalho que tem a palavra como referência trilha pelos caminhos da criação e atribuição de sentidos. O que ela garante ser tarefa relevante, mas



desafiadora e de parâmetros provisórios e instáveis dadas a dinâmica de qualquer língua.

Assim, ao que importa para a nossa pesquisa de modo geral, pode-se afirmar que essa mudança trouxe uma tendência renovadora do conhecimento. Houve a eclosão de movimentos sociais nas cidades e no campo suscitando várias transformações no tratamento das informações que chegavam até ao eleitorado.

Nesse momento peculiar, segundo Salgado (1988, p. 115) originaram-se os primeiros movimentos políticos de dimensões nacionais juntamente com todas as simbologias usadas até hoje. Quando se trata das influências que a mudança de foco do conhecimento pode provocar em determinado meio diz-se que

[...] essa tendência é mais evidente na história da ciência, em que o problema da transição do conhecimento local para o geral, sobretudo a formulação de generalizações a partir de experiências feitas em locais determinados, tem sido objeto de discussões inflamadas. Mas pode-se dizer e, na verdade, tem-se dito o mesmo em relação a outros conhecimentos. (BURKE, 2003, p. 235).

Diante do enunciado, podemos destacar que a importância dos movimentos sociais poderia até ser discutida dentro do conceito de mediação pelo seu caráter eminentemente discursivo de ação, intervenção e interação quando imerso no campo social e informacional. Todavia, aqui, vamos falar da influência desses acontecimentos para o aumento significativo do quadro eleitoral brasileiro. Segundo Nicolau (2012, p. 58) foi produzido em 1914 um relatório publicado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sob o título “Estatística Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil”, o qual trouxe dados relativos ao total dos eleitores inscritos no país entre 1905 a 1912. Sobre o que esses dados nos revelam, observemos como se comportou o desenvolvimento do eleitorado durante esse período.

**Quadro 2 - Comparativo do crescimento do número de eleitores entre 1905 e 1912**

<b>ANO</b>	<b>Nº de Eleitores cadastrados</b>	<b>Porcentagem da população</b>
1905	791 mil eleitores	4%
1912	1,3 milhão de eleitores	5%

Fonte: Nicolau (2012)

**Quadro 3 - Comparativo do crescimento populacional após a imigração entre 1890-1930**

<b>ANO</b>	<b>População/São Paulo</b>	<b>População /Rio de Janeiro</b>	<b>População/Brasil</b>
1890	65 mil habitantes	522 mil habitantes	14,3 milhões
1930	1 milhão de habitantes	1,5 milhão habitantes	37,6 milhões

Fonte: Nicolau (2012)

Em Nicolau (2012, p. 59), constatamos que após a chegada desses imigrantes houve um salto considerável no crescimento populacional do país. Nas primeiras quatro décadas da república constata-se um profundo aumento do crescimento demográfico no sudeste brasileiro. Isso comprova que nessa trajetória do crescimento do número do eleitorado brasileiro houve maior concentração da circulação da informação entre os estados do sudeste. Todavia, o autor observa que “embora as indústrias brasileiras estivessem ali bem mais alicerçadas, o país ainda continuava a ser majoritariamente rural e com um grande contingente de analfabetos”.

Assim Koshiba (2003, p. 341) nos revela um quadro da situação do analfabetismo no país próximo e após a primeira república: De 1872 a 1890 só 17% da população era alfabetizada. Já de 1900 a 1920 houve um aumento significativo para 35% da população. Note-se que outra vez são dados que coincidem com a entrada da população imigrante no país. E isso trouxe um grande problema para os novos representantes poder a partir da Proclamação da República: De que modo incorporar esses trabalhadores à nova sociedade republicana? Mas para nossa pesquisa agora o que nos interessa é responder a seguinte questão: De que forma esses novos trabalhadores viriam a se integrar às novas práticas de abordagem da informação quanto a escolher novos representantes para o poder? Que meios informacionais seriam utilizados, dali em diante, durante os processos eleitorais, que poderiam conduzir o eleitorado para um autodesenvolvimento na busca de possibilidades e soluções para um modelo social a altura das transformações que perpassavam a realidade brasileira?

O que pode ser uma resposta atinente às duas perguntas é lembrar o fato de que a nação estava, então, movida pelo processo de libertação de um modelo imperial para um republicano, federalista e democrático. Indício dessa transformação foi visto por Holanda (1995, p. 176) ao salientar que “os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições”. É nesse universo que surgem os sindicatos atuando também na figura de produtor e mediador da informação dentro dos processos eleitorais de então. Dessa forma, a informação já não mais pertencia à inércia de um povo desmotivado pelas leis eleitorais que tolhiam seu poder de produzir, circular e mediar as informações acerca dos processos eleitorais como no passado.

Nessa luta do processo de formação do operariado brasileiro foi significativo o papel dos imigrantes italianos e espanhóis, chamados de “*artífices*”, que além de responsáveis pela difusão do anarquismo, trouxeram de seus países uma experiência sindical já alicerçada no

berço da revolução industrial europeia. “A jornada de trabalho que lhes era imposta, nove horas, inclusive aos sábados e domingo até o meio-dia, incluindo mulheres e crianças de sete anos”, forneceram material para a produção das informações que circulavam nas muitas publicações operárias que surgiram neste período. Todo material produzido por eles eram pertinentes às ideologias classistas e que desencadearam movimentos reformistas. (KOSHIBA, 2003, p. 342).

Dentro desse cenário dos movimentos reformistas, Koshiba (2003, p. 425), sublinha que “no momento em que o anarquismo, duramente reprimido, estava saindo de cena, duas propostas ganhavam espaço: o sindicalismo cooperativista e o comunismo”. O autor afirma que esse sindicalismo cooperativista de então, defendia um movimento operário baseado no reformismo e na conciliação de classes. Seu líder era Custódio Alfredo de Sarandy Raposo que desenvolveu suas ideias com a finalidade de harmonizá-las tanto com interesses dos industriais quanto dos operários, com muitas dessas propostas aceitas e aplicadas pelo governo em 1920. Essas ideias, “eram divulgadas com informações produzidas para circularem em um espaço dirigido por ele na Seção Operária”, onde também cedia a oportunidade de expressão para a tese dos comunistas, apesar, “da distância que os separava”.

Quanto a essa distância, o autor afirma que “o Partido Comunista do Brasil tinha uma estratégia flexível e, apresentava-se, na prática, como a síntese de superação de todas as correntes propostas ao movimento operário brasileiro de então”. Afirma também que além de ser uma classe inerentemente revolucionária, também se destinava “a liderar todas as demais camadas sociais oprimidas pelo capitalismo, em particular os camponeses”. (KOSHIBA, 2003, p. 426)

Em resumo, segundo Koshiba, (2003, p. 426), “os comunistas eram revolucionários como os anarquistas, pragmáticos como os cooperativistas e políticos como os socialistas”. Com isso, pode-se dizer que reuniam, “num todo articulado, as ferramentas que seus rivais possuíam separadamente”. Para circular a informação no meio dos operários e fazer adeptos

[...] um dos métodos que utilizaram para ampliar o espaço de ação foi a infiltração. ‘Um militante era escalado para trabalhar em uma fábrica. Lá não deveria fazer agitação, e sim ter *conversas de pé de ouvido* para angariar adesões. Conseguindo-se um número razoável de adesões, organizava-se uma célula, que ficava subordinada’ ao Comitê Central Estadual. Esse trabalho paciente de infiltração permitiu criar uma base sindical e levou os comunistas ao lançamento, em 1927, do Bloco Operário, rebatizado no ano seguinte de Bloco Operário e Camponês (BOC), para concorrer às eleições. (KOSHIBA, 2003, p. 426).

E são no centro destas questões que surge um novo discurso em torno dos processos eleitorais com a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), os “camisas-verdes”. Assim ficaram conhecidos os integrantes da organização política de envolvimento nacional da década de 1930. Brandalise (1997, p. 18) admite que, embora o movimento tenha chegado relativamente tardio ao Rio Grande do Sul, foi nessa região brasileira que o AIB ganhou maior repercussão e veio a se desenvolver. A autora ainda afirma que a principal reivindicação de seus seguidores era constituir uma alternativa político-ideológica de mediadores que expressassem o verdadeiro interesse do povo em detrimento das já conhecidas políticas eleitorais oligárquicas, que anulavam a participação popular nos destinos da nação. Também ressalta que este movimento usava como local da propagação de suas ideias teatros e cinemas onde conseguiam contatar maior número de pessoas.

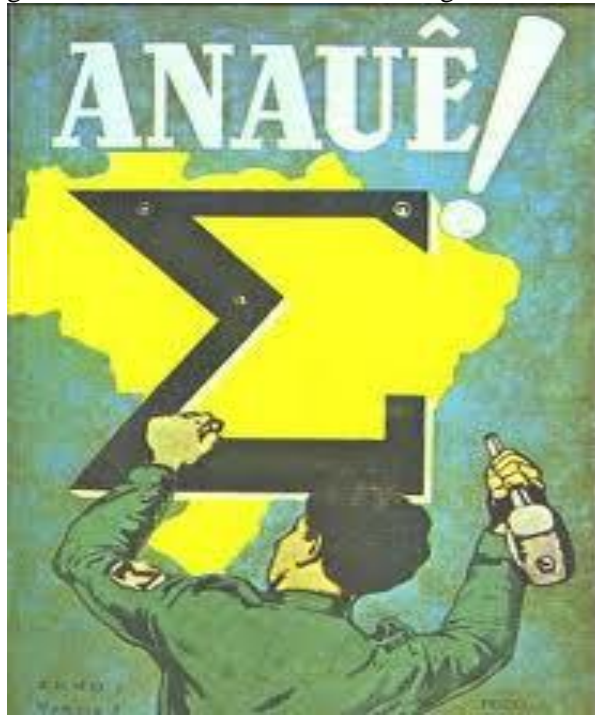
Já Brandalise (1997, p.18), acentua que o caráter do movimento integralista pregava “um modo de participação radicalmente novo” com a atuação dos indivíduos não mais mediada por políticos profissionais e influências oligárquicas. Interessante observar, dentro desta mesma leitura, que apesar de adotarem uma acirrada perspectiva de competição pelo espaço eleitoral na zona colonial do Rio Grande do Sul e, de produzirem material informativo conclamando que o lugar de todos os brasileiros que ainda “amavam a integridade era a batalha nas urnas em defesa da tradição”, os integralistas negavam que sua organização fosse um partido político. Também negavam as ligações existentes entre o integralismo e o fascismo, mesmo com a visível movimentação que se direcionava para a mesma ordem com seus símbolos incontestáveis.

E assim, segundo a autora, ao adotar a camisa verde eles afirmavam que sua missão era com o Brasil e que esta cor simbolizaria esse vínculo ideológico.

Camargo (2009, p. 3) registra que por onde passavam chamavam a atenção usando, como apelo visual, um uniforme onde usavam

[...] toda forma possível de recursos simbólicos na propagação do movimento, além dos uniformes revestidos de braçadeiras com o símbolo do movimento, a letra grega sigma ( $\Sigma$ )<sup>2</sup>, que simbolizava a soma das etnias brasileiras buscando uma única nação do ponto de vista cultural. As passeatas e os grandes desfiles serviam para exibir a ordem e a disciplina que estava presente no movimento, onde cantavam hinos patrióticos e usando a saudação Anauê. Palavra da língua tupi – guarani usada como saudação e que significa “Você é meu irmão”.

Figura 4 – Símbolo do movimento Integralista



Fonte: Moraes (1998)

Com estrutura rigidamente hierarquizada, os ambientes que serviam de espaço para os encontros oficiais do movimento integralista eram caracterizados com a fotografia do líder do movimento, Plínio Salgado. A foto era colocada em lugar de destaque, sempre entre a bandeira nacional e a bandeira integralista para reforço do princípio nacionalista que o caracterizava. Nas fotos coletivas todos apareciam de braços cruzados e posição ereta com uniformes semelhantes às camisas-negras do fascismo e às camisas-pardas nazistas. Na “manga das camisas usavam braçadeiras com a letra grega *sigma*, usada na matemática com o significado de somatória, mas que ao ser usado como símbolo do movimento remetia à suástica nazista”. Dessa forma, eles esperavam traduzir a ideia de totalidade, oriundo do desejo de integrar todas as forças sociais do país. O segmento feminino do movimento usava blusa verde, com a mesma letra símbolo do movimento e saia branca ou azul. Entretanto, “para os integralistas, a participação social das mulheres devia se limitar a atividades assistenciais e filantrópicas, consideradas essencialmente femininas”. (AZEVEDO; SERIACOP 2012, p. 232).

Figura 5 – Mulheres da AIB e suas braçadeiras com o símbolo do movimento



Fonte: Azevedo; Seriacop (2012)

Assim, voltando ao panorama anteriormente apresentado sobre os novos discursos que se desenvolviam concomitantemente à fundação da Ação Integralista Brasileira, Salgado (1988, p.109) conclui que a partir de então, esses discursos estariam sempre voltados para aumentar a inclusão dos trabalhadores nos processos eleitorais da nação. Com isso, aumentava também o interesse do povo em participar e influenciar na elaboração dos textos em torno das leis eleitorais. Dito isso, a autora relaciona que a sociedade mudava junto com o Brasil num avanço permanente da urbanização e que o resultado dessas mudanças podia ser visto no surgimento de novos setores médios do operariado e de uma multidão de desempregados e semi-empregados. Dessa forma, a autora afirma que a base de sustentação política do arranjo oligárquico selado no final do século dentro das elites brasileiras, juntamente com o eleitorado rural, totalmente submetido aos “coronéis”, via surgir um novo eleitorado urbano. Este era criador de um universo independente de demandas sociais. Produzia seus próprios elementos textuais de informação com os quais circulava entre seus pares “vislumbrando no voto um instrumento eficaz de pressão e o condutor natural dessas demandas junto ao Estado”. Tudo isto servia de base para a mudança do pensamento do eleitorado brasileiro naquele contexto. E foi dentro deste contexto que se desenvolveu a Era Vargas.

## 4.2 DURANTE O PRIMEIRO PERÍODO DO GOVERNO VARGAS

Veja só / A minha vida como está mudada / Não sou mais aquele / Que entrava em casa de madrugada / Faça o que eu fiz / Porque a vida é do trabalhador / Tenho um doce lar / E sou feliz com meu amor / O Estado Novo veio / Para nos orientar / No Brasil não falta nada / Mas precisa trabalhar. (Ataulfo Alves e Felisberto Martins)

Nesta contraposição entre o antigo e o novo modo de viver, os compositores desta canção, gravada em 1941, expunham um juízo de valor que identificam elementos que revelam as ideias nacionalistas e trabalhistas que dominaram o cenário brasileiro durante a era Vargas. Para Skidmore (1988, p. 25) “como em 1889, quando a República sucedeu ao Império, e o controle, no momento crítico, foi assumido pelos militares superiores e então transferido para novos quadros de políticos civis”, a vitória da revolução de 1930 levou Getúlio ao poder. Sua tarefa, então, era bem maior que simplesmente promover uma mudança de elite que o dominava, em declínio das oligarquias hegemônicas.

Para manter-se no poder, Getúlio era obrigado a “equilibrar-se entre as diversas forças que formavam a aliança dos grupos revolucionários que o apoiara”. Assim, o Estado Novo foi o fruto de um golpe político-militar, mas que desde início estruturou-se como um Estado autoritário. (MORAES, 1998, p. 421).

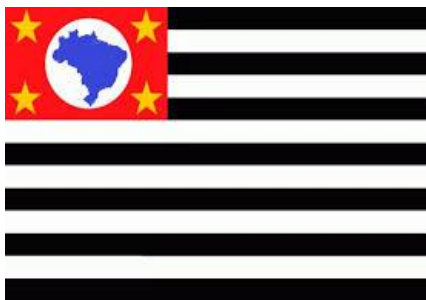
Um fato que viabiliza uma visão semiótica bem clara dessa realidade consiste no episódio registrado em uma cerimônia alusiva ao Dia da Bandeira em 1938. Em data mais para frente por causa de fortes chuvas no dia oficial, esse documento, produzido a 27 de novembro daquele ano, mostra uma solenidade onde após a missa foi hasteada “uma grande bandeira brasileira com mais de vinte metros de comprimento, estendida na vertical, por trás do altar católico”. Esta bandeira era duas vezes maior que as outras 22 “que estavam içadas em mastros secundários, dispostos em semicírculos e com seus cordéis manejados por crianças de escolas públicas”. Ali estava simbolizada, a União com seus vinte estados, o então território do Acre e o Distrito Federal. O ponto culminante da solenidade foi representado pelo pelotão formado por vinte duas jovens que depositaram essas 22 bandeiras sobre as chamas de uma pira acesa no meio da praça. Uma a uma, cada bandeira foi incinerada como símbolo do sacrifício do nacionalismo unitário e indissolúvel. (LIRA NETO, 2013, p. 313).

Assim, desnaturou-se o federalismo desfazendo-se ali, naquela cerimônia, o que é configurado como um dos princípios constitucionais do regime republicano brasileiro, a

autonomia dos estados. Lira Neto (2013, p. 314) completa, que, “como bom gaúcho Vargas sabia da veneração dos conterrâneos pelas três cores da Revolução Farroupilha e da então quase mítica República de Piratini”. E ainda argumenta o seguinte:

Pode-se imaginar o que significou para indivíduos e povos de sentimento regionalista mais empedernido a queima das bandeiras de seus respectivos estados. [...] O conhecido nativismo paulista, acirrado pelas batalhas cruentas da revolta de 1932, também não assistiu com prazer a profanação das treze listras em preto e branco, flanqueadas pelo retângulo vermelho que, de acordo com a descrição oficial, simbolizaria o “heroico sangue bandeirante”. (LIRA NETO, 2013, p. 314)

Figura 6 - Bandeira do estado de São Paulo



Fonte: Bandeira (2014)

Figura 5 - Bandeira do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Bandeira (2014)

Dessa maneira, o símbolo paulista na Revolução de 1932, ali representado na bandeira do estado de São Paulo, teve seu uso suspenso. Como suspenso ficou o uso dos símbolos estaduais por todo país. A bandeira paulista só viria a ser oficializada novamente em 27 de novembro de 1946, sob o Decreto Lei 16.349 da Constituição que devolveu aos Estados e Municípios o direito de cultivar seus próprios símbolos. Já a bandeira do Rio Grande do Sul só retomou oficialmente seu uso no estado em 5 de janeiro de 1966 pelo Decreto Lei Nº 5.213.

Vale abordar aqui, segundo Castelfranchi (2006, p.1) nos lembra, os “símbolos e signos são tão poderosos que ditaduras querem impô-los”. Também podem ser “tão perigosos que as democracias, que fundam sua retórica na liberdade de opinião e de expressão, podem precisar regulamentar ou proibir sua exibição”.

Entretanto, Kanashiro (2006, p. 1) traz uma argumentação quanto às alternativas explicativas relativas aos signos que estão envoltos nas figuras que compõem o pavilhão nacional brasileiro que vale a pena ser registrado:



José Luiz Fiorin, linguista da Universidade de São Paulo, afirma que a análise corrente das cores e formas da bandeira brasileira, como a que associa o verde às matas ou o amarelo ao ouro, é uma explicação popular um pouco frágil a respeito de seu simbolismo. Para uma análise semiótica, Fiorin ressalta a importância de se levar em conta que o símbolo é um elemento concreto que manifesta uma ideia abstrata. “Além disso, todo signo linguístico, seja ele simbólico ou não simbólico, tem um significante (que é o elemento sensível, imagem ou sons, por exemplo) e um significado, que é o conteúdo. Para que haja um símbolo é necessário existir uma relação necessária entre o significante e o significado. E, para analisá-lo, deve-se considerar, entre outros elementos, a cultura, pois os símbolos variam de uma cultura para outra”, explica ele.

Então nota-se claramente, que nesse primeiro período de sua era governamental, Vargas só aceitava a Bandeira Nacional como símbolo oficial dentro da nação. Esta foi instituída por decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889. Até então, segundo Calandriello (1963, p. 24), o Escudo de Armas e a Bandeira em uso, até a proclamação da República, foram as decretadas em 1822. Antes da independência política, era vedado ao Brasil ter bandeira própria. No cunho daquela pesquisa está registrado que “bandeira nacional é privilégio de povos livres organizados em Estado soberano”. Por isso, a 18 de setembro de 1822, D. Pedro I, já havia dado a Debret, o fundador da Academia de Belas Artes, o encargo de dar vida à idealização dos símbolos que viria a ser o Escudo de Armas e a Bandeira Nacional. Teve a honra de receber essa primeira Bandeira Nacional, que foi entregue ao Exército Brasileiro, o tenente Luís Alves de Lima e Silva, depois, Duque de Caxias. Pela visão do autor, na bandeira nacional, não deixou D. Pedro de reverenciar seus antepassados, visto que, “o branco e o azul da bandeira brasileira reportam-se ao Brasil colônia. Essas foram as cores das Quinas Portuguesas e as cores nacionais de Portugal, que ainda hoje ainda as mantém em seus escudos de armas”. (CALANDRIELLO, 1963, p. 24).

Com retorno ao aspecto político eleitoral, para Jambeiro (2004, p. 105), “no Estado Novo o poder executivo assumiu o papel de líder e organizador da sociedade e interveio amplamente na política, na economia e na cultura do país.” Por isso, ele observa, conforme pudemos ver no início desse tópico que “desde a campanha presidencial de 1929, a evolução do uso da música popular como instrumento de propaganda tornou-se bastante expressivo”. E, para a circulação da informação através da música foi usado o rádio que a essa altura já havia se consolidado como um poderoso “meio de disseminação da informação, ideias e opiniões”

Para Barros (2013, p. 1) o uso da informação musical como tipo de interpretante

“revela-se rica em contribuições da teoria da filosofia e semiótica de Charles Peirce para a Ciência da Informação” porque

[...] esse conjunto de possibilidades significativas carrega, por conseguinte, potencial informativo, isto é, algum conteúdo semântico que não pode ser desconsiderado do ponto de vista da ciência. Este conteúdo semântico relativo à música compõe a noção de informação musical e interessa, portanto, aos estudos da CI. Ainda no âmbito da CI, a informação musical poderá figurar registrada em algum suporte documental (sonoro ou gráfico, a exemplo da partitura), passível de análise para representação de seu conteúdo a um sistema de recuperação da informação. (BARROS, 2013, p.3).

Para confirmar tal enunciado lembramos que com estas incursões na cultura e no imaginário popular muitas canções tiveram suas letras modificadas para mudar seu cunho informativo. Com esse pretexto de desconstruir a imagem estabelecida do cidadão, até a famosa figura do malandro carioca, segundo Jambeiro (2004, p. 122), sofreu severas intervenções. Sob estas imposições, “o samba foi drasticamente reduzido devido às restrições sofridas para o registro deste estilo musical”. O pesquisador registra o fato curioso que ilustra essa afirmação citando o exemplo da música *Bonde de São Januário*, de Wilson Batista e Ataulfo Alves, que foi obrigada a mudar sua letra original que dizia: *O bonde de seu Januário leva mais um otário que vai indo trabalhar para: O bonde de São Januário leva mais um operário. Sou eu que vou trabalhar.*

Também, em relação à música, vale o registro de Lira Neto (2013, p.128) sobre a contratação do maestro Heitor Villa-Lobos para formular um grande plano educacional de “arte e civismo” (aspas do autor), voltado à área da música e à disseminação de corais orfeônicos país afora. Segundo o autor, o maestro conseguiu convencer Getúlio a instituir a obrigatoriedade do canto orfeônico nos currículos de todas as escolas do Distrito Federal. Com essa estratégia, o pesquisador afirma que Getúlio casara dois propósitos. Tanto atendia aos reclamos do maestro, que por várias vezes ameaçara abandonar o país por não conseguir sobreviver com sua música na própria terra, como “erigia o nacionalismo, a ordem e o trabalho como signos máximos de seu governo”. E assim, a partir de 1932, as grandes apresentações cívico-orfeônicas de Villa-Lobos passariam a marcar no Rio de Janeiro as principais datas comemorativas do calendário nacional. Sobre o uso da música como forma de representação e disseminação da informação política e eleitoral trataremos mais adiante em outro período governamental.

Assim, no que tange sobre este tema no momento, fora das apresentações em público,

como era de se esperar, a maior influência da Informação na vida do cidadão foi obtida mesmo com o rádio. Naquela época, marcada por grandes transformações, Jambeiro (2004, p.63) deixa claro que assim que o governo Vargas percebeu o efeito que o rádio provocava nas massas logo tratou de se preocupar com a regulamentação de seu uso, pois, internacionalmente o rádio já havia se firmado como um “poderoso meio de disseminação de informação, ideias e opiniões”. O rádio ultrapassara as barreiras do elitismo para se transformar no veículo do povo, e isso prestava um relevante serviço ao Estado Novo. Tanto, que para esse propósito Vargas tratou de transformá-lo em “serviço de interesse nacional e de finalidade educativa”, visto sua ampla influência no comportamento político-social da população. O autor ainda lembra que

[...] o namoro de Getúlio com o rádio, no entanto, já vinha de longa data, antes mesmo dos decretos de 1931 e 1932. Desde a década de 20, ainda deputado, o futuro presidente do Brasil decidiu apostar no seu desenvolvimento e nos artistas. [...] Foi, sem dúvida, projetando o alcance e repercussão do rádio que, em 16 de fevereiro de 1926, Vargas conseguiu aprovar o decreto legislativo 5.942, que ficou conhecido como *Lei Getúlio Vargas*, e estabelecia o pagamento de direitos autorais por todas as empresas que lidassem com música. (JAMBEIRO, 2004, p. 111).

Para efeito de comparação, Jambeiro (2004, p. 76) recorda que, só “entre 1934 e 1937 foram publicados quatro decretos – 24.651/34, 24.655/34, 24.772/34 e 1546/37 – relacionados com o serviço de radiodifusão”. E como ele mesmo observa, em nenhum desses decretos houve alteração das determinações anteriores. No último estavam inseridas as atribuições dos meios de comunicação que previa “estimular a produção, favorecer a circulação e intensificar a racionalização e a exibição em todos os meios sociais de materiais educativos”.

Porém, mesmo com a utilização de outros meios disponíveis à época para fazer circular as informações que lhe interessavam, foi mesmo no rádio que Vargas utilizava seu maior poder: O poder de sedução das massas através de seus discursos que alguns historiadores definiam como a “dialética Vargas”. Sua estratégia fora copiada da propaganda política já consagrada pelos políticos norte-americanos e que teve a sua origem na revolução russa. Por este método, por exemplo, Vargas discursava em público fazendo declarações simpáticas ao “sentimento geral da caserna, para solidificar uma boa relação com os quartéis”. Comprovação disso foi a forma ufanista como discursou em um evento realizado para homenageá-lo no 1º Batalhão de Caçadores de Petrópolis. Disse-lhes: “Encarai com orgulho a nossa bandeira e atentai na sua beleza simbólica. Ela é verde e encerra todas as nossas

esperanças; é pequena mais cobre todo nosso território”. Já em meio às articulações para tornar-se presidente constitucionalmente e, já com os boatos de suspensão de eleições dominando o país, recebeu o alarmado candidato José Américo de Almeida incentivando-o a dar continuidade à sua campanha: “Tire essa ideia da cabeça”, disse-lhe Getúlio. “Ative sua campanha. “Isso é intriga de seus adversários...”. Ao tempo em que desmentia o que ele chamava de boato, discursou no feriado de 7 de Setembro despedindo-se do povo com estas palavras: “É pela última vez que, com as responsabilidades de chefe da nação, vos dirijo a palavra nesta data magna.” Assim funcionava a “dialética Vargas”. (LIRA NETO, 2013, p. 309).

Vemos nesse comportamento dialético, que “a intencionalidade e o propósito consciente de transmissão da informação” evidencia que nessa linguagem

[...] a função descritiva, também chamada de representativa ou enunciativa, tem por finalidade, sobretudo informar sobre algo exterior, tanto ao falante quanto ao ouvinte. A terceira função da linguagem, segundo Bühler, é a apelativa, que tem por finalidade principal conseguir uma determinada conduta do ouvinte. (EPSTEIN, 1997, p. 30).

Visto por este ângulo, no que diz respeito aos processos eleitorais, Lira Neto (2012, p. 522) adverte que em seu primeiro discurso pós-revolução, Vargas já havia deixado uma lacuna que preocupou os mais atentos. Sem o uniforme militar usado durante a revolução, Getúlio, de paletó e gravata, previa em seu discurso:

Conceder a anistia; sanear moralmente a nação; melhorar o ensino público; nomear comissões de sindicâncias contra crimes financeiros; remodelar e reequipar as forças armadas; fazer a reforma eleitoral; reformular o funcionalismo público; cortar as despesas supérfluas; incentivar a produção agrícola e incentivar a policultura; extinguir progressivamente o latifúndio; rever o sistema tributário; implementar estradas e ferrovias; criar dois novos ministérios; o do Trabalho e o da Instrução e Saúde Pública. (LIRA NETO, 2012, p. 522).

Nenhuma palavra, porém, foi dita em relação à convocação de uma Assembleia Constituinte e, muito menos, “a respeito de quando se dariam as futuras eleições no país”. Se, refletiu ou não, sobre tudo o que prometia, para Gomes (2000, p. 61), na “elaboração de conceitos buscamos compreender e explicar a realidade na qual vivemos através da criação de signos, significados”. No entanto ela admite que desta forma, “também criamos nossos valores, desejos e fantasias que constituem nossas subjetividades geradas por nossas experiências e expectativas”. Assim ela admite que

[...] o ato de refletir só se realiza pela via da linguagem, mediante a manipulação dos signos. E, na ação reflexiva o homem tem a possibilidade de processar informações. Em um processo semiótico, o homem utiliza a informação para fazer generalizações e previsões. (GOMES, 2000, p. 61).

Seguindo o curso da história, em 25 de janeiro de 1932 aconteceu o ápice do movimento popular organizado por ligas pró-Constituinte que já vinha se reunindo em todo país. Eram multidões que se concentravam em praças públicas para exigir a redemocratização do país. Vargas encomendou a uma comissão coordenada por Maurício Cardoso um novo Código Eleitoral. Este vinha com um novo conteúdo que foi considerado mais avançado que o anterior. Isto porque, nesse novo código eleitoral, constou pela primeira vez o voto secreto, o voto feminino e a extinção da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso. Essa comissão tinha, até então, o poder de validar votos, autorizar a expedição de diplomas eleitorais e até de barrar a eleição de opositoristas pelos deputados e senadores governistas que a compunha. (LIRA NETO, 2013, p. 27).

Aqui podemos constatar que documentos como aqueles produzidos e circulados por militantes da causa feminina como Maria Lacerda de Moura e suas companheiras de militância, conforme relato da página 47 desta pesquisa, serviram de combustível para que finalmente, a 16 de julho de 1934, surgisse a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil que contemplava algumas das antigas aspirações das camadas médias urbanas brasileiras: A Justiça Eleitoral e o tão ansiosamente esperado pelas mulheres, o direito ao voto.

Figura 8 – Primeira campanha eleitoral feminina: Informação eleitoral voltada para as mulheres



Fonte: Salgado (1988)

Todavia, Fausto (2006, p.221) registra que a Constituição de 1934 determinava esse direito apenas para mulheres que exercessem função pública remunerada. Fato que, Lira Neto (2103, p. 141), detalha enumerando as demais condições para o direito ao voto pelas mulheres conforme texto do artigo:

- As solteiras que tivessem economia própria e vivessem de trabalho honesto;
- As viúvas;
- As casadas que trabalhassem fora de casa, desde que devidamente autorizadas pelo marido;
- As desquitadas;
- As que em consequência da ausência do esposo estivessem na direção da família; e, por fim,
- As que tinham sido deixadas pelo marido há mais de dois anos.

Quanto a esse texto, entretanto, o próprio Getúlio Vargas, decidiu simplificar a lei abolindo essas restrições. Apesar disso, para exercerem seus direitos de eleitoras, o seguimento feminino teve que continuar seu trabalho de produção e circulação da informação por meio de panfletos distribuídos pelos movimentos feministas, no intuito de rechaçar o comportamento masculino de repúdio à presença feminina nas filas de votação e durante todo o processo eleitoral.

Figura 9: Primeira participação feminina em um pleito eleitoral brasileiro



Fonte: Viscardi (2014)

No entanto, aquelas manifestações de insatisfação masculina não conseguiram impedir que no sufrágio de 3 de maio de 1933, para escolher os representantes da Assembleia Constituinte, fosse eleita a primeira deputada do país. Assim, a médica paulista de 41 anos, Carlota Pereira de Queiroz, outra daquelas pioneiras do movimento em prol do voto feminino como Berta Lutz, alcançou a primeira suplência na bancada do Distrito Federal, assumindo o mandato com a morte do titular em 1936. Desta forma, fica comprovado que a informação panfletária encontrou ouvido, voz e mãos naquele pleito marcante para o empoderamento da mulher. (LIRA NETO, 2103, p. 141).

Assim, em 14 de julho de 1934, no entorno da nova constituição aprovada, entre os pontos mais importantes de seus 187 artigos, instituiu-se no país o conceito de segurança nacional; regularizou-se a federalização das minas, jazidas minerais e quedas d'água. Também foi aprovada a expulsão de estrangeiros perigosos à ordem pública e ficou reconhecido o direito dos trabalhadores a férias remuneradas, salário mínimo e limite diário de jornada de trabalho. No entanto, dali em diante, o Executivo prestaria contas ao Legislativo, o Senado conquistava o direito de suspender a concentração de forças militares em qualquer unidade da federação e o Tribunal de Contas ganhava a condição de órgão independente com decisões irrevogáveis. Com esse recurso dizia-se a salvo das “pressões e influências da Presidência da República”. O tempo do mandato presidencial teria quatro anos sem direito a reeleição. Logo que foi informado da promulgação do texto Vargas “classificou-o de monstruoso” e desabafou contrariado que seria o primeiro revisor daquela Constituição. (LIRA NETO, 2013, p.189).

Finalmente, na sessão de 17 de julho de 1934 a Assembleia elegeria o futuro presidente da República e, a 20 de julho de 1934, Vargas tomaria posse como presidente constitucional do Brasil. (LIRA NETO, 2013, p. 188).

Mesmo com toda essa movimentação em torno da legitimação da nova constituição, o autor descreve o cenário montado ao se aproximar o tempo de promover novas eleições. Tudo porque Vargas encontrou um meio de continuar no poder. Através da divulgação de “uma falsa informação de que o país estava prestes a ser tomado pelos comunistas” disseminou pelo país um sentimento de anticomunismo. Com isso ele conseguiu bloquear as articulações em torno de uma incipiente campanha eleitoral para presidente do país lançada em fins de 1936. O nome falso criado para o plano imaginário, *Plano Cohen*, seria, na verdade, um nome sugestivo derivado do sobrenome do autor de um artigo publicado alusivo a um levante comunista húngaro comandado por Bela Kun. Com base nesse documento, o chefe do serviço

secreto da Ação Integralista Brasileira, coronel Olímpio Mourão Filho, a pedido de Plínio Salgado, redigiu um texto onde se detalhavam “supostas ações que os comunistas estariam planejando para instituir um governo de extrema esquerda no país”. (LIRA NETO, 2013 p.304).

E foi mais uma vez no rádio, a 10 de novembro de 1937, em cadeia nacional, no programa oficial *Hora do Brasil*, que o suposto plano foi divulgado. Fechado o Congresso que Vargas houvera empossado em 1934, uma nova Constituição foi outorgada e o presidente passou a governar por decreto. E assim, com o aproveitamento do artifício desse boato, ele conseguiu governar até 1942. (KOSHIBA, 2003, p.423).

Abrimos aqui uma ressalva para falar do uso da informação falsa como meio de produção e circulação da informação utilizada nos processos políticos governamentais.

Os boatos ou rumores estão inseridos no cotidiano das pessoas e constituem uma mídia alternativa aos meios de comunicação oficiais. Há estudos sobre boatos em diferentes áreas do conhecimento, muitos deles analisam os boatos associados a situações de crises, conflitos, catástrofes, e também sobre organizações e alegações de conspirações. [...] Dessa forma, o desenvolvimento de boatos é uma indicação de informações insuficientes ou, também, da não aceitação passiva de versões oficiais que contradizem a crença do grupo. A aceitação da versão oficial remete a credibilidade das fontes através da transparência na divulgação de informações que devem ser confiáveis. (CRUZ, 2014, p.36).

Visto por este ângulo, não é de se estranhar que o povo viesse a acreditar nesses boatos uma vez que, para isso, conforme já foi salientado, Vargas já vinha se articulando no uso da informação como meio da construção no imaginário popular como protetor dos trabalhadores principalmente depois de muitos embates com

[...] as associações de industriais e comerciantes que acabaram por aceitar a legislação trabalhista, embora a princípio combatessem as medidas governamentais, especialmente aquelas que concediam direitos aos trabalhadores. (FAUSTO, 2006, p.188).

Nesse curso, Fausto (2006) pontua também sobre o uso sistemático do rádio como instrumento de informação por onde Vargas construía diariamente a sua figura simbólica cultuada como um mito. Nesse contexto, o mito tem como função:

Resolver, num plano simbólico e imaginário, as antinomias, as tensões, os conflitos e as contradições da realidade social que não podem ser resolvidas ou solucionadas pela própria sociedade, criando assim, uma segunda realidade que explica a origem do problema e o resolve de modo que a



realidade possa continuar com o problema sem ser destruída por ele. O mito cria uma compensação simbólica e imaginária para dificuldades, tensões e lutas reais tidas como insolúveis; essa solução é imaginária porque opera com a lógica invisível e subjacente à organização social. Ou seja, tensões, lutas e antinomias não são visíveis e perceptíveis, mas invisíveis e perceptíveis, comandando o funcionamento visível da organização social. (CHAUÍ, 2010, p. 331).

Figura 10 – Vargas e seu principal meio de circulação da informação



*Vargas. O mito que, através do rádio, usava a informação para “criar no povo uma compensação simbólica e imaginária para dificuldades, tensões e lutas reais tidas como insolúveis”.*

Fonte: Jambeiro (2004)

E assim, com essas estratégias de composição da imagem como protetor dos trabalhadores, Vargas, de acordo com Fausto (2006, p. 207), colocava ao seu dispor os membros de sua equipe para:

- Produzir informações diárias - as quais ele mesmo transferia às massas todas as noites no rádio;
- Produzir informações semanais - as quais ficavam sob a responsabilidade do ministro do trabalho, que em suas palestras, também radiofônicas, contava a história das leis sociais, apresentava casos concretos e se dirigia, por vezes, às audiências determinadas: aos aposentados, às mulheres, aos pais de menores operários, aos imigrantes, etc.
- Produzir informação para as cerimônias anuais - como as alusivas ao dia do trabalhador, 1º de maio, realizadas a partir de 1939 (o famoso bordão, “Trabalhadores do Brasil” que se tornou sua marca registrada seria usada a partir de um discurso nas imediações do Catete em 13 de maio de 1938). Nessas comemorações, que eram realizadas em estádios de futebol, reuniam-se grande massa de operários e o povo em geral. Esse último evento era o mais esperado do ano, pois, para essa ocasião, além da

informação produzida durante o ano, guardava-se também para divulgação, informações que tivessem grande alcance social.

Aqui cabe um comentário quanto a uma faceta do alcance das leis voltadas para atender medidas sociais tomadas pelo governo Vargas. Durante esse ponto da pesquisa encontrou-se o registro de um acontecimento que envolvia uma parcela da sociedade que não estava registrada nos mapas eleitorais. Em excursão realizada pelo nordeste brasileiro, no Ceará onde visitou a capital Fortaleza, Vargas também passou pelas cidades cearenses de Icó, Orós, Choró e Quixadá. Porém,

[...] a caravana passou ao largo dos abomináveis ‘campos de concentração’, zonas rurais cercadas, isoladas à margem das cidades e nas quais, na grande seca de 1932, foram confinados em condições subumanas cerca de 70 mil flagelados, entre homens, mulheres e crianças, impedidos de sair do local por soldados da polícia e por ninhos de arame farpado. Adotadas como ações do governo contra os efeitos da estiagem, a instalação desses verdadeiros currais humanos mantinha os retirantes longe das páreas urbanas, numa assumida política de higienização social. (LIRA NETO, 2103, p. 148).

No que interessa à trajetória da informação em meio aos processos eleitorais, aproveitamos para incluir o argumento defendido por Guzzo (2014, p.126) segundo o qual,

[...] governos que mentem para o público o tempo todo acabam mais cedo ou mais tarde mentindo para si mesmos e, pior ainda, acreditando nas mentiras que dizem; o resultado é que chegam a uma situação em que não sabem mais fazer a diferença entre o que é verdadeiro e o que é falso [...] e a única opção é continuar mentindo até o dia das eleições.

Trazemos esta questão porque, ainda sobre a formação da imagem de “Pai dos pobres”, enxergamos aqui um contracenário, pois, de acordo com Jambeyro (2004, p. 114), esse era o perfil difundido pelas informações disseminadas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por Vargas pelo decreto nº 5.077, de 29/12/1939. E esse mote seria também difundido em suas futuras campanhas. Sempre em defesa dos oprimidos.

No esforço de manter essa imagem de popularidade para o público que tinha contato direto com seu gabinete e com sua família, Vargas evitava aparecer de semblante fechado exigindo, inclusive, de seus auxiliares mais diretos, “que se esforçassem para demonstrar o mesmo espírito de descontração”. (LIRA NETO, 2013, p. 42).

A título de aproximação do enunciado com a comprovação dos fatos nos registros de imagens que se seguem constata-se dois momentos de Vargas. Note-se que sem a intervenção

do DIP, já que se tratava de uma publicação internacional, Vargas aparece na reportagem de capa com o semblante preocupado e austero.

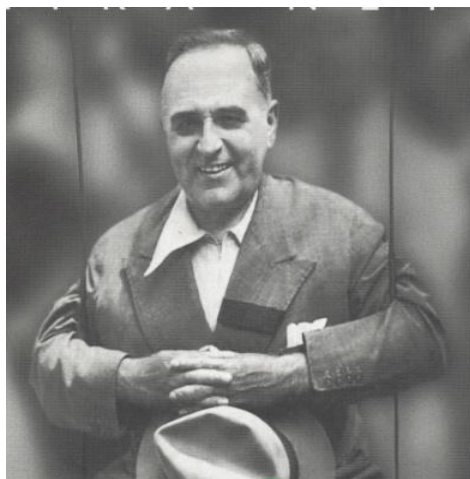
Figura 11 – Vargas, primeiro brasileiro a ilustrar a capa da principal revista semanal norte-americana, Time, em agosto de 1940. (Foto sem a censura do DIP)



Fonte: LIRA NETO (2013).

Já na próxima imagem, com a intervenção do DIP, ele aparece com seu símbolo, o sorriso.

Figura 12 – Foto com a censura do DIP



Fonte: Lira Neto (2013)

Voltando a falar em relação ao aspecto da formação da imagem para o público em geral, afirma Moraes (1998, p. 369), que Vargas submeteu todos os meios de comunicação à censura e,

[...] mais do que isso, forçados a publicar matéria oficial produzida pelo DIP, programas de rádio eram censurados e músicas eram proibidas às centenas. Jornais que não se acomodaram facilmente a essa situação, como *O Estado de São Paulo*, ficaram diretamente sobre o controle governamental por vários anos.

Ainda para a consolidação da construção dessa imagem, Vargas, segundo Lira Neto (2012, p, 525), produziu uma série de livretos ilustrados e coloridos de “caráter pretensamente didático e biográfico”. Eis alguns títulos:

- História de um menino de São Borja;
- A história de presidente Getúlio Vargas contada por Tia Olga aos seus sobrinhos;
- Getúlio Vargas para crianças;
- Getúlio: uma biografia para a gente moça;
- O Brasil novo: Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira.

Figura 13 – Livreto *O Brasil novo: Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira*



Fonte: Lira Neto (2012)

Paralelo a isso, escolas e bibliotecas eram inundadas com folhetos e cartilhas verde-amarelas, em que sobressaiam as mensagens ufanistas. Biografias edulcoradas do presidente da República [...] eram produzidas em série. Concursos para a escolha de cartazes cívicos também se tornaram rotineiros. Apenas nos primeiros anos do Estado Novo, entre 1937 e 1939, o serviço de divulgação do governo imprimiria e distribuiria 90 mil retratos, cartões-postais e pôsteres de Getúlio, além de um total de 45 livros doutrinários, com tiragens que variavam de 10 mil a 75 mil exemplares cada. Em 1938 saíram da Editora José Olympio os cinco volumes em capa dura de *A nova política do Brasil*, reunião dos discursos de Getúlio desde a formação da Aliança Liberal e a chegada ao poder, em 1930. (LIRA NETO, 2013, p.326).

Com essa prática, Vargas cumpria ao mesmo tempo dois objetivos: Preparar uma futura geração de eleitores, caso viesse precisar algum dia, ao tempo em que também alcançava o coração das famílias. E assim ele utilizava esta forma de registro adequando-as às circunstâncias da situação do momento. Por isso, nessas leituras, a narração e representação de histórias de sua infância e de sua família eram contadas e recontadas com a clara intenção de fortalecer os laços com suas origens. Nelas apresentava suas ideias diante dos fatos, com marcas discursivas que davam a reconhecer as intenções e valores de seu governo, que vinham atrelados e vinculados ao discurso. (LIRA NETO, 2012).

Lira Neto (2013, p. 242) observa que, enquanto Vargas acalentava a juventude com seus documentos de propaganda, onde a tônica era o culto à pátria, não descuidava de manter paralelamente uma rede de informações a serviço do governo. Essa rede era formada, inclusive, por agentes duplos como era o caso de “Johann de Graaf que mantinha, tanto seus interlocutores britânicos, quanto Vargas informado das movimentações políticas belicosas ou de ameaça ao governo”. Em contra partida, o pesquisador adianta que desembarcaram no Brasil, entre julho e setembro de 1935, funcionários enviados pela União Soviética onde ele lista

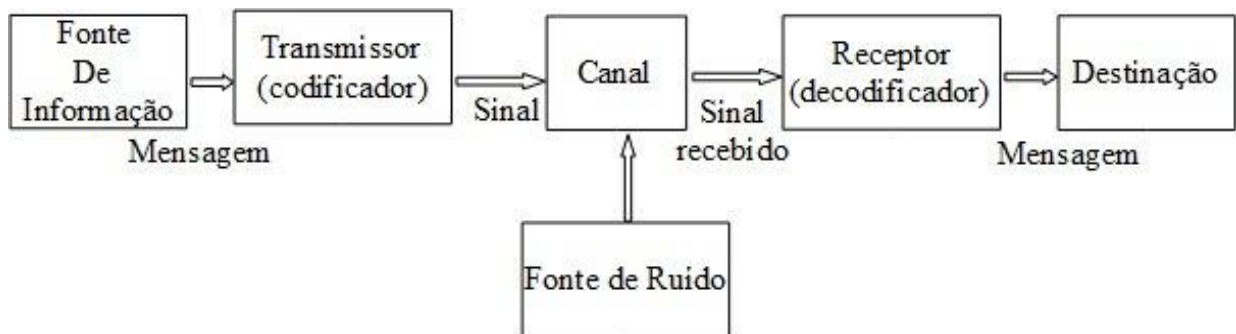
[...] o norte-americano Victor Allen Baron, especialista em radiotelegrafia, incumbido de montar uma estrutura de comunicação entre o Rio de Janeiro e Moscou; do italiano Amleto Locatelli, instrutor militar, encarregado de auxiliar os trabalhos de **Johnny de Graaf**, e do polonês Mendel Mirochevski, com larga experiência conspiratória junto aos movimentos sindicais. (LIRA NETO, 2013, p. 242).

Ao notar a presença de Johnny de Graaf, que foi citado logo acima como o agente duplo do governo Vargas, fica explicado o fato ocorrido no levante de novembro de 1935, onde Getúlio deixou atônitos o chefe do Estado-Maior do Exército, general Pantaleão Pessoa e o Ministro da Guerra, João Gomes. Os generais se deram conta de que tanto a polícia

quanto um de seus generais de pasta “não obtinham informações tão precisas em torno do movimento quanto o presidente. Tudo o que havia chegado até então eram apenas ruídos, mas não informações importantes e completas”. (LIRA NETO, 2013, p.245).

Em meio a estas questões, trazemos mais uma vez, como reforço, a contribuição do modelo de representação gráfica de Shannon e Weaver por julgá-lo bem pertinente à abordagem em questão.

Figura 14 - Modelo da Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver



Fonte: Gomes (2003, p.)

Sobre este modelo a autora tem a dizer que

[...] entretanto, ao adotar o gráfico representativo do modelo produzido pela teoria da informação, concebida dentro da abordagem cibernética da informação e comunicação, como objeto de análise ou como modelo, os estudiosos dos processos sociais de comunicação acabaram por não *ressignificá-lo*, deixando, assim, de expandir sua compreensão para além das bases que a conceberam inicialmente, cujo compromisso voltava-se mais especificamente à resolução dos problemas oriundos do estabelecimento das redes de telecomunicações. (GOMES, 2010, p.3).

Para avaliar o grau de heterogeneidade que permeia na literatura temática acerca desse modelo citamos como exemplo Robredo (2003, p.18) para quem este “modelo ilustra também como o processo de comunicação pode sofrer, em cada uma das etapas intermediárias, a interferência de ruídos, sinais irrelevantes e obstrutivos”.

Voltando à vertente de estudo mais próxima à ótica da ciência da informação que vem de Inazawa; Baptista (2012, p. 173) temos um parecer segundo o qual, o paradigma físico da recuperação da informação foi “uma das razões pela qual a ciência da informação se valeu, em um primeiro momento, do modelo de comunicação de Shannon e Weaver”.

Não seria demais relembrar um pouco do que falamos anteriormente sobre a influência do pensamento positivista que aqui aparece já perdurando há mais de quatro décadas de república. Chamamos a atenção para os fortes pontos de convergências entre o rumo tomado pelo governo ditatorial desse primeiro período da era Vargas e essa corrente filosófica que angariou “adeptos entre personagens com forte participação no meio político”. Àquelas considerações juntamos o relato de que “os membros da ortodoxia positivista foram responsáveis por uma forte militância a favor de um regime ditatorial que eles consideravam o ideal: a Ditadura Republicana”. Ideal este, que, conforme o mesmo texto exemplifica, na “visão de Augusto Comte, deveria ser conduzido por um bom ditador e conservador que soubesse conduzir as massas, o que levaria à transição da humanidade para a sociedade positiva”. (MELLO, 2014, p.4).

Outra visão que não deixa dúvidas quanto à relação do modelo ditatorial do governo Vargas e o pensamento positivista pode ser constatada em Mello (2014, p. 3) quando ele afirma também que

[...] o grupo de grande destaque em influência política fora da capital federal, sem dúvida é o Rio Grande do Sul que sob a liderança de Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos e do então ex-ministro Demétrio Ribeiro, que lideraram um estado com uma constituição identificada com o positivismo.

Dentro desta mesma perspectiva Lira Neto (2013, p. 326) admite que o material biográfico preparado pelo repórter destacado pelo jornal *A Noite*, Leal de Souza, para acompanhar Getúlio em suas viagens e solenidades públicas, comparava-o ao positivista Júlio de Castilhos, a quem denominava de “matriz ideológica de toda uma geração de republicanos”.

Abre-se aqui um parêntese, como forma de contribuição interdisciplinar, para registrar o que Lira Neto (2012, p. 522) acrescenta sobre o grave problema que a equipe de gabinete de Getúlio teve assim que assumiu a presidência. Sua equipe, que ele trouxera de seu antigo gabinete do Rio Grande do Sul, descobriu que não havia nenhuma forma de organização ou, sequer, livros de registros burocráticos no palácio do Catete. O pesquisador afirma que os fichários estavam desatualizados e que os despachos eram anotados em folhas avulsas que se extraviavam. É de se estranhar tão descaso com a produção da informação oficial do país e, que até esse tempo não houvesse uma política voltada para a seleção e tratamento de tais documentos uma vez que, desde 1838 fora estabelecido o Arquivo Nacional, à época, Arquivo

Público do Império. Por este instrumento oficial, a partir daquele ano, ali deveria, em uma das três secções, a saber, administrativa, legislativa e histórica ser depositados todos os originais das leis promulgadas no país. Começava ali um projeto, ou pelo menos uma tentativa de estabelecimento de uma política de recolhimento e seleção dos documentos oficiais produzidos. Diz ainda o texto que

[...] desde então, constantes relatórios e ofícios de seus diretores seriam enviados aos ministros do Império, com veementes apelos quanto à necessidade de transferência da instituição. Na verdade, das quatro mudanças ocorridas entre 1844 e 1907 nenhuma parecia adequada a proteger a documentação que começava a se acumular em instalações precárias [...]. É o que revelam os relatórios anuais de seus diretores, sem exceção. Dentre eles, porém, alguns dedicaram especial atenção a um outro entrave: a falta de uma ampla política de recolhimento e seleção dos documentos. [...] Até então, o que era permitido ao Arquivo Nacional recolher, ou ali chegava ao sabor dos fatos e das circunstâncias, era simplesmente depositado, sem que quase nada pudesse nortear sua organização, a não ser o difundido rótulo de ‘arquivo histórico’. (SALGADO, 1988, p.11).

Outro registro vinculado a esse assunto está relatado em Prado (1906, p.7) onde ele relata que no início da República era intensa a anarquia e a desordem no âmbito do serviço público no Distrito Federal (RJ). Segundo o autor, todas as decisões, atitudes e procedimentos eram discutidos pelos funcionários, às portas das repartições, diretamente com os jornalistas. Não havia segredo que não fosse revelado. Foi necessária uma resolução oficial para coibir tais desmandos onde ordens não eram cumpridas e houvera um verdadeiro estabelecimento do caos.

Em face dessas carências detectadas no que se refere à organização da informação produzida a partir dos atos governamentais até aquele período entendemos, que deve ter surgido daí, então, a decisão visionária de Vargas de solicitar à sua filha, Alzira, ainda durante o governo provisório, providências para “arrumação e catalogação de seu acervo pessoal formado tanto por livros de sua biblioteca, quanto, por uma montanha de documentos, entre cartas, bilhetes, telegramas e anotações esparsas”. Isso com a ajuda de uma funcionária especializada do Itamaraty que, apesar do texto de Lira Neto (2013, p. 82) não especificar, fica claro tratar-se de uma bibliotecária de carreira. Esta conclusão pode ser facilmente viabilizada uma vez que, segundo Almeida (2012, p.37) data de 1911, com início oficial em 1915, a criação do primeiro curso de biblioteconomia do Brasil, na Biblioteca Nacional.

Pelo programa de uma das disciplinas, conforme ilustração abaixo, podemos ver que



seu conteúdo estava de acordo com o que Alzira e a funcionária do Itamaraty iriam precisar colocar em prática para a produção e organização da informação daquele material.

Quadro 4 - Programa da Disciplina Bibliografia – BN (1917)

PROGRAMA DE BIBLIOGRAFIA
1.- Bibliographia – Noções preliminares.
2. – Typographia – Composição e impressão
3. – O Livro. Ornamentação – Ilustração – Ex-libris. – Formato.
4. – Encadernação.
5. – O Papel. História e fabricação.
6. – Conservação e restauração dos livros.
7. – Invenção da imprensa. Transição do livro manuscrito para o impresso. Primeiros impressores.
8. – Características do livro antigo e do moderno. – Incunabulos e cimelios. – Livros raros e preciosos. – Falsificações bibliographicas.
9. – O jornal – A revista – O folheto – Publicações periodicas.
10. – Classificação – Systemas principaes.
11. – Classificação decimal – Suas modificações.
12. – Catalogação – Arrumação dos livros e preparo para a catalogação – bilhete systematico – A ficha.
13. – O catalogo – Fontes de informação – Repertorios.
14. – A imprensa no Brasil – Livros e jornaes – Impressores e editores – Bibliographia nacional – Fontes de informação.
15. – Bibliothecas – Historia – Construcção – Iluminação – Mobiliario.
16. – A Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Fundação e phases do seu desenvolvimento. – Bibliothecas no Brasil.
17. – Organização e administração das bibliothecas – Pessoal – Estudos geraes e technicos. – Exames e concursos.
18. – Secretaria e Archivo – Legislação – Regulamentos – Direitos autoraes.
19. – Serviço de informações. – Serviço de permutações internacionaes. Empréstimo domiciliar. – Acquisição e remessa de livros, manuscritos, estampas e peças numismáticas para as secções. – Officinas graphicas.

Fonte: Adaptado de Almeida (2012)

Segundo Lira Neto (2013, p.82), foi graças a esse espírito visionário de Vargas que os pesquisadores nacionais e internacionais teriam ao seu dispor, no futuro, acesso a esses documentos que foram doados pela família. Hoje eles fazem parte do acervo do CDOC da Fundação Getúlio Vargas e compõem “o maior arquivo de um presidente do Brasil disponível a pesquisadores nacionais e estrangeiros”. Dessa forma, Alzira ficou encarregada de acompanhar e também participar como organizadora do arquivo pessoal de Getúlio Vargas onde,

[...] milhares de páginas, sem ordenação alguma, foram catalogados por datas, temas, autores e assuntos. Um grande armário de madeira foi construído especificamente para este fim. Ali eram conservados em segurança os segredos políticos e pessoais de Vargas e, especialmente, do governo. Só ela tinha a chave que dava acesso àquele manancial inesgotável de informações. Fontes primárias que ajudariam a desnudar a história de um período crucial da República Brasileira. (LIRA NETO, 2013, p. 82).

Fecha-se o parêntese, mas, mesmo assim, vale registrar que Vargas chegou a demonstrar, em determinadas circunstâncias, possuir o hábito de mandar tirar cópias

datilografadas em papel timbrado de documentos importantes antes de assiná-los. Foi assim que procedeu quando recebeu do general Góes Monteiro uma minuta da declaração de renúncia no dia 29 de outubro de 1945. Lira Neto (2013, p. 488) lembra que, passando os olhos pelo papel e sem demonstrar maior interesse entregou-o a seu secretário para que realizasse, como de costume, tal procedimento. Além disso, como precaução pediu o prazo de 48 horas para deixar o Palácio. Alegou precisar encaixotar seus pertences pessoais. Contudo, segundo o pesquisador, esse tempo foi usado mesmo para a preservação de seus importantes papéis. Vargas reunia nesse seu acervo um dos seus maiores instrumentos de informação que eram as cartas. Em tempo, como bem enuncia Espírito Santo (2012, p.14) “as cartas são consideradas como instrumentos de transmissão de informação que fazem parte de um processo discursivo e estão inseridas em condições sócio-históricas”.

Assim, vale a orientação teórica para este fenômeno dada por Barreto (2002, p. 67) para quem, da relação da informação com o conhecimento revela-se uma estrutura piramidal onde, na base da pirâmide existe “uma sucessão de eventos, que se realizam fora do estoque, na mente de algum ser pensante e em determinado espaço social”.

Ora, esse ser pensante, aqui simbolizado pelo chefe do governo, Vargas, insere-se naquilo que o autor enfatiza ao falar sobre as diferenças existentes na condição da informação com seus estoques e seus fluxos.

Por este parâmetro pode-se entender o apego de Vargas aos seus “papéis”:

Quando se vive uma vida pensante que é o local onde se projeta a criação da informação antes de codificá-la, isto acontece na mais escondida privacidade. Essa é a solidão fundamental de todos os que criam uma informação. É por meio da informação produzida, com a ajuda de um sistema de signos, que o homem procura relatar sua experiência vivenciada para outras pessoas; espalhar a outros sua experiência, que foi experimentada só por ele; que se processou no âmbito de sua condição privada de criação individual e que se desloca para a esfera pública de uma significação, que se deseja, seja coletiva. (BARRETO 2002, p. 71).

Quanto ao futuro dessa informação, preservada, a princípio, só por Vargas, vale ressaltar que o cuidado que ele tinha com as cartas e demais objetos de seu acervo merecem a contribuição do tratado de Meyriat apud Ortega ; Lara (2010, p. 6) que tem como uma de suas questões centrais a forma “como um objeto pode tornar-se um documento”. Principalmente de como os documentos escritos podem ser vistos como “um caso privilegiado, ao considerar ser a escrita o meio mais comumente utilizado para se comunicar uma mensagem”. Que se lembre, no entanto, que neste caso, ajuda muito o que o próprio

artigo contribui, em sua finalização, ao afirmar que “a noção de documento é muito mais ampla que a noção de escrita”.

Visto desta maneira, admitimos uma analogia à proposta de Barreto (1994, p.2) pela qual podemos entender que

[...] a produção da informação, definida por nós como estruturas significantes, operacionaliza-se através das práticas bem definidas e se apoia em um processo de transformação orientado por uma racionalidade técnica que lhe é específica; apresenta atividades relacionadas à reunião, seleção, codificação, redução, classificação e armazenamento de informação. Todas essas atividades orientam-se para a organização e controle de estoque de informação, para uso imediato ou futuro. Este repositório de informação representa um estoque potencial de conhecimento e é imprescindível para que este se realize no âmbito da transferência da informação.

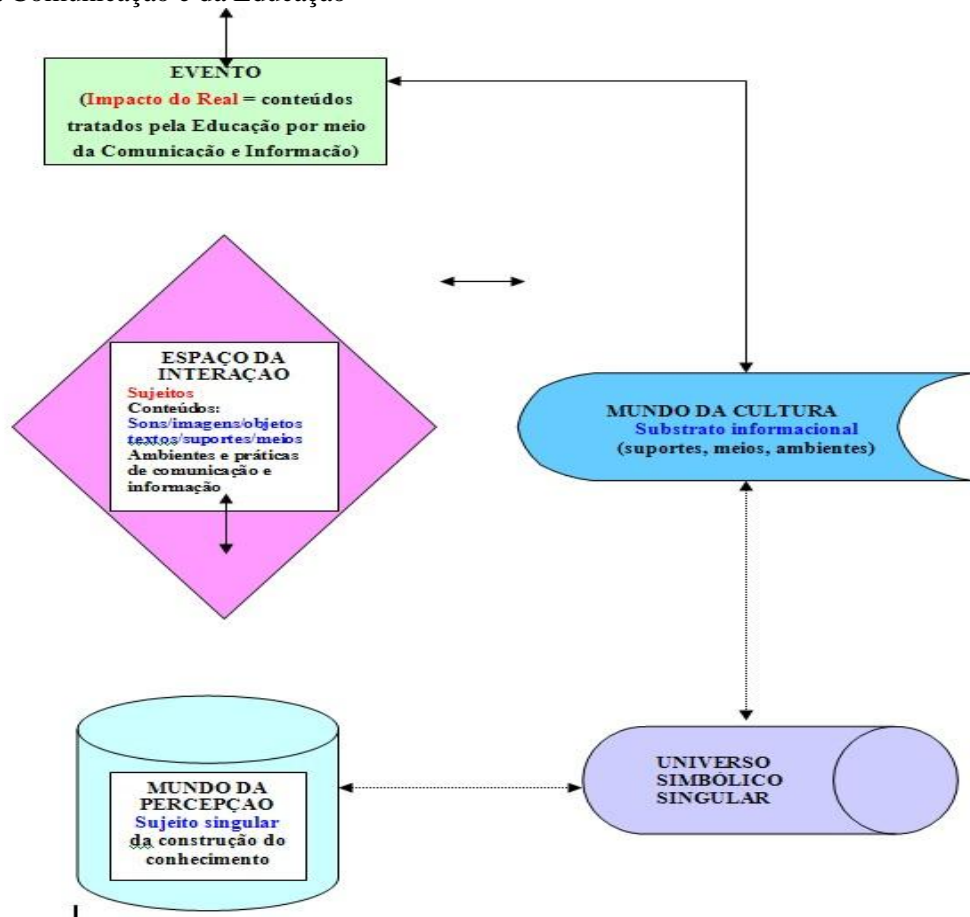
Voltando às cartilhas informativas produzidas pelo governo Vargas, deve ser levado em conta que, pelo quadro socioeconômico que é apresentado por Fausto (2006, p.217), havia crescido, durante o primeiro período de seu governo, o número de brasileiros que podiam ler a produção de textos produzidos por seu governo. Houvera “um declínio no índice de analfabetos que caíra de 69,9% em 1920, para 56,2% em 1940, entre a população de 15 anos ou mais”. “No que diz respeito ao ensino superior, entre 1929 e 1939 houve um incremento de 60% do número total de alunos” que passou de 13.200 para 21.200.

Ao que tudo indica, esse quadro concorreu producentemente para o crescimento do comparecimento às urnas nas futuras eleições ocorridas no país. Isso foi confirmado por Fausto (2006, p. 219), ao ele informar que “enquanto nas eleições de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total, em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população que formavam longas filas para votar”.

Quanto ao aumento considerável do número de ingressos nos cursos superiores vemos que isso dá margem à inserção da observação de Gomes (2008, p.4) quando ela afirma que

[...] a educação formal atua na esfera da transmissão do acervo simbólico instituído, como também da sua reconstrução, especialmente quando se trata do ensino superior. Por meio do processo de transmissão da cultura acumulada pode-se gerar impossibilidades e possibilidades, elementos fundamentais na renovação do acervo simbólico socialmente estabelecido.

Figura 15 - O ambiente da interação na construção do conhecimento: campo de interseção da Informação, da Comunicação e da Educação



Fonte: Gomes (2008)

Antes de passarmos para a segunda incursão de Vargas no poder, vale lembrar que no primeiro período do governo Vargas a informação era vigiada nos jornais, onde, segundo Chagas (2012, p.490), havia sempre um censor que chegava todos os dias pela manhã para ler os jornais antes de eles irem para o prelo. Mas no final de seu governo essa rotina teve uma manhã inusitada. Em Minas Gerais, quando o censor que por longos anos liberava ou proibia o conteúdo do jornal *Diário de Minas*, chegou para mais um dia de censura, ouviu do secretário do jornal a seguinte frase: “A partir de hoje, se você quiser ler o jornal vai ter que comprar na banca”. Enraivecido o censor teria respondido: “Eu vou, mas eu volto...”

A partir dali, a produção e circulação da informação política tomaria novos rumos em seu governo. Ao voltar, em sua segunda fase presidencial, o contexto da informação política e eleitoral, com Vargas no poder, não seria o mesmo. O ano era 1945. Final do primeiro período Vargas.

#### 4.2.1 Segundo período do governo Vargas: seus aspectos simbólicos

Finalmente, a despeito de todas as movimentações pró e contra, após um breve intervalo de cinco anos, Getúlio saiu e retornou ao poder. Nesse intervalo assumiu uma cadeira no Senado. Havia sido eleito como deputado e senador por vários estados, já que a legislação de 1945, ano em que se elegeu, permitia. Mas optou por ser senador pelo Rio Grande do Sul. Durante a campanha de retorno à presidência, “praticamente ausente do senado”, Vargas usava em seus discursos informações de acordo com as necessidades do estado que percorria. E foi assim, que ajustando os discursos pela sua “dialética”, chegou a dizer, no Rio de Janeiro, “que se fosse eleito o povo subiria com ele os degraus do Palácio do Catete e ficaria no poder”. (FAUSTO, 2006, p.224).

De todo modo, Getúlio Vargas levava consigo os textos de todos os discursos que pronunciaria em cada cidade, elaborados previamente por uma equipe de *ghost-writers*. Tais escritos passavam pelo crivo posterior de João Neves da Fontoura, investido de coordenador geral da campanha. Getúlio fazia as alterações que também julgava pertinentes e, por fim, mandava para o datilógrafo passar tudo a limpo. ‘Não estou bem impressionado com o teor de alguns modelos de discursos’, escrevera a filha. Estão muito acadêmicos, muito corretos, mas não impressionam o povo. Parece que não se destinam a ele. São mais para grã-finos. Não tocam no cerne da crise social e econômica que atravessamos. (LIRA NETO, 2014, p. 190).

Nessa fase da vida política de Vargas surgiu a figura do jornalista Samuel Wainer. Este, p deixou o emprego nos Diários Associados, grande conglomerado do ramo de notícias da época, para fundar seu próprio jornal. “O responsável pelo novo projeto gráfico com identidade visual trazendo fotografias coloridas na capa, uma sensação e tanto, disse para Samuel: ‘Vou dar ao logotipo a cor dos seus olhos’”. O logotipo era todo estampado em azul.

As colunas, ao contrário da impessoalidade típica da época, buscavam interagir com o leitor. [...] Wainer colocou repórteres e fotógrafos nas praças públicas, colhendo queixas de populares sobre problemas dos bairros. Entre outros temas prosaicos, o buraco na avenida, o preço do leite, a falta de carne no açougue e o ônibus superlotado passaram a ser objetos de registro. [...] Bastidores do mundo artístico, esportivo e político, na forma de pílulas de texto bem humoradas. [...] Destaque para homicídios, atropelamentos, furtos, contos do vigário, brigas entre vizinhos e acidentes de automóvel, apresentados com linguagem objetiva e títulos curtos. (LIRA NETO, 2014, 221).

Todavia, “por ter que começar do zero”, Samuel Wainer precisou contar com o apoio de investidores para adquirir uma massa falida do Diário Carioca. Assim, nesse ponto da investida gráfica e empresarial, ele recebeu inicialmente 30 milhões de cruzeiros provindos um terço do empresário Euvaldo Lodi, financiador da campanha de Getúlio. Os outros dois terços vieram do banqueiro Walter Moreira Salles e do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet. (LIRA NETO, 2014, 222).

O comando da publicação foi confiado por Wainer a um “grupo de notória tendência esquerdista”. No entanto, “a *Última Hora* não escondia de ninguém que surgira com a função de atuar como instrumento político a favor do governo – ou, nas palavras do próprio dono, para ser uma ‘expressão do getulismo’”. (LIRA NETO, 2014, 223).

Uma vez terminada a campanha, mesmo não conseguindo o índice de votação esperado, apenas 48% do total de votos, contra 29% do brigadeiro Eduardo Gomes e 21,5% de um político mineiro quase desconhecido, o advogado Cristiano Machado, Vargas voltou ao poder em 31 de janeiro de 1951, dia em que tomou posse para seu último mandato. “Sob pressões e sem uma sólida base de apoio a seu governo Getúlio se equilibrava no poder”. O acontecimento traumático que a oposição desejava para depor o presidente foi proporcionado pelos próprios componentes de seu círculo íntimo. Na tentativa de assassinar o grande opositor de Vargas, o jornalista da “Tribuna da Imprensa”, Carlos Lacerda, o homem contratado para consumar o atentado por Gregório Fortunato, seu guarda pessoal, “acabou assassinando o acompanhante de Lacerda, o major da aeronáutica, Rubens Vaz”. Este opositor divulgava informações adornada pelo bordão que circulava ruidosamente nas praças: “Debaixo do Palácio do Catete corre um verdadeiro mar de lama”. O cerco se apertou e Vargas optou por sair de cena através de um ato trágico cometendo suicídio. Deixou sua “carta testamento”, vide anexo C, com informações políticas, sociais, históricas e econômicas que até hoje fornecem material para os mais diversos campos das ciências. (FAUSTO, 2006, p. 230).

Pela via da abordagem simbólica

[...] o suicídio de Getúlio é emblemático do ponto de vista de uma morte heroica: [...] A produção de um legado político associado a um personagem depende, sem dúvida, da relevância da trajetória desse personagem, mas também das estratégias e recursos mobilizados na construção de uma imagem pública que, investida de forte carga simbólica, é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social ou ideológico. O projeto, ao longo desse processo de investimento social, acaba dotado de uma permanência que torna possível abstraí-lo de sua conjuntura e produzir

apropriações posteriores, efetuadas por outros atores sociais, que buscam legitimar-se como os herdeiros do legado. A morte tem um papel importante na construção da ideia de um legado. [...] Com a morte, especialmente a morte heroica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, a uma outra, marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico.[...] Muitas controvérsias cercaram a Carta-testamento. [...] Ainda que a autoria da carta tenha sido questionada e que o documento original nunca tenha vindo a público, [...] mais importante do que as controvérsias é o fato de que o suicídio e a irradiação da carta para todo o território nacional foram capazes de produzir sensíveis alterações nos rumos políticos do país. [...] A oposição, diante da reação popular, viu-se obrigada a recuar, perdendo a vantagem política que acumulara no período que antecedeu o suicídio. Essa segunda versão, que não veio a público imediatamente após a morte de Getúlio, registra, como a primeira, ainda que de maneira menos eloquente, suas projeções: ‘A resposta do povo virá mais tarde...’ (HEYMANN, 2012, p.1)

#### 4.3 DURANTE OS GOVERNOS POPULISTAS: COM SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS

Após a morte trágica de Getúlio Vargas seu vice Café Filho assumiu o poder. No entanto, doente, teve que licenciar-se para tratamento. Não conseguiu retornar e, um ano depois, em 1955, houve um novo processo eleitoral. Havia os rumores de um golpe militar, mas, ao final das eleições presidenciais, Juscelino Kubitschek saiu vencedor com sua tônica jovial e seu famoso Plano de Metas. Era o seu projeto político econômico, de ação desenvolvimentista, que prometia fazer o Brasil alavancar e crescer cinquenta anos em cinco. Apesar de ter o cotidiano atormentado por sérias dificuldades familiares, deixou sua marca simbólica com as alcunhas de “Pé de Valsa”, “Peixe Vivo” e o “Presidente Sorriso”. Segundo Gaspari (2014, p. 418), “só um homem com sua energia conseguiria manter um eterno sorriso vivendo expressivas contrariedades familiares somadas às sequelas de um câncer de próstata, diabetes e crises de angina”.

Antes de sair, porém, mesmo após ter construído e inaugurado a nova capital, Brasília, não pôde solucionar os problemas estruturais, que a sociedade já herdara de governos passados, os quais não poderiam ser solucionados em tão curto espaço de tempo. E foi nesse vácuo que surgiu a candidatura de seu sucessor. (SALGADO, 1988, p.129).

De vassoura em riste, suas campanhas propunha-se a moralizar o país, estabilizar a economia e “varrer a bandalheira administrativa”. Entusiasmava as massas urbanas, as classes médias e certos setores militares impressionados pelos inflamados discursos proferidos em

defesa da austeridade, segundo sua plataforma de campanha eleitoral. (SALGADO, 1988, p. 130).

O parágrafo acima ilustra bem o símbolo escolhido por Jânio Quadros, que tomou posse como presidente da República Brasileira em 21 de março de 1961, eleito que foi com quase seis milhões de votos. Sua permanência no poder durou pouco. Seis meses depois de subir ao poder renunciou, mas, a marca peculiar que deixou de sua efêmera passagem pelo poder nunca abandonou o imaginário do povo que acompanha a história do desenvolvimento político do país: A vassoura que estava presente à frente de suas aparições em público. (SALGADO, 1988, p.130).

Ficaram famosas as palavras que proferiu ao abandonar seu curto mandato:

Sinto-me esmagado... Forças terríveis levantaram-se contra mim. Se permanecesse não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a paz pública. (SILVEIRA, 2004, p.157).

Quanto aos símbolos e ícones, estes não faltaram durante os processos eleitorais deste período ao qual, Moraes (1998, p.379), faz alusão como “os anos áureos do populismo e da experiência democrática vivida pelo Brasil entre 1946 e 1964”.

No caso aqui, a representação da campanha do presidente Jânio Quadros partiu de um artefato comum ao universo doméstico. Assim podemos admitir que essa ideia partiu do viés da representação mais implícita de um processo de limpeza de uma casa que é a vassoura. Obviamente a casa aqui, sabe-se, seria a nação. Para isso, a julgar pelos estudos segundo Epstein (1997), podemos perceber que neste caso estão associadas, classes de fenômenos mediados por códigos culturais.

Então se conclui, conforme suas observações, que o que houve foi a ligação de duas classes de fenômenos, a saber, a classe dos significantes e a dos significados.

Valem aqui, dois registros: O primeiro refere-se à campanha eleitoral para a prefeitura de São Paulo ocorrida no mesmo período da candidatura de Jânio Quadros protagonizada pelo candidato a prefeito de Santos (SP), em 1961, Mário Covas. Este adotou como símbolo de sua campanha o mesmo símbolo da campanha presidencial, dado à sua afinidade com aquele candidato que o apoiava. No caso de Mário Covas, foi também incluída a figura de uma girafa.

Sobre esses elementos simbólicos de campanha encontramos uma contribuição pertinente à retórica dos símbolos que nos diz:



Os símbolos podem, portanto, ser utilizados para desencadear determinadas ações por parte de seus alvos. Uma decisão (como a de votar ou a de comprar), que deveria envolver fatores racionais ligados, num caso, às crenças políticas, valores, etc., e no outro, a necessidades, possibilidades, etc. [...] O poder dos símbolos é conhecido por todos os que participam da comunicação persuasiva: os políticos, os publicitários, os vendedores, etc. Um equívoco neste particular pode pôr a perder uma candidatura. (EPSTEIN, 1997, p. 71).

Então, para que consigamos entender esse potencial que está “encerrado nos símbolos para o controle das ações humanas” aproveitamos a oportuna observação deste mesmo autor acerca desse uso da vassoura como símbolo, tanto por Jânio Quadros, quanto por Mário Covas em 1961.

Será possível alguém exprimir em toda sua extensão o desabafo ou a catarse representada pela vassoura que prometia varrer toda sujeira e proceder a limpeza? Subitamente um candidato encontra um símbolo que exprime o anseio e o sufoco de toda uma população, e o gesto simbólico de varrer torna-se equivalente à mudança política a partir da remoção do lixo e do sujo. Menos baseado num programa político e mais na capitalização da frustração da população, o candidato ganha a eleição com a ajuda de um símbolo. Canalizando mais a emoção de seu eleitorado, o candidato elide as mudanças radicais na estrutura da sociedade, pois apenas essas possibilitariam as mudanças prometidas na campanha e representadas pelo símbolo (EPSTEIN, 1997, p. 72).

Figura 16 – Símbolo de Jânio em 1961



Fonte: Sousa (2012)

Figura 17 – Símbolo de Mário Covas em 1961



Fonte: Rocha (2014)

O segundo registro, ao qual nos propomos a falar na página anterior, reporta-se ao ideal democrático largamente anunciado como o suporte que estaria envolto nessas campanhas. Para que possamos visualizar ações que respaldem esse suporte como realidade em processos eleitorais, recorreremos a Chauí (2010, p. 503), em seu argumento de que “uma ideologia não nasce do nada nem repousa no vazio, mas exprime, de maneira invertida, dissimulada e imaginária, a *práxis* social e histórica concreta”. Dito isto ela pergunta:

‘Que significam as eleições?’ Muito mais que a rotatividade de governos ou a alternância de poder. Simbolizam o essencial da democracia: que o poder não se identifica com os ocupantes do governo, não lhes pertence, mas é sempre um lugar vazio que os cidadãos, periodicamente, preenchem com um representante. [...] Que significam as ideias de situação e oposição, maioria e minoria, cujas vontades devem ser respeitadas e garantidas pela lei? (CHAUÍ 2010, p. 503).

Ora, se o problema era preencher esse lugar vazio, a renúncia de Jânio Quadros provocou sérias crises, mas a vacância no poder, de uma forma ou de outra, seria logo preenchida. Forças políticas se dividiram contra a posse de seu vice, João Goulart, popularmente tratado como Jango. A implantação de um governo parlamentarista cercearia por quase dois anos o poder presidencial. Mas, em um plebiscito realizado em janeiro 1963, o parlamentarismo seria rechaçado e João Goulart recuperaria a totalidade dos poderes que lhe fora retirado. Sua permanência no poder vigoraria até o dia 31 de março de 1964 quando foi deposto pela instauração do regime militar no país. No tocante à informação no governo Goulart, vale ser registrado, que a partir do 83º dia de sua chegada ao Planalto as “classes produtoras aquartelaram-se fundando o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais”, o IPÊS, que

[...] existiu numa época de proliferação de organizações conservadoras e sobreviveu a todas elas. [...] A maior fonte de despesas – e de energia – do IPÊS era o seu serviço de divulgação. O instituto encomendava artigos a 5 mil cruzeiros a peça (equivalente a 1.300 dólares). [...] No apogeu, em 1963, lançou 2,5 milhões de impressos, entre livros, apostilas e folhetos. O IPÊS editou desde alguma produção anticomunista nacional [...] até clássicos como *A revolução dos bichos* do socialista George Orwell, e trabalhos de alto nível como *Ideologia e poder na política soviética*, do professor Zbigniew Brzezinski. O instituto também patrocinava editoriais e reportagens na imprensa. [...] Em pelo menos um caso fez papel de censor pressionando a direção da TV Rio para moderar as piadas do humorista Chico Anísio, um simpatizante do Partido Comunista. (GASPARI 2014, p. 154-156).

Próximo aspecto sobre esse assunto a ser comentado versa sobre as divergências que a restauração do presidencialismo trouxe entre esquerda e direita. E isso sem nenhuma margem para alternativas intermediárias. Assim, a direita criou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) para financiar os atos de oposição ao governo. Por sua vez, os deputados da oposição criaram a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Já os militares aglutinaram-se em torno da Escola Superior de Guerra. O Ministério do Trabalho apoiava as greves conduzidas pela esquerda trabalhista que tinha como espinha dorsal o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). (MORAES 1998).

Aliadas às organizações e identificados com as causas populares havia a Ação Popular e a Juventude Universitária Católica, entidades que tutelavam as ações políticas dos setores da Igreja Católica que se identificavam com as causas populares. No campo, surgiam as Ligas Camponesas do Nordeste. Estas colocavam em evidência as agitações advindas das questões em torno da reforma agrária e da exclusão do trabalhador rural dos benefícios da legislação trabalhista. Só com a Lei Federal nº 4.214, de 2 de março de 1963, que essa legislação se estenderia ao campo com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural. MORAES (1998).

Contudo, nessa época, Moraes (1998, p. 384) registra que o Brasil estava em plena era dos grandes comícios. E assim, acrescenta que a decisão de Jango de realizar um destes comícios no dia 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro, ao qual compareceram cerca de 200 mil pessoas, organizada pelas maiores centrais sindicais, agravou a crise que já se instalara.

Ele sublinha que tudo isso colaborou para o rumo perigoso que seu governo assumira ao descontentar a hierarquia militar como uma decisão da justiça que lhes negava o direito de concorrer a cargos eletivos.

Bueno (2010, p. 376), afirma que Jango sabia que havia uma trama da direita para derrubá-lo. E diz ainda que “entre milhares de bandeiras vermelhas” Jango anunciou dois decretos quase simbólicos: “O primeiro encapava refinarias de petróleo que ainda não pertenciam à Petrobras e o segundo desapropriava terras improdutivas localizadas à beira de estradas e rodovias.” Sobre este comício Markun (2014, p.113) afirma que “empreiteiras que prestavam serviço ao governo bancaram a produção de 3 mil faixas, 3 milhões de volantes e 200 mil jornais tabloides explicando as tais reformas para o povão.”

Assim fizeram chegar até ao povo toda a informação política que dispunham. Das “tais reformas”, vale ressaltar, que o autor está se referindo à “versão final do projeto de reformas de base, divulgada em fevereiro de 1964” onde Jango relacionava oito propostas de reforma:

“Administrativa, agrária, bancária, eleitoral, universitária e da educação, urbana, fiscal e cambial (incluindo o estatuto do capital estrangeiro, com a regulamentação das remessas de lucros)”. (MARKUN, 2014, p 108).

Moraes (1998, p. 384) sintetiza que a direita católica reagiu a esse evento político reunindo-se em São Paulo com um protesto contra o que eles chamaram de “ameaça comunista no Brasil com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Um dos motivos que acirrava o cerco contra o estreitamento dos laços do governo João Goulart com o comunismo provinha do episódio da passagem de Ernesto Che Guevara pelo Brasil em 1961. Jânio Quadros condecorou-o com a Grã Cruz. A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul é um título que homenageia estrangeiros notáveis. A criação desta comenda remete à época de Dom Pedro I, que a cunhou com o nome de Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul em 1/1/1822 como um ícone do poder do império no país. Com a promulgação da constituição da República no ano de 1891, a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul foi revogada. Seu restabelecimento ocorreu apenas no governo do então presidente Getúlio Vargas, em 1932. Mas o nome da condecoração foi alterado para Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. (ARAÚJO, 2014, p.1).

Figura18 - Condecoração de Che Guevara



Fonte: Google (2014)

Figura 19 – Grã Cruz



Fonte: Google (2014)

Há pessoas que por sua participação na história são adotadas pelo mundo e perdem sua identidade pátria. Assim se formam os ícones. Aonde quer que vá e, seja o que for que aconteça com elas, atraem o mundo atrás de si. Por isso, a homenagem estampada na reportagem de capa da revista de maior circulação no país, naqueles 19 de agosto de 1961,

causou enorme repercussão. O alvoroço, tanto na ala conservadora brasileira, quanto nos EUA, deu-se, porque a figura de “Che”, já àquela época, firmara-se como um ícone na “tentativa de expansão do socialismo na América”. Atitudes como esta de aproximação com Cuba e também com os países do bloco comunista, por João Goulart, precipitaram a deposição deste último representante dos governos populistas. (SALGADO, 1988, p.130).

Figura 20: Uma atitude simbólica e sua influência na produção e circulação da informação



Fonte: Salgado (1988)

Figura 21 – A viagem de João Goulart à China



Fonte: Fajardo (2015)

#### 4.4 DURANTE O GOVERNO MILITAR

Figura 22 – Despedida da democracia em Brasília após a implantação do regime militar



Fonte: Salgado (1988).

E foi com esse gosto de saudade que o país se despediu daqueles anos intitulados pelos folhetins romanescos de “anos dourados”. Viria agora o que historiadores e pesquisadores como Rodrigues (2003, p. 12) chamariam de “anos de chumbo da ditadura”.

O primeiro presidente do regime militar, Humberto de Alencar Castelo Branco, segundo Bueno (2010, p. 386), “hesitou muito em aceitar a presidência do país sob o novo regime, mesmo porque não era o único candidato”. O autor explica que apesar do “temor à suposta ‘república sindicalista’ que Goulart estaria disposto a instaurar no Brasil, os militares estavam divididos”. Enfatiza que a Escola Superior de Guerra reunia o grupo dos chamados ‘modernizadores’ e que neste grupo se “incluíam Ernesto e Orlando Geisel, Cordeiro de Farias, Antonio Carlos Murici e Golbery do Couto e Silva”. Também sublinha que havia os “militares ‘tradicionalistas’ – na verdade, a linha dura da instituição”. Todavia ele admite que,

[...] para que o golpe se concretizasse, porém, era preciso encontrar um personagem capaz de unir ‘modernizadores’ e ‘tradicionalistas’. Embora ligado à Escola Superior de Guerra, o general Castelo Branco tinha bom trânsito na linha dura. [...] Em janeiro de 1963, Castelo reuniu-se com Cordeiro de Farias e o encontro marcou a aproximação entre os dois grupos. Em março de 1963, surgiria o documento apócrifo ‘Lealdade ao Exército’ ou Lex, cujo objetivo era diminuir, ‘dentro dos limites da lei’, o dever de obediência dos militares ao presidente. [...]. Segundo o general Murici, o documento foi posto em circulação para insinuar que Castelo Branco estava integrado ao movimento golpista. (BUENO, 2010, p. 386).

Enfim, o governo do presidente João Goulart sofreu um golpe de estado e o poder foi tomado pelos militares que estabeleceu imediatamente o Ato Institucional número 1, o AI-1. O autor enfatiza que, por este instrumento o governo adquiriu poder para modificar a Constituição e outras séries de resoluções como anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos e controlar a sucessão presidencial. Assim, tanto partidos políticos, quanto sindicatos, agremiações estudantis e qualquer organização ou símbolo que tivesse como objetivo representar a sociedade diante do governo sofreu sua interferência. (PETILLO, 2013, p. 185).

Na vastidão de obras e relatos colhidos que tratam deste período, pudemos garimpar casos pitorescos acontecidos e narrados, como foi o caso do membro da direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada na Bahia (SINTEPAV), José Luiz de Oliveira. O sindicalista relata que em 1968, em um determinado dia, foi obrigado a voltar para casa sem camisa, pois ao chegar à Praça Dois de Julho, no centro de Salvador, foi abordado por militares que o obrigou a despir e entregar a camisa que trajava. Motivo: a camisa era vermelha.

Figura 23 – Sindicalista foi obrigado a despir a camisa vermelha na via pública em 1968



Fonte: Via Expressa (2013)

Ao olhar para outro enfoque, nos chama atenção a constatação de que os meios de comunicação e as manifestações artísticas foram as mais duramente reprimidas durante o regime. Petillo (2013, p.185) declara que “para se fazer arte no Brasil com liberdade de pensamento era preciso sofrer um pouco mais que o normal”. Em seguida ele relembra o pronunciamento do ministro da justiça, Gama e Silva, quando este apareceu na TV para um pronunciamento no dia 13 de dezembro de 1968 e anunciou o Ato Institucional número 5,

dando início ao que ele denomina de “período mais duro da ditadura” com o fechamento do Congresso.

O autor registra, que no dia seguinte, sem poder dar notoriedade ao fato, o *Jornal do Brasil* traria na sua coluna dedicada à previsão meteorológica a informação em forma de metáfora, “Previsão do tempo: Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máxima de 38° graus em Brasília. Mínima de 5° nas Laranjeiras”. (PETILLO, 2013, p. 186).

Abaixo, vemos um exemplo de publicação que sofreu intervenção da censura durante o regime militar. A revista norteamericana *Playboy*, lançada no Brasil em 1975, teve que circular durante três anos com o título, *Homem*, pois o regime cerceava toda produção artística ou literária que envolvesse símbolos que estivessem atrelados à exposição da sexualidade.

Figura 24 – Revista norteamericana censurada em 1975



Fonte: Mundo Estranho (2012)



#### 4.4.1 A produção e circulação da informação durante o regime militar e a utilização das artes híbridas

Durante essa fase, segundo Prado; Ortiz; Weiss (2014, p. 79), a informação era manipulada por meios oficiais e a resistência ao regime que implantara formas legais de restrição à liberdade de expressão seria enfrentada com a produção e circulação da informação pelos meios culturais. Acentuam que assim a resistência pela cultura deu lugar ao surgimento de obras que traduziam o inconformismo da nação. Usada como meio de circulação da informação nesse auge da evolução política brasileira a literatura e as artes híbridas representadas pelo teatro, o cinema e a música eram os maiores alvos da ferramenta política utilizada contra essas manifestações culturais durante o regime militar, a censura.

Petillo (2013, p.186) acentua que “Juca Chaves foi um dos primeiros subversivos a enfrentar a censura com suas sátiras”. Vale aqui, a observação de Castro (2014, p. 1), ao explicar que “eram chamados de subversivos todos os que se contrapunham ao regime por entenderem os militares que, pela via revolucionária, estes se manifestavam através da subversão da ordem existente”. Outro relato nos confirma que

[...] após o regime militar baixar o AI-5, os ‘subversivos’ Gil e Caetano foram presos em SP e levados para o Rio, em dezembro de 1968. Pela via Dutra, no camburão, os dois ouviam no rádio notícias sobre a viagem da Apollo 8, primeira missão tripulada a orbitar a Lua. Na prisão, um ‘cortês, refinado’ sargento Juarez, ofereceu a Gil um violão. Com o instrumento, o músico compôs na cela, em 15 dias, quatro canções: “Cérebro Eletrônico”, “Vitrines”, “Futurível” e outra que ficou apenas no esboço, pois ele esqueceu. (REVOLUÇÃO, 2014, p.1).

Sobre Caetano Veloso, preso com Gil, é dito que antes de ir para o exílio em Londres sofreu pressão para compor uma música sobre a Transamazônica. Por sua vez, Clara Nunes, que havia gravado *Apesar de Você*, de Chico Buarque, foi obrigada a cantar o *Hino das Olimpíadas do Exército* para provar que não conhecia a verdadeira intenção da letra. Isso porque, essa música, segundo histórico registrado por Mello (1998, p.1), Chico Buarque compôs com a plena convicção de que a canção seria vetada. Porém, para sua surpresa, a composição foi liberada pela censura. Como a canção virou mania nacional, a cantora Clara Nunes regravou-a em 7 de janeiro de 1971. Segundo o autor, a artista acreditava que a letra tinha como tema uma briga entre namorados. No entanto, ele afirma que em fevereiro de 1971, o jornalista do *Tribuna da Imprensa*, Sebastião Nery, em uma nota de sua coluna escreveu acerca da música onde comentou que seu filho e os colegas dele cantavam *Apesar de*

*você* como se estivessem cantando o Hino Nacional. Isso foi o bastante para que os censores atinassem para o verdadeiro teor informacional da canção. (PASSOS, 2014, p.1).

A autora ainda acrescenta que isso rendeu a Nery uma intimação para depor na polícia e, ao censor, foi infringida uma punição por não ter compreendido o teor da mensagem contida na letra da canção antes de aprová-la. Chamado para depor, em um interrogatório, “Buarque foi indagado sobre quem era o *você* da letra da canção no que, simulando tratar-se de uma “proposta vaga de comunicação”, o compositor teria dito: ‘É uma mulher muito mandona, muito autoritária, teria respondido o cantor’. (PASSOS, 2014,p.1).

Neste ponto de encontro entre o fato narrado e o do tema proposto para este trabalho, vemos uma vertente importante de reflexão dentro da análise semiótica quando

[...] Peirce considera que o vago é um componente próprio à comunicação. Segundo Chauviré, o vago ‘afeta os enunciados de um diálogo no qual cada um dos dois participantes sabe (ou pressupõe) que o outro conhece tudo isto que é necessário para compreender o que ele diz; se trata então de um vago reduzido pelo conhecimento do contexto linguístico e extralinguístico’ (CHAUVIRÉ, 1995, p.18). O vago está sempre referido à existência de indivíduos precisos e envolve, sobretudo, a impossibilidade de determinar as condições de verdade de uma ocorrência ou proposição. Seu correlato é justo o conhecimento prévio ou colateral, não apenas no sujeito interpretante, mas também como saber suposto no outro envolvido na troca comunicativa. (CARDOSO, 2012, p. 3).

Segundo Petillo (2013) nesta confluência entre a censura e os movimentos de resistência, a música tornou-se destaque como tipo de interpretante na informação do cidadão brasileiro durante o regime militar. E aliado a esses movimentos, segundo Mello (2014, p1.), “surgiram as músicas de festival que passaram a ter como bordão o protesto contra a ditadura militar, com um profundo diálogo entre compositores de festival e a classe universitária”.

Petillo (2013) apresenta como exemplos desses movimentos de resistência trabalhos como:

- A música *Cálice*, lançada por Chico Buarque em 1973, que faz alusão à oração de Jesus Cristo dirigida a Deus no Jardim do Getsêmane: “Pai, afasta de mim este cálice”. Para quem lutava pela democracia, o silêncio também era uma forma de morte. Para os ditadores, a morte era uma forma de silêncio. Daí nasceu a ideia de Chico Buarque: explorar a sonoridade e o duplo sentido das palavras “cálice” e “cale-se” para criticar o regime instaurado. Trecho:

“Como é difícil acordar calado/Se na calada da noite eu me dano/Quero lançar um grito desumano/Que é uma maneira de ser escutado/Esse silêncio todo me atordoa/Atordoado eu permaneço atento/Na arquibancada pra qualquer momento/Ver emergir o monstro da lagoa/Pai, afasta de mim esse cálice/De vinho tinto de sangue”. (Gilberto Gil e Chico Buarque).

- Já a música *Acender as velas*, lançada em 1965, considerada uma das maiores composições do sambista Zé Ketí, inclui-se entre as músicas de protesto da fase posterior a 1964. A letra deste samba possui um impacto forte, criado pelo relato dramático do dia-a-dia da favela. Faz uma crítica social as péssimas condições de vida nos morros do Rio de Janeiro, na década de 1960. **Trecho:**  
Acender as velas já é profissão/ Quando não tem samba/ Tem desilusão/É mais um coração que deixa de bater/[...] Deus me perdoe mas vou dizer/ O doutor chegou tarde demais/ Porque no morro não tem automóvel pra subir/ Não tem telefone pra chamar/ E não tem beleza pra se ver/ E a gente morre sem querer morrer.
- Nos versos “você não gosta de mim, mas sua filha gosta”, Chico Buarque de Holanda encontrou uma forma de driblar a censura. Nas letras da canção, Jorge Maravilha, lançada em 1974, o que parecia uma relação conflituosa entre sogro, genro e filha nada mais era que mais uma de suas músicas. Só que para este trabalho ele usou o pseudônimo de Julinho de Andrade. Na verdade, os versos da canção fazia alusão à família do general Geisel. O general Ernesto Geisel (1907-1996) foi o quarto presidente da república no regime militar. Geisel odiava Chico Buarque. No entanto, a filha do militar manifestava interesse pelo trabalho do compositor. **Trecho:** E como já dizia Jorge Maravilha / Prenhe de razão / Mais vale uma filha na mão / Do que dois pais voando / Você não gosta de mim, mas sua filha gosta.
- Para fechar, Sérgio Sampaio “botou seu bloco na rua” com um compacto produzido pelo seu amigo Raul Seixas. Petillo (2013, p. 239) atesta que aquela letra “falava diretamente aos corações de todos que viviam sob o manto pesado da ditadura”. **Letra:** Há quem diga que eu dormi de touca / Que eu perdi a boca, que eu fugi da briga / Que eu caí do galho e que não vi saída / Que eu

morri de medo quando o pau quebrou / Há quem diga que eu não sei de nada /  
 Que eu não sou de nada e não peço desculpas / Que eu não tenho culpa, mas  
 que eu dei bobeira / E que Durango Kid quase me pegou / Eu quero é botar  
 meu bloco na rua / Brincar, botar pra gemer.

Petillo (2013, p. 186) lembra o Festival da Canção Popular realizado no Maracananzinho e transmitido pela TV Record em 1966 no qual, um “Caetano Veloso enfurecido”, após defender a canção *É proibido proibir*, encerrou sua apresentação com um discurso contundente no qual dizia: “Vocês não estão entendendo nada. Se vocês forem para a política como são para a estética nós estamos feitos”. No entanto o autor lembra que a canção *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré, foi recebida de braços abertos tornando-se um clássico “e maior hino antirrepressão da época”. Porém, o que este pesquisador destaca como a música que recebeu a crítica mais sagaz foi a experimental *Gotham City*, de Jards Macalé. **Trecho:**

Aos 15 anos eu nasci em Gotham City / E era um céu alaranjado em Gotham City /  
 Caçavam bruxas no telhados de Gotham City / No dia da Independência Nacional /  
 Cuidado! Há um morcego na porta principal / Cuidado! Há um abismo na porta principal /  
 Eu fiz um quarto bem vermelho em Gotham City / Sobre os muros altos da tradição de Gotham City /  
 No cinto de utilidades, as verdades, Deus ajuda / A quem cedo madruga em Gotham City. (PETILLO, 2013, p. 187)

Sobre esses versos, fortemente vaiados pelo público, Petillo (2013, p. 187) enfatiza que da informação contida no texto “eles não entenderam nada”.

Não entenderam o que Mello (2014) admite como uma manifestação de informação cultural através da música que exerceria uma pressão de proporções inéditas, confrontando-se em uma arma jamais utilizada em confrontos semelhantes: canções cuja munição estava nas letras dos compositores de festivais. Para o autor a juventude universitária transformou-se em “uma facção da sociedade brasileira que se levantou contra o amordaçamento da democracia no país”. Inclusive ele lembra que há uma música dessa época intitulada *Mordaça*, que fez parte do repertório do disco, *O importante é que a nossa canção sobreviva*, de Márcia, Paulo Cesar Pinheiro e Eduardo Gudin.

No teatro, em 1968, atores levantavam suas bandeiras com manifestações todas as vezes que suas peças eram censuradas. A atriz Cacilda Becker liderava essas manifestações. No Rio de Janeiro e em São Paulo as peças “Um bonde chamado desejo”; “Senhora Boca do

Lixo” e “Poder Negro” foram proibidas gerando uma greve de 72 horas. Companhias de teatro resistiam apoiadas pelo Centro Popular de Cultura (CPC) criado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1961. A UNE foi extinta em 1964. Entre um dos nomes que se destacaram em meio a essas mobilizações estava o do diretor do Teatro de Arena de São Paulo, Augusto Boal. Ele adotara uma “linguagem popular, crítica e mobilizadora, que daria origem, em 1971, ao Teatro do Oprimido”. (REVOLTAS, 2014, p. 60).

É reconhecido que peças como o “Rei da Vela” tornou-se um marco nessa época. Mas “Roda Viva”, de Chico Buarque, apresentada em 1968, apresentado no teatro Ruth Escobar, em São Paulo, é que tem sido escolhida como um marco do desafio do teatro nesse período “pelo seu teor informativo junto às massas”. A peça, que já fizera sucesso no Rio de Janeiro, sofreu em sua apresentação do dia 18 de julho de 1968, uma quinta-feira, em São Paulo, ataques do Comando de Caça aos Comunistas que teve até a presença de cinco atiradores de elite. (REVOLTAS, 2014, p. 50).

Na televisão, novelas como *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, “foi proibida dias antes de ir ao ar, em 1975; *Selva de Pedra* foi toda podada e *O casarão*, exibida em época de eleição, foi enquadrada na Lei Falcão”, a lei que regulamentava a propaganda eleitoral. A censura da época presumiu que “a novela tinha mensagens subjetivas de apoio a candidatos de oposição”. (BUENO, 2010, p, 412).

Ora, imaginemos que naquela época já havia essa especulação, tal e qual hoje, quando controvérsias foram criadas a partir da novela “Geração Brasil”, estreada em 2014, na TV Globo, e que proveu este material representado na imagem abaixo amplamente circulado nas redes sociais. Tudo começou, quando alguns simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) afirmaram que o título da novela, escrito com letras e números (G3R4Ç4O BR4S1L), esconderia uma mensagem subliminar. Segundo esses reclamantes, este procedimento estaria beneficiando o Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo número de legenda oficial é 40, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujo número é 45.

Figura 25 – Logomarca da novela Geração Brasil Globo 2014



Fonte: PACHECO (2014)

Em primeira investigação desta controvérsia, torna-se necessário lembrar que

[...] o problema de toda análise semiótica é que, se tomarmos o objeto de forma isolada, todas as análises podem se cancelar como meras interpretações subjetivas: se todo signo cria uma imagem mental no interpretante, logo o que estamos vendo poderia ser apenas o signo de outro signo da realidade – e o que é “realidade” para a Semiótica é uma questão metafísica, já que seu interesse é puramente pragmático: entender as significações obtidas de acordo com a posição relativa do interpretante. Para superar esse problema do relativismo das interpretações, nada como sair um pouco da escola norte-americana de Charles Peirce e entrarmos na velha e boa escola linguística da semiologia francesa de Roland Barthes. Para ele, os significados e as intencionalidades de quem está significando (os “emissores”) devem ser confrontados com duas técnicas: a da “recorrência” e o chamado “teste de comutação”. Recorrência busca repetições, padrões, que por serem recorrentes vão além da mera coincidência, tornando-se um fato linguístico de significação, um sentido. (FERREIRA, 2014. p.1).

Finalmente, no cinema, obras como a de Glauber Rocha, *Terra em transe*, *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos e Macunaíma, de Joaquim Pedro de Andrade, mostravam a condição da “sociedade brasileira da época”. (REVOLTAS, 2014, p. 60).

Por outro lado, enquanto no primeiro período do governo Vargas foi criado um órgão cujo principal objetivo era o controle da informação, no mesmo ano da deflagração da revolução, 13 de junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Com o objetivo de supervisionar as atividades de informações no Brasil, sua origem estava no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado por uma parcela dos empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro em meio aos anos instáveis de 1960, com articulação inicial em 1961, a saber, assim que João Goulart assumiu a presidência. Seu idealizador, o General Golbery do Couto e Silva, chegou a compor, aproximadamente, em seus fichários, três mil dossiês com as informações das principais lideranças políticas, sindicais e empresariais do país. Para muitos pesquisadores ele foi o grande artífice da Revolução. (REVOLTAS, 2014).

No entanto, Prado; Ortiz; Weiss (2014, p. 78) argumentam que esse mesmo general e ministro da casa civil dos governos Ernesto Geisel e João Figueiredo, “chegou a seu ocaso dando o tom e o ritmo da distensão para o caminho da abertura: ‘Lenta, gradual e segura’”. E ainda admite que o general manteve-se como interlocutor de órgãos representativos da sociedade civil, como a “Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), presididas respectivamente por Raymundo Faoro e Barbosa Lima Sobrinho. Conteve os extremistas de direita e manteve o País no caminho da redemocratização”.

#### 4.4.2 Os livros e o regime militar

Para Mauês (2013, p. 10), durante o regime militar houve nitidamente projetos literários que desde o início já se mostravam, claramente, como voltados mais para o segmento político que comercial, pelo seu teor de oposição ao regime militar. O autor sinaliza que a revista *Veja*, em sua edição de 4 de janeiro de 1978, trazia como destaque “que a grande marca de 1977 na literatura era ter sido um ‘Ano político’, em que ocorrera uma viva floração de livros políticos – memórias, ensaios, depoimentos, artigos, teses e discursos” que iam de parlamentares de oposição, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, romances políticos, romances-reportagens. Tudo impulsionado pelo “retorno do movimento estudantil e do movimento sindical à cena pública, em particular com a greve do ABC paulista e o avanço da campanha pela anistia”.

Mauês (2013, p. 12) também traz um comentário onde diz que é surpreendente que a mesma “censura que atingiu tão duramente o teatro, a música e a imprensa nos anos 1970”, conforme vimos no tópico anterior, tenha poupado a “literatura de danos maiores, deixando a maior margem de atuação para denúncia e obras engajadas”. No caso aqui, ela cita a obra de Rubem Fonseca, *Feliz Ano Novo*, que foi apreendida, e o título *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão. Como os fins políticos eram difíceis de adaptarem-se à lógica empresarial, muitas dessas editoras não passaram do primeiro número. Não só pela dificuldade comercial, mas pela dificuldade de se conseguir colaboradores que entendessem dos assuntos abordados e que fossem também da mesma linha de pensamento da editora.

Assim Mauês (2013, p 15) admite que o propósito ou razão de ser dessas organizações era produzir um livro que circulasse as informações e ideias neles contidas. Contudo deixa claro que era o lucro que iria possibilitar a continuação dessa produção. Dessa forma ele admite que produzir uma obra daquela, fazendo-a existir e circular informações acerca do regime instaurado era “o fator que permitiria o bom resultado e a continuidade ou não do projeto político editorial”.

Vejamos neste quadro, elaborado a partir da obra de Mauês (2013, p. 49) o registro de algumas editoras de “perfil nitidamente político ideológico de oposição ao governo militar” e com reflexos diretos em sua linha editorial e nos títulos publicados:

Quadro 5 – Algumas Editoras de oposição ao regime militar

Editora	Fundação	Obra(s) mais expressiva(s).	Autor	Ano
Alfa-Ômega	18/01/1973	A ilha	Fernando Morais	1976
Alfa-Ômega	18/01/1973	Obras de Sérgio Buarque de Holanda, Barbosa Lima Sobrinho, Florestan Fernandes e Afonso Arinos.	Fernando Mangarielo (Editor)	
Anita Garibaldi	23/10/1979	Em câmara lenta	Renato Tapajós	1977
Brasil Debates	09/07/1979	Desde 1981 edita a Revista trimestral <i>Princípios</i>	Editora do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).	1981
Brasiliense	1943	Coleção Primeiros Passos.	Caio Graco Prado (Editor)	1980
Ched Editorial	1980	Obras de Marx, Engels, Lênin, Trotski, Rosa Luxemburgo, Mário Pedrosa, Guillermo Lara.	José Roberto Marinho e sócios (Editores)	1980/1984
Ciências Humanas	13/06/1978	Textos de professores e pós-graduandos da (FFLCH-USP).	Raul Mateos Castell (Editor).	1978
Cortez	18/01/1980	Obras ligadas a professores da PUC/São Paulo.	José Xavier Cortez (Editor).	Ainda atuante
Duas Cidades	1954	Publicou obras de Antonio Cândido, Roberto Schwarz, Severo Gomes e outros.	Ordem dos Dominicanos	A partir de 2006 só a livraria
Edições Populares - EP	20/01/1977	Editou obras de Che Guevara, Trotski, Rosa Luxemburgo.		Até meados de 1980
Escrita (1968 <i>Vertente</i> )	1980	<i>Revista Escrita</i> e o livro <i>A festa</i>	Ivan Ângelo (A Festa)	1976
Global	16/10/1973	Clássicos do pensamento socialista	Luis Alves e José Carlos Venâncio	Ainda atuante

Elaboração: A autora a partir dos dados obtidos em Maués (2014)

Figura 26 – Livro censurado de Fernando Henrique Cardoso

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 204/16/AC/75

DATA - 25 Ago 75  
ASSUNTO - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
LIVRO AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO  
ORIGEM - ASP/SNI/PRG 15 934/75  
DIFUSÃO - CH/SNI- CIE - CISA - CENIMAR e CI/DPF  
ANEXOS - "A" - CÓPIA EXTRATO DE DOSSIÊ DO NOMINADO NO DOPS/SP  
"B" - CÓPIA INFÃO Nº 007/16/AC/75 DE 07 Fev 75  
"C" - CÓPIA DA ANÁLISE DO LIVRO EM EPIGRAFE

1. O nominado, elemento aposentado pelo AI-5/69 e que esteve asilado no exterior de 1964 a 1968, **é reconhecidamente comunista** e, de acordo com o dossiê (anexo "A"), vem desenvolvendo, há muito, uma campanha anti-revolucionária; ultimamente, na reunião que o MDB gaucho realizou, em CAPÃO da CANOA/RS, para comemorar a vitória, criticou a presença de militares no governo acentuando que, fruto da vitória de Nov 74, o MDB já tem condições de depor o atual governo no momento que desejar, inclusive, com apoio nas FORÇAS ARMADAS.

Fonte: Passos (2014)



Acrescentem-se as estas obras, a publicação *Revista Civilização Brasileira*, da livraria Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, que se transformou “em polo de atração para um grupo de jornalistas e intelectuais dispostos a resistirem ao regime”. Esta revista, apesar de não atingir multidões, “teve um sucesso extraordinário para uma publicação do gênero e tinha grande impacto nos hoje chamados ‘formadores de opinião’”. (MARKUN, 2014, p. 189).

Por fim, nesta área, Markun (2014, p. 164) nos contempla com a informação de que,

[...] apesar do AI5, surgiram algumas publicações que buscavam arrostar a censura e produzir um jornalismo de combate à ditadura. [...] Cerca de 150 publicações alternativas que tinham como traço comum a oposição à ditadura teriam surgido entre 1964 e 1980. A primeira, em termos cronológicos, foi *Pif-Paf*, de Millôr Fernandes, fundado em maio de 1964. [...] O jornalzinho chamou a atenção ao lançar o concurso Miss Alvorada 65, numa alusão aos candidatos à Presidência. O *Pasquim*, lançado em 1969, quase como uma brincadeira entre amigos, chegou a vender 200 mil cópias por semana em 1970. [...] Reuniu nomes como Jaguar, Ziraldo, Ivan Lessa, Millôr Fernandes, Paulo Francis, Henfil e outros. Mas o primeiro projeto consistente de publicação alternativa foi *Opinião* lançado em 1972. [...] *Opinião* era vendido em todo país em bancas e por assinatura e tinha artigos, reportagens, ensaios comentários, charges, ilustrações e fotos. (MARKUN, 2014, p. 164)

Markun (2014, p. 165) ainda lista outros jornais alternativos do país censurados àquela época, entre eles: *Folha da Semana*, *O Sol*, *Em Tempo*, *Coojornal*, *Versus*, *De Fato*, *Repórter*, *Lampião*, *Movimento Flor do Mal*, *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Maria Quitéria*.

Em outras cidades do Brasil, além do eixo Rio de Janeiro – São Paulo surgiram as seguintes publicações: Em Recife, o *Jornal da Cidade*; Em Salvador, o *Coisa Nostra*; Em Vitória, *Posição*; Em Aracaju; *Desacato*; Em Brasília; *Cidade Livre*, Em Fortaleza, *Mutirão*.

Figura 27 – Famoso encontro entre Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda em Lisboa



Fonte: Manchete (1977)

#### 4.5 A REDEMOCRATIZAÇÃO E A NOVA REPÚBLICA: SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS

Depois de dez anos impedida de realizar passeatas e comícios, uma vasta parcela da população urbana do Brasil saiu às ruas para promover, em abril de 1984 e, em abril do ano seguinte, “enormes manifestações populares, comoventes e intensas”. Artistas, escritores e demais representantes dos diversos segmentos da sociedade saíram às ruas para promover diversos comícios no Rio de Janeiro e São Paulo, quando chegaram a movimentar cerca de 1 milhão de pessoas. Foi a campanha das *Diretas Já* que “não podia ser compreendida senão como algo que veio à luz numa conjuntura crítica, num estuário de diferentes crises sem as quais ele não teria sido possível”. Foram vários acontecimentos que culminaram com a vitória da emenda constitucional no Congresso e a eleição indireta para presidente em 1985 quando, Tancredo Neves, após ter vencido, não pode assumir por ter falecido antes da posse. Seu vice, José Sarney, ex-presidente do PDS, partido do regime militar, assumiu dando início ao retorno dos civis ao comando do cenário político brasileiro. Era, também, o início do processo de redemocratização do país. (RODRIGUES, 2003, p. 11).

Durante o primeiro processo de impeachment da América Latina, o presidente que sucedeu José Sarney em 1990, Fernando Collor de Melo, renunciou ao cargo em 29 de dezembro de 1992. Assumiu o seu vice, Itamar Franco. Uma informação que surgiu como um boato sobre um relacionamento extraconjugal do candidato Lula, do qual resultou uma filha, tomou proporções já esperadas pelo adversário político no final da campanha de 1989.

Faltavam cerca de dez dias para o encerramento do horário eleitoral do segundo turno da eleição presidencial de 1989 quando um boato chegou ao comitê eleitoral do PT: pessoas ligadas ao candidato Fernando Collor de Melo (PRN) estavam negociando com a enfermeira Miriam Cordeiro, ex-namorada do petista Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a gravação e exibição de um depoimento bombástico. (PINHEIRO; SEREZA 2009, p.1).

Segundo Pinheiro e Sereza (2009, p.1), em 22 de novembro de 1989, uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha apontava o candidato do PRN, Fernando Collor de Melo, com “48% da preferência do eleitorado, enquanto o petista alcançava 39% da preferência do eleitorado. Entre 12 e 13 de dezembro, essa diferença era de apenas um ponto: 46% para Collor, 45% para Lula”. Ao final, eles detalham que o boato se materializou e tomou proporções que viabilizou um final com a vitória de Fernando Collor. Sobre mais esta

situação política, criada a partir de informações que, mesmo que sejam reais, tem para o público em geral, conotações de boato, pode-se dizer que

[...] Acusações espetaculares que ativam o imaginário atraem as atenções do público, mas poucos se atentam às refutações sóbrias dos acusados. ‘As pessoas às vezes confundem a negação com a acusação. Aqueles que não tinham ouvido a acusação pode ouvir a negação e não se convencer desta última’ (SHIBUTANI, 1966, p.200-201, tradução nossa). Além disso, ao se desmentir um boato, se tenta influenciar os que já o conhecem, mas também acaba transmitindo-o para os que não o conheciam. Porém, o simples fato de acusar não quer dizer que os outros levarão a sério. O público somente é atraído se o conteúdo da mensagem condiz com suas crenças e disposições emocionais. As pessoas debatem uma notícia entre si e podem chegar a um consenso que pode constituir a opinião pública, a opinião do grupo, quanto à interpretação a se dar ao acontecimento em questão. [...] Na necessidade de comunicar uma informação urgente, não se tem tempo de verificar essa informação, é preciso divulgar o mais rápido possível pelo simples fato de ela exigir uma reação imediata. (CRUZ, 2014, p. 45-47).

E foi realmente isso o que o boato causou nas eleições de 1989, já quase na virada para 1990. Ainda com dados colhidos de Pinheiro e Sereza (2009), a eleição de 1989, para posse em 1990, foi uma eleição que teve fatos bem pitorescos. Um exemplo disso foi o registro, como candidato a presidente, do apresentador de TV Sílvio Santos, mas, que teve sua candidatura cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Este órgão também protagonizou um episódio simbólico em relação à informação eleitoral, no tocante à representação da imagem: Proibiu a propaganda de uma tintura de cabelo, por entender que ela trazia informações que remetiam para uma possível referência a uma determinada campanha política. Para cimentar essas informações encapsuladas em boatos, terminamos com um último relato em relação à campanha de 1989 protagonizada pelos candidatos “Lula” e “Collor”. Este traz em seu conteúdo dados que confirmam a influência que as falsas notícias podem exercer na trajetória de uma campanha:

Uma disputa interna entre correntes moderadas e radicais atrasou a divulgação do programa de governo. Sem um documento oficial, os boatos proliferavam e não podiam ser contidos. Lula, segundo os adversários, confiscaria as cadernetas de poupança, promoveria a ocupação de casas e apartamentos por moradores sem-teto, estatizaria fábricas e lojas e desapropriaria até as fazendas produtivas. Ataques sem fundamentos na realidade, mas que não tiveram resposta adequada e que, para boa parte da população, se tornaram fatos, aumentando a rejeição ao petista. (CABRAL, 2013, p. 131).

Figura 28 – Propaganda proibida pelo TSE em 1989



Fonte: Pinheiro e Sereza (2009)

Por outro lado, segundo Carneiro (1999, p. 60), Fernando Collor de Mello, o jovem governador de Alagoas que “improvisou um partido político, Partido da Renovação Nacional (PRN), por não ter sido aceito pelo recém-criado PSDB”, disparou nas pesquisas com um discurso de apelo fortemente simbólico que lhe rendeu a alcunha de “Caçador de Marajás” (lembrar-se da “vassoura” de Jânio Quadros). Seu alvo era “funcionários públicos com salários exorbitantes que lhe proporcionava uma imagem de anticorrupto, intransigente e sem vínculos com a política tradicional”. Em sua posse, “espetacularmente, imita o imperador Napoleão Bonaparte, que, ao ser coroado pelo papa, tomou a coroa de suas mãos e coroou a si mesmo”. Repetiu-lhe a façanha ao tomar a faixa das mãos de Sarney colocando-a, ele mesmo, em seu corpo. Com esse gesto, característico de sua personalidade, fez uma demonstração do que iria simbolizar sua passagem pelo poder. (CARNEIRO, p. 61).

Aportamos afinal aos anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Em uma cronologia cunhada por Carneiro (1998, p.9), FHC, como ficou conhecido este presidente, nasceu em 18 de junho de 1931 e já em 1945, participou do 1º Congresso Brasileiro de Escritores (São Paulo). Entrou para a Faculdade de Filosofia (USP) em 1949. Casou-se em 1953 com Ruth Vilaça Corrêa Leite e em 1960 publicou dois livros em parceria com o paulista Otávio Ianni, sociólogo e pensador devotado à compreensão das diferenças sociais, aposentado da USP pelo AI-5. Com o golpe militar de 1964 começou a ser procurado pela polícia e em 17 de abril deste ano refugia-se na Argentina. Em seguida fixa-se em Santiago no Chile. Recebido por Francisco Welfort foi trabalhar na sede local da Cepal (uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU)). (CARNEIRO, 1999, p.42).

Em 1965 conseguiu um passaporte da Organização das Nações Unidas (ONU) para ir ao Rio de Janeiro presenciar os funerais de seu pai. Em 1967 segue para Paris e passa a lecionar em Nanterre, a convite de Alain Touraine. Em março de 1978, ano de sua volta ao

Brasil, se candidata ao Senado e fica como suplente de Franco Montoro. Teve dificuldades neste pleito em ter contato com os eleitores devido a dois fatores: “Por ser desconhecido pelo povo em geral e pelas imposições impostas pela Lei Falcão que proibia o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão”. Para compensar, teve apoio de vários artistas consagrados pelo público, o que muito o ajudou para tornar-se conhecido pelo eleitorado que finalmente o viu senador quando, em 1982, assumiu a cadeira de Franco Montoro que se elegera governador de São Paulo. (CARNEIRO,1999, p.47).

Em 1986, anuncia sua candidatura a governador por São Paulo, mas, termina candidatando-se à prefeitura. “Dá duas entrevistas que são mal interpretadas” o que infelicitava sua campanha. Tirou uma foto sentado na cadeira de prefeito para uma reportagem da revista *Veja*. Ao mesmo tempo um jornalista do *Estado de São Paulo*, presente àquela cena aproveita, fotografa e publica muito antes da revista que só sai na semana seguinte. “Com esse erro de imaturidade eleitoral abriu caminho para Jânio Quadros que vence o certame e é eleito com 1,5 milhão de votos”. (CARNEIRO, 1999, p.55).

Mais adiante, em 3 de outubro de 1994, ano de eleições gerais em todo Brasil, Fernando Henrique torna-se o trigésimo quarto presidente do país. Em sua primeira entrevista aos jornalistas brasileiros e estrangeiros FHC tocou no ponto que mais inquietava aqueles que esperavam alguma informação concreta na área econômica: Declarou-lhes que a Petrobrás não era privatizável. “Em um dos seus primeiros atos referente à formação de sua equipe gestora, aceita a sugestão do senador Antonio Carlos Magalhães para que concedesse a Embaixada do Brasil em Portugal a Itamar Franco”. A atitude tinha em vista resguardar o ex-presidente de um possível problema financeiro, uma vez que a pensão dos ex-presidentes fora extinta pela Constituição de 1988. (CARNEIRO, 1999, p.95).

Os intelectuais esperavam algo em seu favor pela figura intelectualmente simbólica de FHC que é, dessa forma, reconhecido internacionalmente como o presidente mais culto que o Brasil já teve. Nascido no Rio de Janeiro e com todos os seus antepassados militares, na verdade, FHC entrou para a história como o “pai do real”. O “Plano Real” foi um projeto econômico criado pouco antes das eleições de outubro de 1989, quando então FHC era o Ministro da Fazenda de Itamar Franco, o qual viria a suceder. Este plano nasceu com a grande responsabilidade de estatizar a economia do país em curto espaço de tempo e, com isso, esperava-se deter a inflação que dominava o cenário econômico do Brasil. A nova moeda entrou em vigor em 1º de julho de 1994. (CARNEIRO, 1999, p. 71).

Fernando Henrique não se descuidou de sua carreira intelectual ao longo de sua trajetória política. Em 1981, por exemplo, “foi convidado por Michel Foucault para dar uma série de conferências no Collège de France”. (CARNEIRO, 1999, p. 50).

Foi eleito para seu segundo mandato a 4 de outubro de 1998, após ter conseguido que fosse aprovado no Congresso a proposta de reeleição. “Essa foi outra estratégia do Palácio do Planalto para evitar que o PMDB apresentasse candidato próprio, o que possivelmente levaria a eleição presidencial para um segundo turno”.(CARNEIRO, 1999, p.120).

Pesquisas apontavam que o “ponto fraco do presidente era o seu distanciamento do povo”. Bem assinalado, pois Carneiro (1999, p. 52) admite que, “como intelectual, Fernando Henrique teve uma carreira brilhante, mas a entrada na política levava-o por um caminho ao qual ele não estava acostumado”. O autor argumenta que ele teve que “aprender que em política muitas vezes é melhor ficar calado”. Também que o próprio FHC admitia que “durante muito tempo sentira muita dificuldade em se comunicar fisicamente com o eleitorado pois, era professor de um tempo em que costumava-se ter um tratamento mais distante, distância física até”.

Contudo, seus *marketeiros* declaravam que o que estava mais em julgamento era o presidente e não o candidato. Seguindo por essa linha, Fernando Henrique aceitou o conselho do presidente Bill Clinton quando este veio ao Brasil, sobre como lidar com a informação eleitoral: “Uma ponte para o futuro. Numa campanha de reeleição, o importante é informar o que se vai fazer e não o que foi feito”. Então FHC “vai bater na tecla de que seu governo melhorou o ensino fundamental e que, num segundo mandato, dará um salto de qualidade também no segundo grau”. Outro mote será destacar a importância da estabilidade monetária para um novo ciclo de crescimento no país. (CARNEIRO, 1999, p. 115).

Figura 29: FHC e Lula distribuem panfletos a operários em 1978



Fonte: Imagens (2014)

Segundo Bueno (2010, p. 435), houve um momento compreendido como o ano de 1970, em que os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, “chegaram a panfletar juntos”, época em que, de acordo com Pereira (2010, p. 389), “o PT e o PSDB se configuravam como partidos de origem na socialdemocracia, mas, que hoje são os maiores adversários. Assim, as duas legendas já estiveram unidas em muitos momentos políticos”, ou seja, quando ainda estavam imbuídas pela mesma plataforma que envolvia o processo de redemocratização do país. Até que tomaram rumos opostos.

Luiz Inácio da Silva, que ficaria mais conhecido como Lula, adotando a forma hipocorística de Luís, ganhou esta alcunha nos tempos em que era representante sindical. Com o tempo, este apelido foi oficialmente adicionado ao seu nome legal para poder representá-lo eleitoralmente. Nasceu em Caetés-PE, a 27 de outubro de 1945. Depois sua mãe foi para São Paulo encontrar-se com seu pai. Na fase adulta, mais precisamente em 1966, ele empregou-se como torneiro mecânico nas Indústrias Villares. Em 1969 começou sua vida sindical eleito como suplente da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em 1975 passou a ser presidente deste mesmo sindicato com reeleição em 1978 para o mesmo cargo. Em 1979 liderou a primeira grande greve dos metalúrgicos da região paulista conhecida como ABC. (PINTO, 2011).

Durante a liderança da greve, promovida em 1980, foi cassado pelo governo militar juntamente com a diretoria do sindicato e incluso na Lei de Segurança Nacional. Nesse mesmo período, já como líder de massas, começaria uma carreira política pela qual, após três tentativas, viria a tornar-se o trigésimo quinto presidente do Brasil, com reeleição para o mandato subsequente. Hoje sua história se confunde com a do seu partido, do qual, tornou-se mais símbolo que a própria estrela que o simboliza. (PINTO, 2011).

Em uma análise que envolve o processo de construção do conhecimento quando, segundo Gomes (2000, p. 60) “os sujeitos interagem entre si inseridos no ambiente de cultura” pode-se fazer, paralelo à ótica de Carneiro (1999, p.50), o seguinte quadro comparativo da aquisição de conhecimento pelos governantes FHC e Lula: Enquanto FHC teve sua vida política pautada no aprendizado fortemente intelectual, Lula se firmou como um líder de massas. O interessante que advém desta observação revela-se no que se pode constatar sobre os caminhos informacionais traçados por estes dois presidentes. No que tange às informações contidas em suas biografias, aqui apresentadas, em termos de educação, fosse ela política ou formal, o que FHC apreendeu tanto nos livros como na vida, Lula aprendeu praticamente só nessa segunda via. Nesse particular e, tocante a esta comparação, Pinto

(2011, p.110) lembra que em uma entrevista ao *Pasquim*, quando indagado sobre seus hábitos de leitura Lula respondeu:

Leio bastante jornal. Não tenho tempo de ler outras coisas. Pra ter uma ideia, (Dr.) Almir [Pazzianotto Pinto] nosso advogado, tinha me arrumado uns livros sobre República Velha. Cheguei em casa, fui ler, a molecada não deixou. Aí, peguei e me tranquei no quarto. A molecada começa a bater. [...] A mulher [...] ‘Pô, você fica o dia inteiro fora de casa, quando chega ainda quer se trancar? O livro não é teu filho, teu filho é esse monte que tai!’. Aí pronto, acabou a leitura. (PINTO, 2011, p.110)

Assim, podemos concluir que o ex-presidente Lula foi sindicalista de uma era em que esses representantes da massa operária tinham sua forma peculiar de se apropriarem da informação para mais tarde produzirem aquilo que bem podemos chamar de conhecimento. Reconhecemos, no entanto, não se configurar aqui, claro, o viés do conhecimento científico. Mesmo porque, já foi considerado anteriormente nesta pesquisa, sobre o início das atividades sindicais no Brasil, que eles produziam seus próprios elementos textuais de informação a partir de suas leituras básicas pertinentes simbolicamente à militância sindical. Isso não é difícil de entender uma vez que,

[...] evidentemente, o saber apenas se desenvolve a partir de um processo de comunicação, do estabelecimento de prioridades, da tomada de distância em relação ao primeiro contato com a informação, mas também é dependente dos espaços e canais de transferência de informação, assim como dos agentes que neles e com eles atuam e que acabam por mediar a ação comunicativa. [...] A informação, a Comunicação e a Educação são ativas no processo que assegura o agir de cada sujeito na construção do conhecimento e contribuem para a potencialização da sua capacidade de interpelar, de interferir, de criar e recriar o conhecimento instituído, tanto no seu acervo simbólico singular quanto no plano do acervo simbólico estabelecido. (GOMES, 2008, p.2).

Quanto a essa questão, a autora ainda ressalta que o homem se destaca em relação aos demais seres por sua capacidade de produzir comunicação na interação. Seria então, essa característica, de interatividade com seus pares e, conseqüentemente com as massas, o elemento de potencialização que ajudaria na recondução do presidente Lula ao seu segundo mandato. E ainda com fôlego suficiente para fazer uma sucessora. Fenômeno que seu contexto biográfico ajuda a explicar.

No tocante à informação um fator relevante que permeou o governo Lula encontra-se em Schlegel (2014, p. 127), onde ele reacende a discussão sobre o papel exercido pelo SNI.



Ali o autor afirma que “a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) detém o acervo do SNI e admite oficialmente que dispõe de 3 milhões de documentos do extinto serviço de inteligência”. Mas, no entanto, o autor argumenta que “o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva também assumiu a existência dos arquivos do CSN e da CGI” e que até prometeu revelá-los, mas sem se comprometer com prazos. A título de esclarecimento, diz-se que,

[...] no Brasil, há sinais de que os documentos já liberados são uma gota no oceano. Foram basicamente os papéis dos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), que eram estaduais, e da Justiça Militar. Os centros de informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, muitos ativos na repressão não abriram seus arquivos. Tampouco os Departamentos de Operações de Informações (DOIs) e os Centros de Operações de Defesa Interna (Codis). Ou o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Comissão Geral de Investigação (CGI). No caso do Serviço Nacional de Informações, o acesso a documentos é limitado. [...] Costuma-se discutir também as regras para a abertura dos documentos. Quando presidente, Fernando Henrique Cardoso sancionou decreto que estipulou em 50 anos o prazo para a abertura de documentos classificados como ultrassecretos, renováveis por mais 50 anos. (SCHLEGEL, 2014, p. 127):

Sobre esse prazo regulamentar o fato é que Schlegel (2014, p. 127) relata que o governo Lula revogou a medida sancionada por seu antecessor estabelecendo novos prazos para a abertura desses documentos que ficaram assim:

- Abertura dos ultrassecretos em 30 anos;
- Para os secretos, a data limite é 20 anos;
- Os confidenciais ficaram com 10 anos;
- Os reservados ficaram com 5 anos.

Figura 30 - Presidenta Dilma e ex-presidente Lula celebram vitória em 26/10/ 2014



Fonte: Instituto Lula (2014).

## 5 A INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL DE HOJE: A ERA VIRTUAL

De um modo geral, “gradativamente, os partidos políticos e candidatos estão fazendo uso de uma variedade de ferramentas de comunicação eletrônica em suas campanhas eleitorais”. Entretanto, considerando-se uma amostra referente aos dados analisados por especialistas da área vê-se que

[...] o rápido crescimento do uso da internet em campanhas nas democracias ocidentais durante as últimas décadas tem provocado muita especulação sobre suas implicações sociais e, particularmente, políticas. É neste sentido que estão sendo desenvolvidas interessantes análises sobre as aplicações que partidos políticos e candidatos têm feito das novas tecnologias de informação. (IASULAITIS, 2013, p.183).

No cenário atual do processo eleitoral brasileiro observa-se que, embora muito se investigue sobre o uso da informação em campanhas eleitorais on-line como um novo meio de circulação e mediação da informação em política eleitoral, existem ainda muitas perspectivas a serem analisadas em comparação às campanhas realizadas há mais de um século. Um exemplo disso foi observado no corpo do trabalho de Aggio (2013, p. 119), onde, ele chama a atenção, para o diagnóstico da análise oriunda de uma pesquisa sobre os elementos de interação dialógica não aplicada por candidatos e partidos. De acordo com o autor, segundo aquela pesquisa, ainda hoje o medo de correr o risco de perda de controle sobre as mensagens de campanha se faz presente entre os candidatos. Visto por esse ângulo, o autor conclui que os organizadores das campanhas preferem aderir às possibilidades existentes na

[...] criação e organização de bancos de dados contendo informações sobre estratos específicos do eleitorado. Com informações desse tipo em mãos, as campanhas poderiam estabelecer comunicação direta com eleitores através de ferramentas menos dispendiosas e, o mais importante, personalizando as mensagens enviadas de acordo com o perfil do eleitorado traçado. (AGGIO, 2013, p. 119).

Ora, sob o prisma eleitoral não há como se dedicar a um tratamento da questão sem acondicioná-lo a um tratamento da questão democrática. Este é o viés ideológico que o direciona indubitavelmente para o elemento que o constitui, o poder. A partir da reflexão de Silveira (2000, p. 79) “a ideia mais difundida de poder está relacionada ao conceito weberiano que o traduz como a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas”. De acordo com este conceito, a forma utilizada pelos grupos para atingir seus

objetivos é pela imposição de suas vontades com a geração, quase sempre, pela via do confronto. Quanto a esta afirmação admite-se que há um consenso entre os estudiosos de que, de fato, a democracia existe exatamente para isso, não para evitar os confrontos, que são frequentemente inevitáveis, mas para vencê-los; para permitir que as divergências e os conflitos de interesses ou de opinião se manifestem e sejam resolvidos em termos razoavelmente civilizados, sem o sacrifício das liberdades públicas.

Movidos por esses fatores é que se desencadeiam os movimentos de oposição que trazem, em seus pontos de discussões, informar a população sobre pontos de reflexão acerca do exercício do poder. Dentro desse pensamento, o autor ainda afirma que essa resistência pode se dar de acordo com o tipo da argumentação pela qual o poder é contestado que podem ser: “Impróprio, ilegítimo ou inconstitucional”. Sobre esse tema ele traz à lembrança o projeto *Sociedade da Informação*, lançado em 1999 pelo Governo Federal, com a proposta de estabelecer as bases para uma inserção competitiva do Brasil na sociedade global. Nesse sentido, ele reconhece que o programa já nasceu ciente de que o êxito de qualquer programa similar parte de uma complexidade que, tanto no Brasil como em todo mundo, gira em torno “das desigualdades entre pessoas e instituições que é resultado da assimetria no acesso e entendimento da informação disponível”.

Entretanto, Silveira (2000, p.85) define que propiciar informação e educação a todos os cidadãos não significa tornar o Estado onipresente e determinador do futuro das pessoas. E ainda sublinha que, embora

[...] Malan (1980) registre a necessidade de ampliar os mecanismos de ‘controle da sociedade sobre o aparelho burocrático do Estado’, Castells (1998) afirma que a eficiência do Estado dependerá de sua capacidade de processar informações e de assegurar um processo decisório compartilhado: um ‘estado em rede’. (SILVEIRA, 2000, p.85)

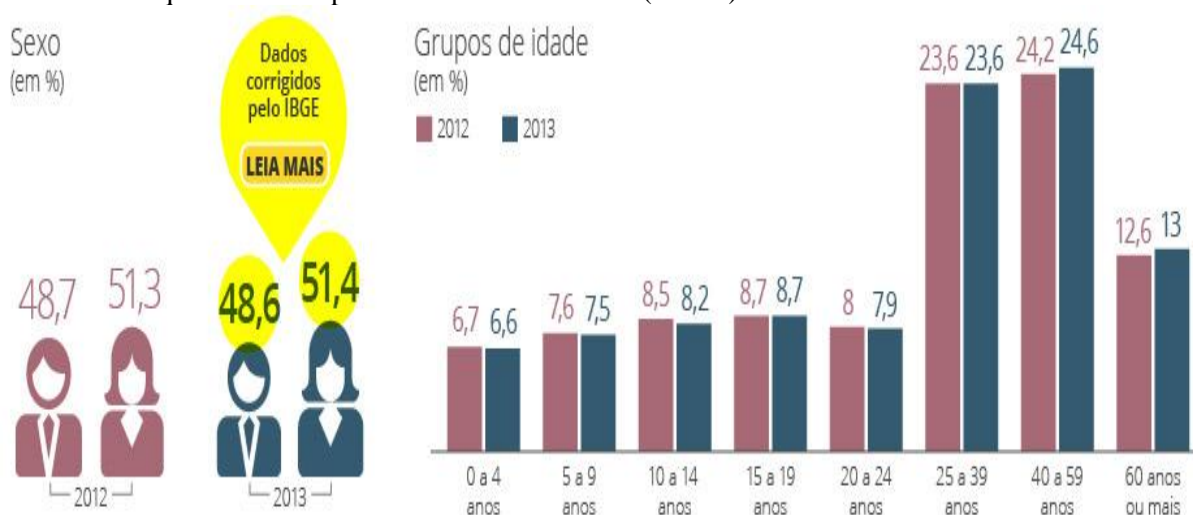
No tocante a isto, o que podemos dizer é que estudos sobre eleições, seja em seu contexto que envolve tratamento da informação, ou não, clamam por essa consolidação em seus princípios básicos. A própria alternância de poder, em si, gera distintas visões em um mundo cada vez mais conectado em redes. E isso tem se tornado em um princípio cada vez mais intrínseco para a manutenção dos regimes democráticos.

Diante do que expomos acima, analisemos estes dados divulgados no portal G1 (2014) sobre o crescimento do uso da internet no Brasil:

Mais da metade dos brasileiros já está conectada à internet. Segundo dados divulgados nesta quinta-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção de internautas no país passou de 49,2%, em 2012, para 50,1%, em 2013, do total da população. As informações fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente a 2013. De acordo com o IBGE, o Brasil ganhou 2,5 milhões de internautas (2,9%) entre 2012 e 2013, totalizando aproximadamente 86,7 milhões de usuários de internet com 10 anos ou mais. As mulheres são 51,9% do total. A taxa de crescimento, no entanto, é a menor registrada pela PNAD: entre 2011 e 2012, ela foi de 6,9%; entre 2009 e 2011, 14,8%; e de 2008 para 2009, 21,6%. (G1 TECNOLOGIA E GAMES, 2014).

Vejamos os mesmos dados sob a perspectiva das estatísticas abaixo:

Tabela 1 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) ano 2013 referente a usuários de internet



Fonte: G1Tecnologia e Games (2014)

Diante deste contexto podemos dizer, no caso do Brasil, grande consumidor de produtos digitais, que o comportamento da informação se configura ou, pelo menos, deveria se configurar, com políticas públicas mais direcionadas aos programas com vocação para a inclusão social e de formação para a cidadania. Isso, conseqüentemente, contribuiria para a democratização dos processos sociais e dos processos eleitorais do país. Mas, nesses aspectos, ainda há muito que se desenvolver. Primeiro, na relação entre o homem e as máquinas digitais. Segundo, “entre o homem, as máquinas digitais e o mundo político onde a informação, as comunicações e a informática passaram a ocupar um lugar central nos processos políticos e eleitorais”. (JAMBEIRO, 2013, p. 9).

Na percepção de Pinho (2012, p. 10) este é “um terreno pantanoso”. Dentro dessa discussão ele aponta que “o mundo contemporâneo tem sido marcado cada vez mais pelo uso

e mediação de artefatos digitais. Um mundo que gira em torno da internet e dos computadores, situação não vivenciada décadas atrás”.

Nesse sentido, Marques (2013, p. 267) traz uma significativa contribuição ao dizer que

[...] parte da literatura otimista que considerava a internet transformadora das relações entre representantes e representados vão dando lugar a um discurso analítico mais convencido de que os *medias* digitais são, na verdade, instrumentos aos quais diversos usos são conferidos. [...]. Assim o que vai determinar o grau de influência da comunicação digital sobre as práticas democráticas se refere, em boa parte, à disposição tanto de agentes políticos quanto de cidadãos comuns para lançar mão de tais mecanismos.

Nesse caso, no ponto em que podemos perceber, o autor admite que o papel que *os medias* digitais passou a desempenhar na captura de votos “acaba conformando uma alternativa à qual os candidatos recorrem na intenção de estabelecer um contato mais direto com o eleitorado devido aos seus critérios próprios de noticiabilidade e visibilidade.” (MARQUES, 2013, p. 268).

Na visão deste autor, trata-se de trabalhos que examinam as novas configurações que as tecnologias digitais trazem para o jogo político-eleitoral, tendo em vista a descentralização no que se refere à transmissão de informações no ambiente digital. Na sequência ele afirma que as relações que envolvem a disputa pelo poder político ganham uma dimensão distinta daquela testemunhada nas plataformas tradicionais. No entanto, mesmo diante desse conjunto relevante de enunciados, não podemos passar por alto a advertência de Borges (2009, p.9) quando ela afirma que,

[...] por outro lado, se a Internet representa a maximização da liberdade de acesso, o uso da informação, como todo acréscimo de liberdade, as responsabilidades também inflacionam: a capacidade de usar eficientemente mecanismos de busca, considerando um ambiente de hiperinformação; o discernimento entre informação relevante da maliciosa, incorreta ou incompleta; a compreensão das inter-relações entre os fatos; a organização de informação dispersa para construir sentido; o entendimento de que o conteúdo disponível hoje pode não estar amanhã. (BORGES, 2009, p.9).

Além disso, Pinho (2012, p. 15) adverte sobre “os dados da realidade brasileira deste suposto cidadão digital”. Ao dimensionar os limites e possibilidades de atuação política deste cidadão na internet o autor admite que, “ainda que limitados”, estes dados “não podem ser vistos com desalento, mas sim como alerta para políticas públicas mais inclusivas”. Ainda

inseridas dentro deste contexto verificamos que há um processo em andamento quando se trata da relação entre o cidadão e o acesso à informação, pois,

[...] pela perspectiva dos processos sociais, há uma mudança cultural em curso, porque está-se migrando de uma posição de espectadores – pessoas que recebem conteúdo pronto, uniforme e padronizado de informação via TV e rádio, por exemplo – para participantes – pessoas que podem procurar, avaliar, e decidir como e quando aproveitar a informação disponível na internet. Assim, se por um lado há um processo de “libertação de intermediários” no acesso à informação, fica para o cidadão a responsabilidade por localizar, avaliar e decidir como e quando aproveitar a informação disponível na internet. (BORGES, 2012, p. 45).

O importante a se extrair dessa visão da condução da informação nas campanhas eleitorais brasileiras condiz com o enunciado de Braga (2013, p. 215) quando ele aponta para o surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NITICs), a partir dos finais do século XX, como canais de interação que exerceram grande impacto nas democracias parlamentares eleitorais.

Para Silveira (2000, p. 85) “a posse de informações sempre foi elemento determinante do poder a ser usada em suas várias manifestações”. Cabe aqui, no caso do tratamento em seu aspecto eleitoral, refletir junto com o autor quando ele diz que “a participação do cidadão acontece na proporção em que ele acredita em sua própria voz e tem canais adequados para sua manifestação”.

Ainda sobre o novo ambiente informacional e o controle político, Almino (1986) registra a possibilidade da utilização de novos recursos tecnológicos como instrumentos democráticos para que todos participem da ‘arte de governar’ e possam exercer controle sobre os governantes. As novas tecnologias, porém, podem ser igualmente instrumento para estabelecer um controle político sobre a sociedade. (SILVEIRA, 2000, p. 86).

No entanto, Ramos (2014, p. B3), faz um alerta quanto ao uso inadequado desses recursos por conta do número cada vez mais crescente das disputas judiciais relacionadas às eleições que envolvem as mídias online. Segundo ela, a ferramenta *Eleição Transparente*, um projeto da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em parceria com o Google Brasil, já havia apresentado até o dia 5 de setembro de 2014, noventa e cinco ações na justiça que tentavam proibir informações sobre candidatos. Cabe aqui a explicação da autora para o fato de o Google ter aparecido como o principal alvo de quem tenta barrar informação

incômoda: Como ele “é um buscador, acaba indexando os mais variados conteúdos postados na Internet”.

Nesse mesmo espaço, a articulista registra a opinião do professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Nelson Pretto, para quem, na atualidade, não se trata simplesmente de fazer a mesma política de informação utilizando apenas uma nova ferramenta. O professor afirmou, nessa matéria, que “questões como liberdade de expressão e neutralidade da tecnologia são cruciais em discussões sobre as mídias da internet”. O problema, segundo sua exemplificação, “é que muitas vezes, a solução para uma demanda apresentada pelas redes é avaliada a partir da visão sobre ferramentas mais antigas”.

Outro entendimento que o professor ponderou, referente a esse assunto, foi sobre a inexistência da “necessidade de um partido político ir à justiça para buscar direito de resposta por conta de um *post* do adversário no Facebook”. Ele observa que “estão trazendo hoje para os meios modernos de interação dialógica, como as redes de comunicação, as mesmas práticas, princípios e lógicas das mais antigas”. Para terminar, ele destaca que “diferente do conteúdo veiculado em rádio e TV, mídias como o Facebook fazem circular apenas os temas que o usuário resolve permitir por meio de ações como o bloqueio”.

Concorde-se ou não com essas ponderações, o que se ressalta referente à última disputa para presidente, nas eleições de primeiro turno, no dia 5 de outubro de 2014, um domingo, está na conclusão a que chegou Barros (2014, p. 17): Em seu texto ela deduziu que “se apenas os usuários das redes sociais votassem naquele domingo, o candidato Eduardo Jorge teria bem mais que 1% das intenções de voto”. Ela contemporiza que “suas participações nos debates com o uso de frases diretas e francas o transformaram no candidato mais popular da internet”. Informa ainda que dentro dessa esfera do eleitor digitalizado, o que se vê, é que além de ter acesso à mídia, ele faz uso dela para obter suas informações do momento político-governamental como um todo.

Quanto a este ponto de inserção, aproveitamos para trazer a discussão de Melo (2014, p. 1) sobre aquilo que ele chama de “ignorante racional”. Segundo este cientista político, palavras como “juros, inflação, dívida pública e balança comercial não tem o menor sentido” para um contingente de eleitores que, apesar de em grande parte definirem as eleições, estão alheios ao que acontece no cenário econômico que o rodeia. Assim ele define que, esse eleitor, que desconhece o conceito da palavra macroeconomia, faz um cálculo racional a partir de sua situação salarial e profissional. Então, dentro de suas limitações, seu voto é coerente. Para o cientista só a educação pode mudar seu comportamento.

Camargo (2000, p. 47) corrobora com esta opinião, pois, argumenta que “este é um tema a ser avaliado a cada eleição” e dá como alternativa rever a “qualidade das elites políticas e sua capacidade de gestão e de decisão”, posto que, segundo ela, “os governantes emergem da competição eletiva, e não tanto do recrutamento técnico”. Isto pode ser visivelmente acompanhado durante a formação das pastas secretariais e ministeriais para onde vão a maioria dos grandes filiados partidários que não lograram êxito nas urnas em suas candidaturas. Vê-se que não é o nível de conhecimento técnico e nem informacional necessários para assumir seus postos de gestão que são levados em conta na maioria das vezes. Podemos fazer tal elucidação ao nos guiarmos pela afirmação desta autora ao dizer que o que está em jogo nesta questão se expande para uma necessidade de mudanças estruturais, pois,

[...] nesse particular, um dos pontos mais vulneráveis é o nível educacional tanto da população quanto dos candidatos. Sendo o eleitorado em quase 70% de baixo nível educacional, a linguagem eleitoral é normalmente adequada a este público específico. O eleitorado, por sua vez, é pouco exigente com os seus candidatos cujo nível educacional se confunde com o dele, fazendo reduzir-se a qualidade da representação. (CAMARGO, 2000, p. 47).

Apesar dessas declarações lembramos que, independente do que os candidatos pensem, ou de sua capacidade informacional, tudo o que é dito em campanhas por eles não vem exclusivamente de seus pensamentos. Barros (2014, p. 20) sublinha que há nos debates uma “perda da veracidade e da espontaneidade das falas” nesses espaços para onde, as informações produzidas “pelos marqueteiros são levados pelos presidenciaíveis que já chegam a este fórum com um monte de fichinhas e até o pronunciamento final do debate, que tem só um minuto, está nos papéis”. Como cada sufrágio demanda um discurso eleitoral próprio, todo este material é produzido de acordo com as informações políticas e eleitorais pertinentes a estas demandas criadas pelo momento. Compreendido isso, especialistas em informação política e eleitoral categorizam que “tudo o que se pede à massa pública é uma decisão maniqueísta: sim ou não, tudo ou nada”. Apoiam que não resta espaço para qualquer posição intermediária. Não há lugar para indecisão. Afirmam que, “compreendido isso, foi dado o primeiro passo para desenvolver-se a campanha correta”. (SERPA, 2013, p. 158).

Refletindo por essa vertente, podemos deduzir que a informação que o eleitor precisa para decidir o voto, em determinado patamar, não será circulada senão entre aqueles que sabem ler nas entrelinhas. E, isso, pode ser detectado quando se trata de assuntos polêmicos



que tendem a causar oscilações expressivas nos prognósticos entre os principais favoritos do processo eleitoral. Nesse caso, a informação entra no terreno das pesquisas que vão definir o que informar, ou não. E se formos por essa vertente, Chagas (2005, p. 620) admite que “realmente dá ponto para aqueles que dizem não haver opinião pública, mas opinião publicada”. É verdade que existem, dentro desse processo a informação jornalística e a informação comercializada.

No entanto, Bucci (2008, p. 73) traz o seguinte argumento:

Quando um caboclo, numa palafita na Amazônia, assiste ao noticiário no seu canal predileto, sabe distinguir o que é informação jornalística do que é publicidade comercial. As notícias, análises e imagens trazidas ao vídeo pela reportagem, tudo isso está emoldurado pelo conteúdo editorial do noticiário; já a publicidade fica do lado de fora do conteúdo editorial, sendo exibida durante os intervalos comerciais. O caboclo sabe disso. O caipira sabe. O paulistano rico sabe. O mendigo carioca que, parado na calçada, vê televisão em frente a uma vitrine de eletrodomésticos sabe do mesmo jeito. [...] Há uma separação explícita entre o discurso jornalístico e o discurso publicitário. O telespectador conhece essa organização interna da mídia e se move com desembaraço diante dela. Por dentro dela.

Concorde-se ou não, a julgar por este estudo, o eleitor que pretender ficar realmente informado terá que recorrer aos bons veículos que contemplam em seus espaços opções de representação da informação em variadas leituras. Principalmente, conforme já enunciámos, quando os assuntos em questão giram em torno de temas polêmicos e de amplo poder de influenciar na decisão do eleitorado. Isto pode ser constatado na linguagem expressada por meio da charge abaixo, publicada durante a campanha eleitoral de 2014:

Figura 31 – A informação em cima do muro.



Fonte: Aziz (2014, p. A3)

## 5.1 A INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL DE HOJE: AS PESQUISAS DE OPINIÃO

Diante da figura que ilustra o final do tópico anterior, levamos em conta, a sustentação do sentido que Serpa (2013, p. 27) dá à maneira como é formada a opinião oriunda da informação que circula no mundo eleitoral. Para este pesquisador,

[...] o processo de determinação do sufrágio ou voto é a eleição. Ora, como voto é manifestação de opinião, as eleições contemporâneas são campanhas de comunicação que buscam influenciar a opinião de inúmeros indivíduos sobre temas políticos, isto é, da chamada opinião pública. (SERPA, 2013, p. 27).

Segundo Pereira (2011, p. 440) “a chamada ‘opinião pública’ surgiu no fim do século XVIII como a maneira de as elites se contraporem à força do estado absolutista e assim está diretamente ligada ao surgimento do Estado moderno.” Quando fazemos essa reflexão, lembramos-nos das informações que são circuladas a partir do que foi produzido e construído sob os comentários gerados das agências de pesquisas de opinião. Mesmo com a existência de órgãos dedicados a este tipo de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Opinião Pública (IBOPE), criado em 1942, ou o Instituto Datafolha, criado nos anos 1980, podemos dizer que

[...] há algumas décadas, poucos conheciam as técnicas de pesquisa, e muitas das decisões eleitorais eram intuitivas. Já a eleição contemporânea se passa na era da informação. Se assim é, se todos podem ter acesso à técnica, então, onde se dá a diferenciação? A resposta está na forma como se usa competente e criativamente a ferramenta pesquisa de opinião. [...] Quando se conta com boa pesquisa, dispõe-se, a todo tempo, de instrumentos de avaliação de riscos no processo de tomada de decisão da gestão eleitoral. (SERPA, 2013, p. 25).

Sobre essas consultas, há um comentário pertinente e surgido em um jornal de grande circulação em Salvador, no dia seguinte às eleições de 2014 para o cargo de governador, no estado da Bahia, em vista do qual, quando o IBOPE dava como certa o empate entre o candidato Paulo Souto e Rui Costa, o vice deste na chapa, candidato João Leão, predisse: “Vamos ganhar no primeiro turno. Nós fizemos um milhão de cisternas e lá, na turma da água, a pesquisa não chega”. E acertou. (VASCONCELLOS; LIMA, 2014, p. A2).

Figura 32: Campanha para governador do estado da Bahia em 2014: A informação...



Fonte: Casaes (2014)

Figura 33: “ ...e a turma da água”



Fonte: Arquivo pessoal

Podemos confirmar, nessa demonstração do exercício de reflexão subjetiva que

[...] o ato de refletir só se realiza pela via da linguagem, mediante a manipulação dos signos. E, na ação reflexiva, o homem tem a possibilidade de processar as informações. Em um processo semiótico, o homem utiliza a informação para fazer generalizações e previsões. (GOMES, 2000, p.61).

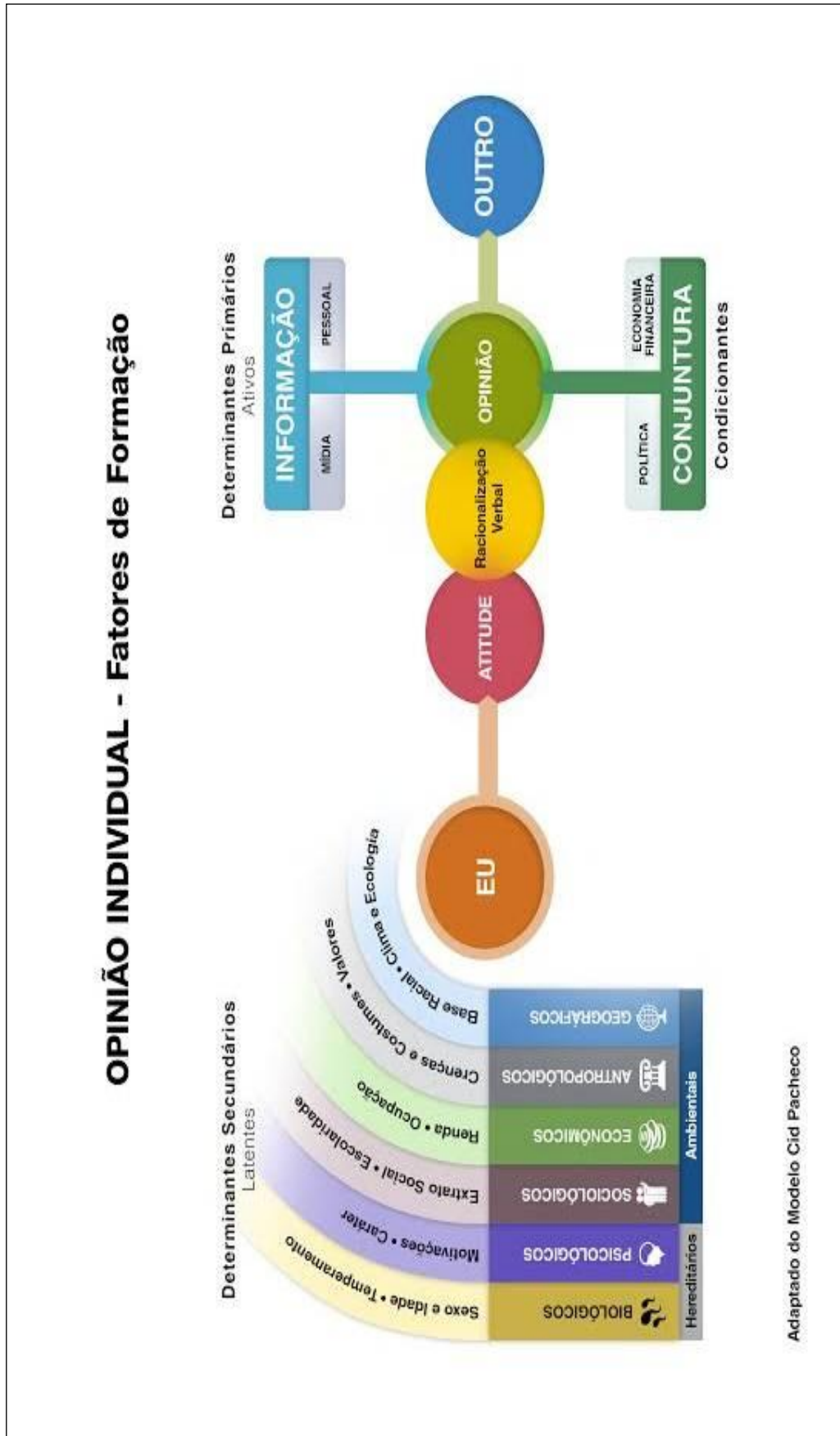
Dando prosseguimento a este enfoque, vejamos, então, no relato abaixo, como se comporta a pesquisa de opinião, quando em meios informais, sob a ótica de um profissional que desempenha suas atividades comerciais em área popular. No caso aqui, trazemos o relato do governador da Bahia, à época, Jaques Wagner, um dia após ter conseguido eleger seu candidato para sucedê-lo no cargo, logo no primeiro turno das eleições 2014. Contou o então governador, que em conversa mantida com seu barbeiro de longa data,

[...] o mesmo cara que corta meu cabelo desde o meu tempo de sindicato. Barbearia é termômetro, disse o governador. ‘Eu perguntei a ele: como é que tá? (a situação de Rui ‘Costa’ em Salvador) e ele: mudou de água pro vinho, mudou completamente’. (TALENTO, 2014, p. A4).

Ora, o próprio governador disse, nessa mesma entrevista, que esperava vencer a eleição apenas no segundo turno. Diante deste relato, tanto quanto sabemos deste pleito, somos remetidos a Serpa (2013, p. 32) ao apontar que, “no dia a dia, todo indivíduo é impactado pelos chamados fatores determinantes primários: os fatos, as informações pessoais e midiáticas que recebe”. Continuando com a comparação entre o relato e o enunciado do autor trazemos sua declaração de que, de forma latente ou manifesta o indivíduo também é impactado “a partir de sentimentos e reflexões e uma série de outros fatores” que contribui para determinar sua visão de mundo. Quanto a esses outros fatores, ele os chama de “determinantes secundários que podem ser hereditários ou ambientais”, os quais, indo direto ao ponto, geram, ao longo do tempo, uma disposição mental para uma ação em potencial. Em face desta afirmação sentenciamos que

[...] a conduta pessoal é orientada por valores e esquemas que os indivíduos desenvolvem – esquemas aqui entendidos como uma estrutura cognitiva, o conhecimento geral da pessoa sobre um dado tema ou conceito. Eles se constituem como filtros perceptuais pelos quais passam as informações relevantes sobre uma questão pública. (SERPA, 2013, p. 29).

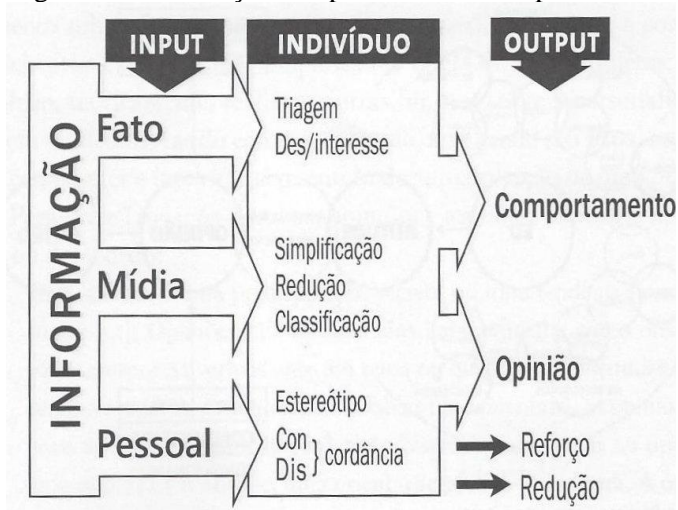
Figura 34 – Fatores de formação da opinião individual



Finalmente, o autor conclui que a racionalização dessa atitude é expressa verbalmente na forma de opinião. Assim, daquilo que entendemos até agora, identificamos que o eleitor que não acompanha as principais questões que entram na pauta de discussão dos candidatos não coletam dados suficientes para compor uma análise segura daquilo que esses candidatos propõem. Muito menos daquilo que se pretende realmente para os interesses do país. Então, baseado nesta realidade, chegamos a conclusão que este tipo de eleitor, desinteressado de informação, possivelmente será aquele que irá formar o pelotão dos eleitores indecisos que, no dia do sufrágio, se transformarão nos números que irão alimentar as estatísticas dos votos em branco. Além, claro, de boa parte dos nulos e abstenções. Isto porque, afinal, quem não tem subsídios informacionais suficiente para formar uma opinião razoável ou coerente com a grande responsabilidade de escolher um candidato que represente, junto ao Estado, suas necessidades de cidadão, acaba não votando em nenhum postulante. E nem adianta conjecturar que eles podem ter, como última instância, o recurso das mídias mais populares compostas por rádio e televisão pois, como sublinha Pereira (2010, p. 440), sabe-se que suas concessionárias quando produzem e faz circular informações inerentes aos processos eleitorais, embutem, em suas programações, seus conceitos ideológicos sem respeitar os contextos sociais e culturais de seu público eventual. Sem falar que é ali que eles “defendem os interesses dos grupos políticos aos quais pertencem”.

Diante do que foi exposto, mostramos a trajetória da informação que permeia a vida do indivíduo até ao ponto em que ele forma a sua opinião neste modelo de formação da opinião individual:

Figura 35 - Formação da opinião individual pelo modelo Cid Pacheco

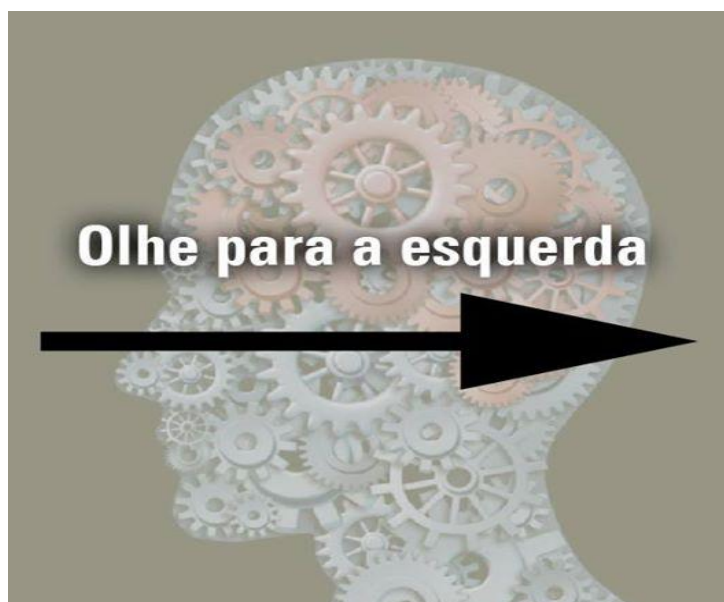


Fonte: Serpa, Marcelo (2013)

Modelo que nem sempre pode levar a um desfecho esperado, a julgar pela imagem significativa que circulou pelo Facebook durante a campanha para o segundo turno do processo eleitoral 2014. Chamamos especial atenção desta figura a partir do instrumento utilizado conforme Bardin (2011, p. 37), que consiste em “avaliar a importância do ‘interdito’ na sinalização.

Figura 36 - A importância do “interdito” na sinalização

██████████ compartilhou uma foto na sua timeline. 11 de outubro de 2014



Fonte: Facebook (2014)

## 5.2 OS SÍMBOLOS DENTRO DO PROCESSO POLÍTICO ELEITORAL BRASILEIRO NA ATUALIDADE





Nas eleições para prefeito em 2012, na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, houve um desentendimento entre dois partidos na disputa do segundo turno. O motivo: um candidato resolveu fazer uma releitura do símbolo do estado, uma estrela. Já outro partido reivindicou a representação da estrela como símbolo histórico de sua trajetória política alegando que seu uso por outra representação partidária poderia confundir o eleitor.

Sobre essa discussão, o que aparece como uma possibilidade plausível para elucidar a questão nos diz que

[...] não há nenhum critério apriorístico que possa infalivelmente decidir como uma dada semiose funciona, pois tudo depende do contexto de sua atualização e do aspecto pelo qual ela é observada e analisada. Enfim, não há receitas prontas para análise semiótica. Há conceitos, uma lógica para sua possível aplicação. Mas isso não dispensa a necessidade de uma heurística por parte de quem analisa e, sobretudo, da paciência do conceito e da disponibilidade para auscultar os signos e para ouvir os que eles têm a dizer. Quando analisamos semioticamente, estamos sempre na posição de interpretante dinâmico, de um intérprete singular e, por isso mesmo, falível. Isso só aumenta nossa responsabilidade, pois toda semiose tem uma objetividade semiótica que deve ser respeitada. (SANTAELLA, 2008, p. 43).

E como não há critério pré-estabelecido, constatamos hoje que todos os partidos ainda utilizam os símbolos para a disseminação da informação de seus ideais, mas, de acordo com suas próprias interpretações. Então, visto por este ângulo, vejamos na página seguinte alguns exemplos indicados no quadro que criamos a partir do texto de Nogueira (2014):

**Quadro 6 – Alguns partidos e seus símbolos**

OS SÍMBOLOS DOS PARTIDOS E SEUS SIGNIFICADOS			
DEM	Árvore	A questão do meio ambiente e o conceito mundial de economia verde foram enfatizados na época da renovação do partido. A escolha da árvore foi uma questão de marketing que resumiu a nova imagem que o partido gostaria de passar.	
PCB	Foice e martelo	Além da foice e o martelo, usa os principais arquitetos do Comunismo para representar a sua orientação doutrinária: Marx, Engels e Lênin.	
PCdo B	Martelo e foice	A história do partido segue a história do comunismo no mundo a partir da Internacional Comunista, portanto seus símbolos são mundiais. O martelo representa a classe operária urbana, enquanto a foice faz alusão aos trabalhadores do campo. O partido trabalha justamente a consciência e a unidade dessas classes para construir o socialismo.	
PCO	Engrenagem	Tem o seu 'O' em formato de engrenagem que pode simbolizar o ambiente fabril	



OS SÍMBOLOS DOS PARTIDOS E SEUS SIGNIFICADOS			
PDT	Mão e rosa	A figura da mão segurando uma rosa foi adotada pelo PDT em alusão aos preceitos da socialdemocracia: uma ideologia política que, apesar de baseada no socialismo, prega a democracia representativa como a melhor maneira de se estabelecer o bem-estar social. O símbolo foi criado em 1972 pelo Movimento de Jovens Socialistas, na França. A rosa vermelha significa o socialismo e, o punho, a promoção dos valores humanistas e democráticos.	
PHS	Abelha	O símbolo foi inspirado em dois princípios do solidarismo: o sociativismo e o cooperativismo. A ideia inicial era o conceito da colmeia para representar a comunidade, mas a abelha se tornou uma mascote mais simpática.	
PMD B	Chama	A chama vermelha do PMDB significa força, energia, presença partidária e protagonismo na vida do país.	
PMN	Triângulo	Usa as cores típicas dos partidos colocados nesse grupo, mas com algumas peculiaridades: o triângulo pode simbolizar a continuação da luta dos Inconfidentes e o 33, a idade de Cristo.	
PP	Ser humano	A logomarca é uma figura humana pela ideia de que a pessoa é ímpar e insubstituível, mas solidária. O ser humano está com os braços abertos representando a ligação com o próximo. Em uma análise mais atenta, é possível perceber o sentido alado da figura, porque a liberdade natural concede asas ao ser humano.	
PPS	Bandeiras	A bandeira do Brasil alinhada com a do partido significa a união com o país, mas não há um símbolo específico.	
PR	Bandeira	O PR reproduz em seu emblema a parte da bandeira nacional com as estrelas que representam os Estados nas cores do partido. Mostra a ligação da sigla com o país.	
PROS	Mais	A logo forma o símbolo matemático de “mais”, que significa positividade, além de ter dado origem ao slogan “Seja mais, seja PROS”. As pessoas desenhadas na parte inferior significam a união da população, que caminha junto com o partido em busca da igualdade e do pluralismo.	
PRP	Alvorada	Possui um símbolo bastante comum: a alvorada. O azul representa o céu e o amarelo com seus espectros, o Sol. A Sigla está ao centro do Sol para irradiar o calor e representar essa alvorada.	

OS SÍMBOLOS DOS PARTIDOS E SEUS SIGNIFICADOS			
PRTB	Mapa do Brasil	Bandeira emoldurada em azul e em movimento, tendo o mapa do Brasil como centro e a sigla, abrangendo sua extensão.	
PSB	Pomba	A pomba com um ramo de oliveira no bico é um símbolo de paz e democracia. Desenhado após a Segunda Guerra Mundial por Pablo Picasso, o desenho foi apropriado pelo professor e sociólogo João Mangabeira na época da criação do PSB.	
PSC	Peixe	O PSC surgiu inspirado nos ensinamentos do Cristianismo, e o peixe é o símbolo cristão mais antigo. Os primeiros apóstolos chamados por Jesus Cristo eram pescadores. O peixe também está no milagre da multiplicação de Jesus, que tendo apenas cinco pães e dois peixes conseguiu alimentar mais de cinco mil pessoas. Essa passagem representa a busca pela igualdade e pelo cuidado com o próximo.	
PSDB	Tucano	O tucano de peito amarelo foi escolhido por fazer referência à cor da campanha das eleições diretas, o amarelo. O animal é um dos símbolos do movimento ecológico e da defesa do meio ambiente. Além de ser uma ave brasileira.	
PSL	Bandeira	Possui elementos da Bandeira do Brasil, com o centro diferente composto por três círculos.	
PSOL	Sol	A escolha do símbolo se deu a partir da união do socialismo e da liberdade, já que “o sol nasce para todos”. A liberdade requer uma sociedade que supere o capitalismo e valorize a vida. O sol, aproveitando as letras da sigla PSOL, representa a vida.	
PSTU	Bandeira	Também é uma bandeira ligeiramente modificada, semelhante à do PPS.	
PT	Estrela	A estrela do PT significa esperança. O partido nasceu quando o país deixava a ditadura militar imposta ao povo pelo golpe deflagrado em 1964. Dessa forma, o símbolo representava um projeto de um país com liberdade e democracia.	
PTN	Bandeira e vassoura	Apresenta as cores da Bandeira do Brasil e uma vassoura. Talvez inspirada no símbolo idêntico usado pelo ex-presidente Jânio Quadros para significar limpeza.	
PV	V de verde e vitória	O Partido Verde corresponde a um círculo com um ‘V’ ao centro, manuscritos. É uma forma humanizada de expressão. O “V” possui dois significados: verde e vitória. A cor lembra o verde da natureza.	

Fato curioso que merece ser registrado vem da observação de Pereira; Ceolin (2014, p. 43) para os quais, os símbolos, principalmente quando aliados à figura de partidos políticos de grande visibilidade, encontram dificuldade para serem destituídos de seus valores sígnicos. Para eles, há partidos que ao passar por uma fase de rejeição faz desaparecer, ou, disfarça seus símbolos, escondendo-os propositadamente no material de campanha dos candidatos, mas que nem sempre a prática passa despercebida.

Isso vem a concordar com Moreira (2006, p.30) ao explicar o entendimento peirciano da existência de um objeto dentro do signo, chamado Objeto Imediato, e do objeto fora do signo, chamado Objeto Dinâmico. Por essa ótica “o objeto dinâmico é inevitavelmente mediado pelo objeto imediato, que já é sempre de natureza sígnica”. Este pressuposto se engaja na perspectiva apontada pela autora que trata dos “aspectos fundamentais da visão sígnica da informação”.

Enfim, antes de encerrarmos esse ponto de entendimento em torno das linguagens não verbais nos processos eleitorais brasileiros na atualidade, faremos referência às funções especificamente simbólicas que as cores usadas pelos candidatos exerceram nas fases pré e pós-campanhas eleitorais no processo eleitoral brasileiro nos últimos anos. Em 2009, por exemplo, foi aprovada a Lei Municipal 1045/09, que determinava as cores oficiais do município de Colinas do Tocantins (TO) como sendo verde, amarelo, azul e branco, as mesmas cores da bandeira do município. No entanto, no lugar de usar essas cores legalmente autorizadas, consta de documentos oficiais, dos quais trazemos um amostra no anexo D, que nos prédios públicos, estádios e até em uniformes escolares houve o uso indiscriminado das cores do partido político da gestão de então, que pretendia reeleição. Ficou caracterizado que houve campanha eleitoral de forma subliminar a menos de um ano para as eleições municipais.

Outro exemplo de linguagem não verbal exibida como termômetro de campanha, pode ser observada nas cores usadas nos trajes da presidenta Dilma Rousseff durante o pleito de 2014. Se examinarmos rigorosamente as tonalidades das roupas usadas durante a sua campanha constataremos que, antes do pleito, o vermelho representativo de seu partido era o tom constante de suas indumentárias. Porém, em seu primeiro pronunciamento, logo após o resultado oficial, 26 de outubro de 2014, tanto ela como os principais militantes de sua campanha, inclusive o ex-presidente Lula, exibiam trajes brancos simbolizando que a disputa mais acirrada da história do Brasil pedia uma trégua para a paz. Já no dia seguinte, em entrevista ao vivo para o Jornal Nacional, a presidenta reeleita exibia um simbólico

traje verde. Tonalidade esta, concebida como uma das cores mais representativas da nação, mas que durante a campanha foi evitada por ter sido escolhida como símbolo por militantes e candidatos de outros partidos.

Figura 37 – Início da campanha da candidata à reeleição Dilma Rousseff



Fonte: Guerra (2014).

Figura 38 – A presidenta Dilma Rousseff logo após a confirmação de sua reeleição nas eleições 2014 com o branco que simboliza mundialmente a paz.



Fonte: Google (2014)

Figura 39 – A presidenta Dilma Rousseff Logo após a vitória com um simbólico traje verde



Fonte: Jornal Nacional (2014)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação que ajuda o eleitor a decidir o voto. Ela existe. Mas onde ela está? Como chegar até ela? Ou será que seria ao contrário, ela é que deveria chegar até nós. Onde, como e onde ela é produzida e circulada? Estas, e outras indagações sobre o tratamento e a trajetória da informação dentro do processo político eleitoral, contém o segredo da vitória que todos os envolvidos neste processo buscam encontrar. São questões que nos levam a crer que cabe a alguém cumprir esse dever.

Ao pensar desta maneira, pode-se dizer que os pleitos se caracterizam, ou pelo menos deveriam se caracterizar, pela apresentação de projetos ideológicos consistentes, uma vez que se trata de um processo dentro de democracias. Tudo isso, obviamente, estabelecido dentro do limite de respeito pretendido pelo marco constitucional da nação ao qual o processo eleitoral está inserido.

No entanto, ao longo deste estudo, o que se pôde visualizar foi que os partidos políticos, tanto no passado como no presente, não conseguem repassar seus conteúdos ideológicos por meio de informações claras e precisas. Com base no que foi observado podemos afirmar que até os debates e horário eleitoral, tão ansiosamente esperado por muitos eleitores para, em meios às informações oriundas destes fóruns, escolherem de forma mais racional seus candidatos, assistem, na verdade, a um imenso campo de batalha. Nesses espaços as informações que poderiam advir para ajudá-los a tomar suas decisões, antes de se encontrarem frente a frente com as urnas, submergem nas propostas políticas de seus possíveis candidatos.

Isto, contudo, não é o fim da história. Pelo contrário, é o seu começo. Porque é visível que a produção e a circulação da informação eleitoral mostra que há várias visões distintas de uso da informação em cada governo.

Todavia, ressalve-se, conforme pudemos observar durante a pesquisa, que o Brasil por ter se constituído ao longo de seu traçado histórico como uma nação unificada linguisticamente, tende a que esta produção e circulação da informação se supere rapidamente de seus períodos governamentais tensos, para uma superação otimista.

Dentro dessa perspectiva, visualizamos uma oportunidade para os profissionais da informação no desempenho de seu papel social em promover ações culturais que contemplem, em seus projetos, oportunidade para a discussão de assuntos que geram em

torno de temas polêmicos e de amplo poder de influenciar na decisão do eleitorado. Uma vez observados os dispositivos legais que limitam as discussões políticas, pode-se, nesses espaços, convidar especialistas de áreas pertinentes ao assunto a ser abordado para intermediar essas discussões. Dessa forma, esses temas encontrariam um fórum de discussão onde, pelo menos, uma parcela do eleitorado teria um vislumbre da possível identificação entre ela e os candidatos que contemplam seus pontos de interesse.

Dessa forma se cumpriria o previsto por pensadores da área como Almeida Junior (1997, p. 92) no que se refere ao movimento pelo qual o bibliotecário deveria abandonar o “maniqueísmo profissional” que o leva à uma “postura apática e passiva” em prol da ampliação de sua função social passando a fazer parte integrante nos processos de “alteração e mudança de pensamentos e comportamentos” .

## REFERÊNCIAS

AGGIO, Camillo. Campanhas on-line: o percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992-2009. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

AGUIAR, Afrânio Carvalho. Derrubando-se as barreiras ao fluxo transfronteira do conhecimento. In: LUBISCO, Nídia M. L; TOUTAIN, Lídia M. B. Brandão. **Informação e informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 39.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. **O campo da ciência da informação: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil**. Florianópolis (SC), 2005. Disponível em: <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2010/10/ALMEIDA-Carlos-C%C3%A2ndido-de.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino**. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11170/1/2012\\_NeiliaBarrosFerreiradeAlmeida.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11170/1/2012_NeiliaBarrosFerreiradeAlmeida.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2014.

ALMEIDA JR., Oswaldo Francisco de. **Biblioteca Pública: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário**. São Paulo: Info Home. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/pessoais\\_conteudo.php?cod=9](http://www.ofaj.com.br/pessoais_conteudo.php?cod=9)>. Acesso em: 18 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Formação, formatação: profissionais da informação produzidos em série. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Formação do profissional da Informação**. São Paulo: Polis 2004. p.152 .

\_\_\_\_\_. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. p.99.

**ANÁLISE DE CONTEÚDO: A PROPOSTA DE LAURENCE BARDIN**. Disponível em: <<http://www.caleidoscopio.psc.br/ideias/bardin.html>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teoria matemática da comunicação e a questão da interdisciplinaridade. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Ciências Aplicadas**. v.16., n.2, p. 547-570, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revcesumar/article/download/1508/1342>>. Acesso em: 18 set. 2014.

ARAÚJO, Felipe. **Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/curiosidades/ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul/>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOP, Reinaldo. **História em movimento: do século XIX aos dias de hoje**. São Paulo: Ática, 2012.

AZIZ, Bruno. Charge. In: **A Tarde**. Salvador: 22 set. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A Condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: v. 16, nº 3, 2002. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000300010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000300010&script=sci_arttext)>  
Acesso em: 01 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (Org.). **Para entender a Ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 27.

\_\_\_\_\_. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v.8. n.4, 1994. Disponível em:  
<<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

BARROS, Mariana. Entrevista: Eduardo Jorge. In: **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ed. 2394, ano 47, n.41, 8 out. 2014.

BORGES, Jussara. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. In: **Participação política, internet e competências infocomunicacionais: evidências a partir de organizações da sociedade civil de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014.

\_\_\_\_\_; JAMBEIRO, Othon. Comunicação, *digital literacy* e participação política inter-relações, reciprocidades e determinações. In: **III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA)**. 2009. Disponível em:  
<[http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/borges\\_jambeiro.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/borges_jambeiro.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra; BECHER, André Roberto. Elites políticas e novas tecnologias: uma análise do uso da pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado nas eleições brasileiras de outubro de 2010. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

BRANDALISE, Carla. Camisas-Verdes: o integralismo no sul do Brasil. Rio de Janeiro: **Acervo**, v. 10, n. 2, jul./dez 1997. Disponível em:  
<<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/290/252>>. Acesso em: 12 mar. 2014. p. 17-36.

**UM BRASIL DIVIDIDO AO MEIO**. Disponível em: <  
[https://www.google.com.br/search?q=Mapa+do+Brasil+dividido+em+azul+e+vermelho+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+segundo+turno+2014.&espv=2&tbm=isch&imgil=xBZQnTrZXWDyMM%253A%253BkJfrNe2BPqipiM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fjornalalgn.com.br%25252Fnoticia%25252Fo-mapa-das-eleicoes-por-thomas-conti&source=iu&pf=m&fir=xBZQnTrZXWDyMM%253A%252CkJfrNe2BPqipiM%252C\\_&usg=\\_\\_Gw7N2h9YCS2lm7muk\\_1VvhEh7m8%3D&biw=1360&bih=667&ved=0CCo](https://www.google.com.br/search?q=Mapa+do+Brasil+dividido+em+azul+e+vermelho+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+segundo+turno+2014.&espv=2&tbm=isch&imgil=xBZQnTrZXWDyMM%253A%253BkJfrNe2BPqipiM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fjornalalgn.com.br%25252Fnoticia%25252Fo-mapa-das-eleicoes-por-thomas-conti&source=iu&pf=m&fir=xBZQnTrZXWDyMM%253A%252CkJfrNe2BPqipiM%252C_&usg=__Gw7N2h9YCS2lm7muk_1VvhEh7m8%3D&biw=1360&bih=667&ved=0CCo)>



Qyjc&ei=hi9pVNnhDYGpgwSsxYK4BA#facrc=\_&imgdii=\_&imgrc=34AYBCao0D8wEM%253A%3BhXNEfb96TNAzPM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.notisul.com.br%252Fupload%252Fimages%252FDilmaAecio.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.notisul.com.br%252Fn%252Fcolunas%252Fum\_brasil\_dividido\_ao\_meio-49779%3B480%3B176>. Acesso em: 16 de novembro de 2014.

BUCKLAND, Michael. **Entrevista**. InCID: R. Ci. Inf. Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 230-242, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/42344/46015>>. Acesso em 24 jan. 2014.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II**: da enciclopédia à Wikipédia. São Paulo: Zahar, 2003.

CABRAL, Otávio. **Dirceu**: a biografia: do movimento estudantil à Cuba, da guerrilha à clandestinidade, do PT ao poder, do palácio ao mensalão.3.ed. Rio de Janeiro. Record: 2013.

CAMARGO, Aspásia. A eleição como metáfora. In: A esquerda em questão. **Política Democrática – Revista de Política e Cultura**. Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, ano 1, n.0, out./dez. 2000. p. 39-66.

CAMARGO, Camila. **Camisas – Verdes na Internet**: a ideologia integralista do século XXI. Disponível em: <[http://www.cptl.ufms.br/hist/ndhist/Anais/Anais%202009/Artigos/GT04\\_historia\\_politica/1\\_camila\\_camargo\\_camisas\\_verdes\\_internet.pdf](http://www.cptl.ufms.br/hist/ndhist/Anais/Anais%202009/Artigos/GT04_historia_politica/1_camila_camargo_camisas_verdes_internet.pdf)> Acesso em: 15 de jul. 2014.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.12,n.1,p.148-207, jan./abr. 2007.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. Belo Horizonte (MG), V **ENANCIB**, 2003. Disponível em:

CARDOSO, Mauricio José d'Escragnolle. Peirce, Lacan e a questão do signo indicial. **Ágora**. v.15 n.1, p.3, Rio de Janeiro Jan./Jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982012000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982012000100011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 25 nov. 2014.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **História da república brasileira**: o governo Fernando Henrique (1995-1998). São Paulo: Editora Três, 1999.

CARRILLO, Carlos Alberto. **Memórias da Justiça Brasileira**. v. 3. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 2003.

CASAES, Vaner. **Eleições 2014 – Bahia**: emocionado, governador Jaques Wagner parabeniza aliados Rui Costa, João Leão e Otto Alencar pela vitória. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/10/eleicoes-2014-bahia-emocionado-governador-jaques-wagner-parabeniza-aliados-rui-costa-joao-leao-e-otto-alencar-pela-vez-vitoria.html>>. Acesso em 03 mai. 2015.

CASTELFRANCHI, Yuri. A curiosa vida política dos símbolos. **ComCiência -Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. 10. mar. 2006. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=11&id=74>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v.1. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2003.p.67.

CASTRO, Celso. **O golpe de 1964 e a instauração do regime militar**. CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>. Acesso em: 7 set. 2014.

CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque (1808-1964)**: a história contada por jornais e jornalistas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.

CIDADANIA: há 50 anos, Jango defendia reformas em comício na Central do Brasil. **Portal EBC**. Disponível em:<<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/ha-50-anos-jango-defendia-reformas-em-comicio-na-central-do-brasil>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

CLAUDE SHANNON. Disponível em: <<http://www.nyu.edu/pages/linguistics/courses/v610003/shan.html>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

CONFIRA 11 CURIOSIDADES SOBRE O CANTOR E EX-MINISTRO GILBERTO GIL. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2014/03/1432605-confira-11-curiosidades-sobre-o-cantor-e-ex-ministro-gilberto-gil.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

CONSTITUIÇÃO de 1822. In: **Infopédia**. Porto: Porto Editora. 2003-2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$constituicao-de-1822](http://www.infopedia.pt/$constituicao-de-1822)>. Acesso em: 16 fev. 2014.

COSTA, J. Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p.138-180.

CRUZ, Fábio Marques da. **O boato na bolsa de valores**: um estudo sobre as ações com maior volume financeiro entre 2007 e 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14481>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

DANTAS, Marcos. Apropriação da informação. In: \_\_\_\_\_. **Trabalho com informação**: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, 2012. Capítulo 6.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 2. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DEZ CURIOSIDADES SOBRE A BANDEIRA DO BRASIL. **Design culture**. Disponível em:<[http://www.designculture.com.br/bandeira\\_do\\_brasil/](http://www.designculture.com.br/bandeira_do_brasil/)>. Acesso em: 27 jul. 2014.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 25. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

EPSTEIN, Isaac. **O signo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia; DUMONT, Lígia Maria Moreira. O que informam as cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: o caso do Estado de Minas. Rio de Janeiro (RJ), **XIII ENANCIB (GT3)**, 2012. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8XNKCT/pati\\_1\\_.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8XNKCT/pati_1_.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

FAJARDO, Cláudio. **A volta e a posse de João Goulart** (Foto). Blog do Fajardo. Curitiba-PR. Disponível em: <<https://blogdofajardo.wordpress.com/2012/02/15/serie-historia-a-volta-e-a-posse-de-joao-goulart/>>. Acesso em 24 jan. 2014.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006. p . 185-217.

FERRARI, Márcio. Auguste Comte, o homem que quis dar ordem ao mundo. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/auguste-comte-423321.shtml?page=3>>. Acesso em: 28 set. 2014.

FERREIRA, Wilson. **O logo da novela da Rede Globo e a bomba semiótica da pararealidade**. Rio de Janeiro: JusBrasil / Pragmatismo Político. 2014.

FIALHO, Nádia. **Material didático**: aulas da disciplina Gestão da Educação, Processos e Medidas do Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) – UNEB / 2012.1. Salvador: Universidade Estadual da Bahia. Não publicado.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GATTONI, Juliana de Sordi. Significado dos símbolos dos partidos. **Diário do Grande ABC**. 5 de janeiro de 2014. Disponível em: <[ww.dgabc.com.br/Noticia/280073/significado-dos-simbolos-dos-partidos-?referencia=navegacao-lateral-detalle-noticia](http://www.dgabc.com.br/Noticia/280073/significado-dos-simbolos-dos-partidos-?referencia=navegacao-lateral-detalle-noticia)>. Acesso em: 5 jan. 2015.

GOMES, Henriette Ferreira. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, V. 29, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2000.

\_\_\_\_\_. A interligação entre comunicação e informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/jun10/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/jun10/Art_03.htm) >. Acesso em: 23 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Material didático**: aulas da disciplina Fundamentos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação. Salvador: Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal da Bahia. 02 de junho de 2014. Não publicado.

\_\_\_\_\_. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev08/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/fev08/Art_01.htm)> Acesso em: 05 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Palestra proferida no evento **Excelência em Biblioteca**. Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador: 2012. Não publicado.

GUERRA, Ichiro. **Campanha de Dilma Rousseff**. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/27783-campanha-de-dilma-rousseff#foto-448273>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

GUZZO, José Roberto. Dinheiro falso. In: **Veja**. São Paulo: Editora Abril. Ed. 2390, ano 47, n.37, 10. set. 2014.

HEYMANN, Luciana Quillet. Vargas, para além da vida: a carta-testamento e o legado de Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas2/artigos/alemdavida/cartatestamento>> Acesso em: 12 mai. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. **O método semiótico de pesquisa científica**. Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=33300&cat=Artigos&vinda=S>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

IASULAITIS, Sylvia. Modalidades de participação política em websites eleitorais: uma análise de fóruns de discussão com uma proposta metodológica. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

ILHARCO, Fernando. **Teoria da informação Shannon e Weaver**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/afonsorosario58/shannon-weaver-fernandoilharco>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

INAZAWA, Fernandez Kenji; BAPTISTA, Sofia Galvão. Modelo conceitual de comunicação da informação para estudos de interação informacional baseado em competências conversacionais em serviços de referência. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte. v.17, n.1, p. 169-184, jan./mar. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141399362012000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141399362012000100010&script=sci_arttext)> Acesso em: 23 ago. 2014.

IMAGENS DE BANDEIRA DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Bandeira+de+S%C3%A3o+Paulo&espv=2&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=MWKS VNjkLOy1sATJ6oKwAg&ved=0CCcQsAQ&biw=1366&bih=667>. Acesso em: 06 jan. 2014.

IMAGENS DA GRÃ CRUZ DA ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/search?q=gr%C3%A3+cruz+da+ordem+nacional+do+cruzeiro+do+sul&espv=2&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=H-atVMqsB4W8eNbwgaAB&ved=0CDcQsAQ&biw=1366&bih=667>> . Acesso em: 7 jan. 2014.

IMAGENS FHC. Disponível em:

<[https://www.google.com.br/search?q=fhc+imagens&espv=2&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=UQjUVPXfL8efgwSI9YCQDQ&ved=0CB4QsAQ&biw=1366&bih=667#imgdii=\\_&imgcr=uRN7VuA7jNyvoM%253A%3B9UGIjAt9Ud8mbM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.gazetadopovo.com.br%252Famazon%252Fs3%252Fflula\\_e\\_fhc\\_230214.jpg%253Fw%253D620%2526h%253D600%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.gazetadopovo.com.br%252Fvidapublica%252Fconteudo.phtml%253Fid%253D1449502%2526tit%253DSeparados-pelo-poder%3B620%3B474](https://www.google.com.br/search?q=fhc+imagens&espv=2&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=UQjUVPXfL8efgwSI9YCQDQ&ved=0CB4QsAQ&biw=1366&bih=667#imgdii=_&imgcr=uRN7VuA7jNyvoM%253A%3B9UGIjAt9Ud8mbM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.gazetadopovo.com.br%252Famazon%252Fs3%252Fflula_e_fhc_230214.jpg%253Fw%253D620%2526h%253D600%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.gazetadopovo.com.br%252Fvidapublica%252Fconteudo.phtml%253Fid%253D1449502%2526tit%253DSeparados-pelo-poder%3B620%3B474)>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2015.

IMAGENS DO REGIME MILITAR DE CASTELO BRANCO A MÉDICI. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/search?q=regime+militar+de+castelo+branco+a+m%C3%A9dici&espv=2&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=rSt9VPyrEsaHsQSFnIG4Cg&ved=0CDYQsAQ&biw=1360&bih=624>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto\\_de\\_Pesquisas\\_e\\_Estudos\\_Sociais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_de_Pesquisas_e_Estudos_Sociais)>. Acesso em: 11 out. 2014.

JAMBEIRO, Othon. Prefácio. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

JAMBEIRO, Othon. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2004.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.

JORNAL NACIONAL ENTREVISTA A PRESIDENTE REELEITA DILMA ROUSSEFF. Disponível: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/10/jornal-nacional-entrevista-presidente-reeleita-dilma-rousseff.html>> Acesso: 27 dez. 2014.

KANASHIRO, Marta. Bandeiras e os símbolos da política. **ComCiência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. 10. mar. 2006. Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=11&id=74>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

KOBASHI, Nair Yumiko. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**. Campinas: set./dez. 2003, p. 7-21. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1458/143>> Acesso em: 19 jun. 2014.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História geral e do Brasil: trabalho, cultura, poder**. 8. ed. São Paulo: Atual 2003.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**: no contexto da história ocidental. São Paulo: Atual, 2004.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIRA NETO, João de. **Getúlio**: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Getúlio**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. **Getúlio**: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

LUBISCO, Nídia M. L; TOUTAIN, Lídia M. B. Brandão. **Informação e informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 8-9.

MAGNO, Luciano. História da caricatura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2012.

**MAIS DE 50% DOS BRASILEIROS ESTÃO CONECTADOS À INTERNET**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/09/mais-de-50-dos-brasileiros-estao-conectados-internet-diz-pnad.html>> . Acesso em: 10.12.2014.

MANCHETE 25 ANOS. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1977.

MARKUN, Paulo. **Farol alto sobre as diretas (1969-1984)**. São Paulo: Benvirá, 2014. (Brado Retumbante, v.2).

\_\_\_\_\_. **Na lei ou na marra (1964-1968)**. São Paulo: Benvirá, 2014. (Brado Retumbante, v.1).

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SILVA, Fernando Wisse Oliveira; MATOS, Nina Ribeiro. Estratégias de comunicação política on-line: uma análise do perfil de José Serra no Twitter. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) Introdução. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo, Publisher Brasil, 2013.

MELO, Marcus André. Eleições serão definidas pelo “ignorante racional”. In: Costa, Ana Clara. **Veja.com/Economia**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/eleicoes-serao-definidas-pelo-ignorante-racional/>.

Acesso em: 04 out. 2014.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de. **A influência positivista nos primeiros anos da república**. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-RAFAEL.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

MELLO, Zuzá Homem de. **A era dos festivais**. Disponível em: <<http://institucravaalbin.com.br/projetos/catalogos-tematicos/no-palco-os-festivais/a-era-dos-festivais/>>. Acesso em: 7 set. 2014.

\_\_\_\_\_; SEVERIANO, Jairo. **85 anos de música brasileira**. v.2, São Paulo: Editora 34.

MENSAGEM SUBLIMINAR EM GERAÇÃO BRASIL CRIA POLÊMICA: Diversão e cultura. Disponível em: <[http://www.bonde.com.br/?id\\_bonde=1-2--25-20140506](http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-2--25-20140506)>. Acesso em: 17 out. 2014.

MERREL, Floyd. **A semiótica de Charles Peirce hoje**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminhos das civilizações: história integrada geral e do Brasil**. São Paulo: Atual, 1998.

MOREIRA, Solange Silva. O ícone e a possibilidade de informação. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp3p30>>. Acesso: 11 set. 2014.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/246/214>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da Informação e semiótica: conexão de saberes. **R. Electr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, 2º número esp., 2º sem. 2006 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/index>> Acesso em 02 set. 2013.

MUNDO ESTRANHO. São Paulo: **Abril**, ed. 127, ano 11, n.8. jul. 2012. p.50.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOGUEIRA, Samanta. **O que significam os símbolos dos partidos**. Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2014/03/noticias/politica/1481362-o-que-significam-os-simbolos-dos-partidos.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/03/noticias/politica/1481362-o-que-significam-os-simbolos-dos-partidos.html)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

NOVAES, Denise Queiroz. **A hierarquia semântica de conceitos em tesouros** (Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Belo Horizonte: 2009, 142f. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras\\_NovaesDQ\\_1.pd](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_NovaesDQ_1.pd)>. Acesso em: 04 ago. 2014.

OLIVEIRA, Amanda L. A mediação da informação como experiência de negociação de sentidos. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2011.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: **Datagramazero-Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro. v. 11,n.2, abr. 2010. Disponível em: < [http://www.dgz.org.br/abr10/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/abr10/Art_03.htm)> Acesso em: 01 jul. 2014.

PACHECO, Paulo. **Petistas veem mensagem pró PSDB e PSB em nova novela das sete**. Disponível em: < <http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/petistas-veem-mensagem-subliminar-em-novela-da-globo-3263>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

PASSOS, Clarissa. **52 coisas que você não sabia sobre a ditadura militar brasileira**. Disponível em: <<http://www.buzzfeed.com/clarissapassos/52-coisas-que-voce-nao-sabia-sobre-a-ditadura-militar-brasil#2zj4fye>>. Acesso em: 7 set. 2014.

PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano. Panorama: eleições 2014. **Veja**. São Paulo: Ed. Abril, ed. 2386, ano 47, n.33, 13 ago. 2014.

PEREIRA, Merval. **O lulismo no poder**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PINHEIRO, Márcio; SEREZA, Haroldo Ceravolo. **Especial Eleições 1989**. São Paulo: UOL Notícias (17/12/ 2009). Disponível em:<<http://noticias.uol.com.br/especiais/eleicoes-1989/ultnot/2009/12/17/ult9005u14.jhtm>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

PINHO, José Antonio Gomes de. Participação social na internet: reflexões sobre os caminhos para a criação de competências infocomunicacionais na realidade brasileira. In: **Seminário de Competências Infocomunicacionais e Participação Social**. Salvador (BA): UFBA, 2012.

PINSKY, Jaime. O Brasil nas relações internacionais. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1969.

PINTO, José Nêumane. **O que sei de Lula**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.

PONTES, Érica. **Mudanças na Lei Eleitoral**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.metodista.br/cidadania/numero-36/mudancas-na-lei-eleitoral>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

PRADO, Eduardo. **Collectaneas**. São Paulo: Escola Typográfica Salesiana, 1906.

PRADO, Antonio Carlos; ORTIZ, Elaine; WEISS, Ana. A herança de chumbo. In: **ISTOÉ**. São Paulo: Editora três, 2 abr. 2014, ano 38, n.2314.

PRIMO, Alex. Interação mútua. In: \_\_\_\_\_. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. Cap. 3.

RAMOS, Cleidiana. Internet esquentada arena do direito eleitoral: Facebook, Twitter, WhatsApp, YouTube e outras ferramentas online são alvo de ações judiciais por todo o Brasil. In: **A tarde/Tecnologia**. Salvador: 7 set. 2014.



RAYWARD, W. B. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.4, p.289-300, 1997. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/rayward.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2013.

REVOLTAS POPULARES NO BRASIL 1968. **Caros Amigos**. São Paulo: Editora Caros Amigos. Coleção Revoltas Populares no Brasil.2014.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília-DF,2003.Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=UJEbruG0tyYC&pg=PA18&lpg=PA18&dq=O+ruido+na+Ci%C3%A2ncia+da+informa%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=zi3ssrREIf&sig=j-7aHYM4gjjRQdl\\_exFiqR2Jb7s&hl=pt-BR&sa=X&ei=qyT5U-e3JMvLsQSbxYDwDg&ved=0CC4Q6AEwAg#v=onepage&](http://books.google.com.br/books?id=UJEbruG0tyYC&pg=PA18&lpg=PA18&dq=O+ruido+na+Ci%C3%A2ncia+da+informa%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=zi3ssrREIf&sig=j-7aHYM4gjjRQdl_exFiqR2Jb7s&hl=pt-BR&sa=X&ei=qyT5U-e3JMvLsQSbxYDwDg&ved=0CC4Q6AEwAg#v=onepage&)> . Acesso em: 23 ago. 2014.

ROCHA, Lauro. **Mário Covas: propaganda política**. Disponível em:< <https://pt.scribd.com/doc/89397585/5/memoria-do-palanque>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já: o grito preso na garganta**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Bruno César; CRIPPA, Giulia. A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural? **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte. v. 16, n.1, mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362011000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000100004)> Acesso em: 18 jan. 2015.

SALGADO, Graça. **Arquivo Nacional – 150 anos: visão histórica**. Rio de Janeiro: Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), 1988.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

\_\_\_\_\_. **A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANTOS, Jovenice Ferreira. **Desmitificando a monografia**. Salvador, EDUNEB, 2012.

SCHLEGEL, Rogério. A história em prateleiras: o que existe nos arquivos militares. In: 50 anos do golpe: a ditadura militar no Brasil. **Aventuras na História**. São Paulo, Abril, 2014.

SERPA, Marcelo. **Eleições espetaculares**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

SHIKIDA, Aparecida Maciel da Silva; MOURA, Maria Aparecida. Memória e redes sociais: informação e conhecimento em relatos orais. **VIII ENANCIB 2007**. Disponível em:<<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--132.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

- SILVA, Armando M. **Mediações e mediadores em Ciência da Informação**. Prisma. Com, n. 9, 2010.
- SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000.
- SILVEIRA, Joel. **A feijoada que derrubou o governo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2004. (p.157).
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil, de Getúlio à Castelo: 1930-1954**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1967.
- SOUSA, Rainer. **Governo Jânio Quadros**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/governo-janio-quadros.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2015.
- TALENTO, Biaggio. As eleições das reviravoltas. In: **A Tarde**. Eleições: vota Bahia. Salvador-BA: 6 out. 2014.
- TECNOLOGIA E GAMES. **Mais de 50% dos brasileiros estão conectados à internet, diz PENAD**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pnad-resultados-2013/index.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.
- TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (Org.). Representação da informação visual segundo a ontologia da semiótica. In: **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- VARELA, Aida Varela. **Informação e construção da cidadania**. Brasília. Thesaurus, 2007.
- VASCONCELOS, Levi; LIMA, Luis Fernando. Opinião: tempo presente. In: **A Tarde**. Salvador: 6 out. 2014.
- VIA EXPRESSA. Campanha salarial 2013. **Via Expressa**: Boletim Oficial do SINTEPAV (BA). Salvador: Ano VIII, n.56, 2013.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mudar... para manter tudo como está. In: **História Viva**. Dossiê: o voto no Brasil. São Paulo, Duetto Editorial, Ano XI, n.132, 2014. 30.
- VOLLI, Ugo. **Manual de semiótica**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- WARREN WEAVER (1894-1978). Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/WarenWea.html>>. Acesso em: 17 ago. 2014.
- WERNECK, Humberto. **Chico Buarque letra & música**. São Paulo: Companhia das letras, 1979. Disponível em:<[http://www.chicobuarque.com.br/letras/notas/n\\_apesarde.htm](http://www.chicobuarque.com.br/letras/notas/n_apesarde.htm)>. Acesso em: 7 set. 2014.

ANEXOS

ANEXO A – Instruções para eleições no Brasil previstas para 1824

INSTRUÇÕES, A QUE SE REFERE O REAL DECRETO DE 3 DE JUNHO DO  
CORRENTE ANNO QUE MANDA CONVOCAR UMA ASSEMBLÉA GERAL  
CONSTITUINTE E LEGISLATIVA PARA O REINO DO BRASIL

CAPÍTULO I  
DAS ELEIÇÕES

1. As nomeações dos deputados para a Assembléa Geral Constituinte do Brasil serão feitas por Eleitores de Paróquia.

2. Os Eleitores, que hão de nomear os deputados, serão escolhidos directamente pelo Povo de cada uma das Freguezias.

3. As Eleições de Freguezias serão presididas pelos Presidentes das Camaras com assistencias dos Parochos.

4. Havendo na Cidade ou Villa mais de uma Freguezia, será a Presidência distribuída pelos acuais Vereadores da sua Camara, e na falta destes pelos transactos.

5. Toda Povoação ou freguezia, que tiver até cem fogos, dará um Eleitor; não chegando a duzentos, porém si passar de 150, dará, dous; não chegando a 300 e passar de 250, dará três, e assim progressivamente.

6. Os Parochos farão affixar nas portas das suas Igrejas Editaes, por onde conste o número de seus fogos, e ficam responsáveis pela exactidão.

7. Têm direito a votar nas Eleições Parochiaes todo o Cidadão casado e todo aquelle que tiver de 20 annos para cima sendo solteiro, e não for filho família. Devem, porém todos os votantes ter pelo menos um anno de residência na Freguezia onde deram o seu voto.

8. São excluídos do voto todos aquelles que receberam salários ou soldadas por qualquer modo que seja. Não são comprehendidos nesta regra unicamente os Guarda-Livros e 1<sup>os</sup>, caixeiros de casa de commercio, os criados da Casa Real, que não forem de galão branco, e os Administradores de fazendas ruraes e fabricas.

9. São igualmente excluídos de voto os Religiosos Regulares, os Estrangeiros não naturalizados e os criminosos.

## CAPITULO II

### DO MODO DE PROCEDER ÀS ELEIÇÕES DOS ELEITORES

1. No dia aprazado para as eleições paroquias, reunidos na Freguezia o respectivo Povo, celebrará o Parocho Missa solemne do Espírito Santo, e fará, ou por elle, um discurso análogo ao objeto e circunstancias.

2. Terminada esta Cerimônia Religiosa, o Presidente, o Parocho e o Povo se dirigirão às Casas do Conselho, ou às que melhor convier, e tomando os ditos Presidente e Parocho assento à cabeceira de uma Mesa, fará o primeiro, em voz alta e intelligível, a leitura dos Capítulos I e II destas Instrucções. Depois proporá dentro os circumstantes os Secretários e os Escrutinadores, que serão aprovados ou rejeitados por aclamações do Povo.

3. Na Freguezia que tiver até 400 fogos inclusive, haverá um Secretário e dous escrutinadores; e nas que tiverem dahi para cima, dous Secretários e tres Escrutinadores. O Presidente, o Parocho, os Secretários e os Escrutinadores formam a Mesa ou Junta Parochial.

5. Não havendo, porém, accusação, começará o recebimento das listas. Estas deverão conter tantos nomes quantos são os Eleitores que tem que dar aquella Freguezia: serão assignadas, pelos votantes, e reconhecida a identidade pelo Parocho. Os que não souberem escrever chegar-se-hão à Mesa e, para evitar fraudes, dirão ao secretário os nomes daquelles em quem votam este formará a lista competente, que depois de lida será assignada pelo votante com uma Cruz, declarando o Secretário ser aquele o signal de que usa tal indivíduo.

6. Não pôde ser Eleitor quem não tiver (além das qualidades requeridas para votar) domicilio certo na Provincia, há quatro annos inclusive pelo menos. Além disso deverá ter 25 annos de idade, ser homem probó e honrado, de bom entendimento, sem nenhuma sombra de suspeita e inimisade à Causa do Brazil, e de decente subsistência por emprego, ou industria, ou bens.

7. Nenhum Cidadão poderá escusar-se da nomeação, nem entrar com armas nos lugares das Eleições.

## CAPÍTULO III

### DO MODO DE APURAR OS VOTOS

1. Recolhidas, contadas e verificadas todas as listas, a Mesa apurará os votos applicando o maior cuidado e exacção neste trabalho, distribuindo o Presidente as letras pelos Secretarios e escrutinadores, e elle mesmo lendo os nomes conteúdos nas mencionadas listas.

2. Terminada a apuração destas, proceder-se-ha á conta dos votos, e o Secretário formará uma relação de todos os sujeitos que os obtiveram, pondo o número em frente do nome. Então o presidente e a Mesa, verificando si os que alcançaram a pluralidade possuem os requisitos exigidos e demarcados no § 60 do capítulo II, os publicará em alta voz. No caso de empate decidirá á sorte.

3. O acto destas Eleições é sucessivo; as dúvidas que ocorrerem serão decididas pela mesa, e a decisão será terminante.

4. Publicado os eleitores, o Secretário lhe fará immediatamente ávido para que concorram à casa onde se fizeram as Eleições. Entretanto lavrará o Termo dellas em livro competente, o qual será por elle sobrescripto, e assignado pelo Presidente, Parocho e Escrutinadores. Deste se extrahirão as cópias necessárias, igualmente assignadas, para se dar uma a cada Eleitor, que lhe servirá de Diploma, remetter-se uma á Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil e uma ao Presidente da Camara das Cabeças de Districto.

[...]

6. Reunidos os eleitores, os Cidadãos que formaram a Mesa, levando-os entre si e acompanhados do Povo, se dirigirão a Igreja Matriz, onde se cantará um Te-Deum solemne. Fará o Parocho todas as despezas de altar e as camaras todas as outras; bem como proverão de papel e livros todas as juntas todas as juntas Parochiaes.

7. Todas as listas de votos dos Cidadãos serão fechadas e selladas, e remettidas com o Livro das Actas ao Presidente da Camara da Comarca para serem guardadas no Arquivo della, pondo-se-lhe rotulos por fôra, em que se declare o número das listas, o ano e a Freguezia, acompanhado tudo de um officio do Secretário da Junta Parochial.

8. Os Eleitores dentro de quinze dias depois da sua nomeação, achra-se-hão no Districto que lhes foi marcado. Ficarão suspensos pelo espaço de 30 dias, contados da sua nomeação, todos os processos civis em que elles foram autores ou réus.

9. Todas essas ações serão praticadas a portas abertas e francas.

[...]

Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1823.

[...]

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Constituição pertencer, que a jurem, e façam jurar, a cumpram, e faça cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contem. O Secretario de Estado dos Negócios do Império a façam imprimir, publicar e correr.

Desta cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e cinco de Março de mil oitocentos e vinte quatro, terceiro da Independência e do império.

IMPERADOR Com Guarda.

## ANEXO B – Decreto de 17 de novembro de 1823

### DECRETO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1823

Manda proceder às eleições para Deputados á Assembleia Geral Constituinte e Legislativa.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Eleições

[...]

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos membros dos Conselhos Geares das Províncias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art.91. Têm votos nestas Eleições Primárias.

I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos.

II. Os estrangeiros naturalizados.

Art.92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachareis Formados, E Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entra os Guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que viviam em Communidade claustral.

V. Os que não tiveram renda líquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

Art.93. Os que não podem votar nas Assembléas Primárias de Parochia não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art.94. Podem ser Eleitores, e votar nas eleições dos Deputados, Senadores e Membros dos Conselhos de Provincia todos os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuão-se:

I. Os que não tiverem de renda líquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos

III. Os criminosos pronunciados em querela ou devassa.

Art.95. Todos os que podem ser Eleitores, são habeis para serem nomeados Deputados.

Exceptuam-se:

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art.96. Os Cidadãos Brasileiros, em qualquer parte que existam, são elegíveis em cada distrito eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quanto não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.

Art.97. Uma Lei regulamentar marcará o modo práctico das eleições, e o número dos Deputados relativamente á população do Império.



## ANEXO C – Instruções para eleições no Brasil previstas para 1824

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso

peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. “Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”. (HEYMANN, 2012, p.1).

ANEXO D - Ação civil pública por ato de improbidade administrativa.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS/TO**

**URGENTE  
PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, pelo Promotor de Justiça que ao final assina, fulcrado no artigo 129, inciso III e artigo 37, § 4º, da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 8.429/92, vem perante esse Juízo propor

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA**

em face de

**JOSÉ SANTANA NETO**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Colinas do Tocantins (mandato 2009/2012), portador do CPF nº 303.199.861-87, com endereço conhecido na Rua Presidente Dutra, 263, centro (Prefeitura), Colinas do Tocantins/TO, pelos fundamentos de fato e de direito que seguem:

## ***I – DOS FATOS***

O requerido é o Prefeito Municipal de Colinas do Tocantins, com o mandato de 2009 a 2012.

Cediço que desde o ano de 1989 o mesmo é filiado ao Partido dos Trabalhadores, cujas cores tradicionais são o vermelho e o branco.

No ano de 2009 foi aprovada a Lei Municipal 1045/09, que determinava as cores oficiais do município como sendo verde, amarelo, azul e branco, as mesmas cores da bandeira do município de Colinas do Tocantins.

Acontece que o requerido, mesmo sabendo da obrigatoriedade de ser usar as cores oficiais do município nos prédios públicos e atos concretos de gestão, iniciou o uso indiscriminado das cores do seu partido político, ferindo assim de morte os princípios administrativos da impessoalidade e moralidade, além de fazer campanha eleitoral de forma subliminar, tudo com dinheiro público.

Tal campanha do uso da cor vermelha pela administração pública tomou força extrema no final do ano de 2011 e início do ano de 2012, isto é, menos de um ano para as eleições municipais onde o requerido pretende sua reeleição.

[...]

Foram confeccionados uniformes escolares para os alunos das escolas municipais e para os servidores do município, tudo na cor vermelha e branca, os prédios públicos municipais são identificados por banners de cor predominante vermelho e branco, os veículos do município são geralmente brancos ou prata, onde foi passada uma grande faixa vermelha, o ginásio municipal e o estádio são pintados de branco e vermelho, o site oficial do município é na cor predominante branco e vermelho, e em todos os documentos e atos de propaganda do município usa-se um logotipo próprio do Prefeito, e nunca o brasão oficial do município.

[...]

## **II. 4 DA VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS DA IMPESSOALIDADE E MORALIDADE**

### **1) Das cores oficiais do município de Colinas do Tocantins**

Os símbolos municipais, quaisquer que sejam, criam a relação de identidade do município perante a comunidade.

Tais símbolos devem ser concebidos sem vinculação à ideologia política do administrador, mas sim respeitando os valores das pessoas que compõem a comunidade.

A possibilidade dos símbolos deita raízes na própria Constituição Federal de 1988:

*Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.*

*§1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.*

*§2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.*

Em razão do permissivo constitucional, o município de Colinas do Tocantins aprovou a Lei Municipal 1045/09 de 21 de agosto de 2009 (fls. 18 do procedimento) que já diz em sua ementa:

*Institui as cores oficiais do Município de Colinas do Tocantins e dá outras providências.*

Já em seu corpo diz:

*Art. 1º - Fica instituído que as cores oficiais do Município serão as que compõem a sua Bandeira, quais sejam: **amarelo, verde, branco e azul.***

*Art. 2º - Fica ainda estabelecido que as sedes definitivas ou provisórias de todos os órgãos e departamentos públicos municipais não poderão ser pintados tanto no exterior quanto na parte interna com cores que não sejam as oficiais do Município de Colinas do Tocantins, definidas nesta lei.*

*Art. 3º - Cabe ao Poder Executivo fiscalizar o cumprimento desta Lei evitando que seus respectivos órgãos e departamentos sejam identificados de forma errônea no que diz respeito às cores.*

Demonstrado desta forma, com uma clareza solar, que as cores do município de Colinas do Tocantins são AMARELO, VERDE, BRANCO E AZUL, devendo, conforme o art. 3º da Lei Municipal 1045/09 (fls. 18 do procedimento) o Prefeito Municipal, ora réu, observar o cumprimento da lei para evitar a identificação do município com outras cores.

A própria tramitação da lei (fls. 06/17 do procedimento) demonstram uma curiosidade na criação da lei municipal 1045/09. O projeto inicial de Lei, apresentada pelo Vereador Ricardo Alves de Sousa previa as cores oficiais como sendo amarelo, verde, branco e azul, sob a justificativa que se tratava das mesmas cores da bandeira municipal, elemento este de identidade das cores propostas com o município de Colinas do Tocantins. O parecer da CCJ (fls. 08) revelou este propósito: *Quanto ao mérito, a propositura apresenta-se relevante, uma vez que foi criada a Bandeira Oficial do Município de Colinas do Tocantins, numa busca por garantir que a história do município fica (sic) enraizada e baseada em seus símbolos, evitando assim que os cidadãos percam ligação emocional e histórica com o Município, facilitando inclusive a identificação das cores oficiais estampadas na Bandeira de nossa cidade.*

Com o andamento da proposta de lei, três vereadores, entre eles a atual Deputada Estadual Amália Maria Santana da Silva, que curiosamente é irmã do Prefeito, ora réu, propôs emenda modificativa para que o gestor, pudesse usar outras cores para identificar os órgãos públicos, sob o argumento de que: *Todo gestor quando assume seu*

*mandato, tem o direito de fazer uso de símbolos que indiquem seu governo, como a adoção de logotipos, brasões, lemas, frases de efeito e até mesmo uso de cores nos órgãos públicos(...).* A emenda modificativa é a própria criação do princípio administrativo da pessoalidade, de tão aberrante que é.

Aí fica uma pergunta, porque a permissão do uso de outras cores pelo Prefeito? Há, é verdade... O nobre Prefeito é filiado ao Partido dos Trabalhadores (informação da Justiça Eleitoral às fls. 19), que tem suas cores históricas o vermelho, e a lei Municipal não tem o vermelho entre suas cores oficiais.

Com muita sensatez a Câmara de Vereadores rejeitou a emenda modificativa proposta pela irmã do réu.

Indo o Projeto de Lei para sanção, o réu vetou sob o argumento de que acarretaria gastos com a pintura dos prédios e que o uso de outras cores é conseqüência da liberdade de expressão, sendo que o vermelho (PASMEN) não tem conotação partidária, significando apenas *vida, sangue, ser humano* (fls. 14, 3º parágrafo).

O veto foi derrubado pela Câmara Municipal, sendo assim aprovada a Lei.

Dessa forma, ficou estabelecido que as cores municipais seriam o amarelo, verde, branco e azul.

## **2) Das cores do partido político ao qual o requerido é filiado**

Como dito alhures, o nobre Prefeito Municipal é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), conforme informação da Justiça Eleitoral de fls. 19/20, filiação esta que data desde o longínquo ano de 1989.

É sabido por qualquer ser pensante que o símbolo do PT é uma estrela (reforçado pelo jingle *Lula lá, brilha uma estrela, Lula lá*) e que suas cores são unicamente o vermelho e o branco.

### **3) Das cores usadas pelo gestor nos prédios públicos (placas indicativas)**

Mesmo com a Lei Municipal que proíbe o uso de outras cores, o nobre Prefeito identificou quase todos órgãos públicos nas cores branco e vermelho, coincidentemente as cores do seu partido político.

[...]

Ouvida a Secretária de Administração do Município (fls. 76), sra. Maurivan de Souza Nunes Carvalho, aduziu que no ano de 2009 foi iniciada a padronização do município, que incluía placas, veículos, papel timbrado, uniformes entre outros. Que na padronização foram escolhidas as cores predominantes branco e vermelho, **que acredita que quem escolheu as cores foi o Prefeito e sua Assessoria de Comunicação.**

[...]

O motivo do veto perde toda sua força visto que a aquisição de tintas para pinturas de prédios públicos foram na grande maioria posteriores à aprovação da Lei Municipal (fls. 300/323).

### **4) Das cores usadas pelo gestor nos uniformes escolares e uniformes dos servidores públicos**

O mesmo que ocorreu com as placas ocorreu com os uniformes escolares e dos servidores municipais.

Conforme oitivas de fls. 74/79, **no final do ano de 2011 e início do ano de 2012** a administração distribuiu uniformes a todos os servidores. Tais uniformes são de **uso obrigatório** pelos servidores.

Curiosamente, as cores dos uniformes são **branco e vermelho**, conforme demonstrado nas fotos de fls. 27, 35, 40 e 49.



O uniforme também foi criado na gestão do atual prefeito, utilizando até mesmo seu símbolo próprio de gestão (layout às fls. 324).

Os uniformes escolares chegaram nas escolas no **final do ano de 2011** e foram distribuídos aos alunos para o ano letivo de **2012**, conforme declarações dos diretores escolares Ângela Maria Ferrari (fls. 78) e Francismá Bispo da Silva (fls. 79).

Os uniformes escolares também são nas cores **branca e vermelho**, conforme fotografias de fls. 38 e 45/47, bem como layout de fls. 324.

Tal propósito tem o nítido caráter de se firmar as cores do partido do prefeito nas eleições municipais de **2012**, onde o mesmo é pretense candidato à reeleição.

[...]

#### **5) Das cores usadas pelo gestor nos veículos oficiais do município**

Até os veículos oficiais foram adesivados para predominar a cor vermelha.

Como exemplo, conseguimos flagrar a Kombi placa MVT 7100 (fls. 29), que é branca e foi pintada parcialmente de vermelho, o ônibus escolar que também é branco e foi pintado parcialmente de vermelho (fls. 34), e a caminhonete Hilux da Secretaria de Obras e Urbanismo que é prata, mas foi adesivada parcialmente de vermelho (fls. 51).

[...]

#### **6) Das cores usadas pelo gestor no site e propaganda oficial**

Até o material de propaganda e o site oficial do Município de Colinas do Tocantins não respeitam as cores oficiais do município.

Verifica-se pelo convite para as comemorações do aniversário de 52 anos da cidade de Colinas do Tocantins (fls. 22) o grafismo predominante da cor vermelha.

[...]

#### **7) Das cores usadas pelo gestor nas festividades de comemoração do aniversário de 52 anos de Colinas do Tocantins**

[...]

Na festa, ocorrida no mês de **abril de 2012**, não se viu as cores do município, e sim **um mar vermelho e branco**.

A bandinha era toda **vermelha e branca** (fls. 90). O trenzinho (fls. 90) era composto de integrantes vestidos de **vermelho**. O desfile das escolas, os alunos estavam de **vermelho e branco** (fls. 91). A única coisa que não era vermelha e branca (**pelo menos ainda não**) era a bandeira do município, mas a mesma estava sendo carregada por uma porta-bandeira vestida de **vermelho** e em um carro alegórico todo em **vermelho e branco**, sendo que inclusive os balões eram nas cores **vermelho e branco** (fls. 91). O desfile do secretariado e dos alunos (fls. 92/95) era composto de pessoas vestidas de **vermelho e branco**. Até o desfile das bailarinas também era de crianças vestidas de **branco e vermelho**, balançando graciosas fitinhas nas cores **branca e vermelha** (fls. 93).

Para ser mais vermelho, só faltou o Prefeito Municipal dar as mãos a seus correligionários e sair pela cidade cantarolando a célebre música de Fafá de Belém:

*A côr do meu batuque  
Tem o toque, tem o som  
Da minha voz  
Vermelho, vermelhaço  
Vermelhusco, vermelhante  
Vermelhão...*

*O velho comunista se aliançou  
Ao rubro do rubor do meu amor  
O brilho do meu canto tem o tom  
E a expressão da minha côr  
Vermelho!...*

*Meu coração é vermelho  
Hei! Hei! Hei!  
De vermelho vive o coração  
He Ho! He Ho!  
Tudo é garantido  
Após a rosa vermelhar  
Tudo é garantido  
Após o sol vermelhecer...*

*Vermelhou o curral*  
*A ideologia do folclore*  
*Avermelhou!*  
*Vermelhou a paixão*  
*O fogo de artifício*  
*Da vitória vermelhou...*

E o pior, Excelência, é que tudo isso foi custeado com dinheiro público, a um custo aparente de **R\$ 59.503,00**, conforme se extrai dos documentos de fls. 120/143.

[...]

#### **8) Do uso indiscriminado do símbolo pessoal da gestão**

Embora o Município tenha seus símbolos oficiais, o ora réu insiste em usar um símbolo pessoal em todos os documentos, uniformes de servidores, de alunos, faixas de prédio, etc.

O símbolo é o seguinte:



Tal fato gera grave prejuízo ao erário e fere de morte o princípio da impessoalidade, bem como norma expressa da Constituição Federal.

Diz o art. 37, § 1º da CRFB/88:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,*

*impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, **dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.***

[...]

Nada justifica o requerido usar símbolo pessoal em todos os atos oficiais e colorir tudo de vermelho e branco.

Tais cores, como já bem dito acima, não representam as cores do município de Colinas do Tocantins e sim as cores do partido do Prefeito Municipal, ora réu.

O ano de 2012 é de eleições municipais, sendo fato público e notório, até ao maior dos ignorantes, que o atual Prefeito é pré-candidato à reeleição.

Colocando as faixas dos órgãos públicos de vermelho, o uniforme dos servidores municipais e alunos em vermelho e branco, os carros em vermelho e branco, trás para o eleitor a identificação entre a administração pública e a pessoa do candidato José Santana Neto (Santana do PT).

[...]

*AÇÃO CIVIL PÚBLICA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – **É impróprio, anômalo e irregular, o dispêndio de recursos públicos para custeio de promoção pessoal do Chefe do Executivo. Comprovado que o ato se enquadra em improbidade administrativa, aplicam-se as sanções previstas na Lei 8.429/92 (Apelação Cível nº. 1.0133.02.002873/001, Rel. Des. Francisco Figueiredo, 2ª. Câmara Cível, j. 14/06/2005, p. 01/07/2005).***

Na mesma esteira o TSE:

*"o uso de cores pode vir a ser fator de identificação, dependendo da maneira pela qual é feita essa associação. Assim, o uso sistemático de uma cor ligada a uma pessoa, candidato, administração, partido político, etc. pode vir a ser equiparada aos conceitos de imagem ou símbolo para efeitos no disposto no § 1º do art. 37 da Constituição da República, ou seja, sua utilização pode vir a configurar quebra da impessoalidade, que deveria ser observada nas propagandas institucionais" (TSE. Recurso Especial Eleitoral n. 19.492. Relator Min. Fernando Neves).*

[...]

Em sede de pedido liminar cumulativo, impõe-se também outras obrigações, consistentes em: **1) obrigação de fazer**, para: (a) obrigar o requerido, **às suas expensas**, a retirar imediatamente a pintura em cor vermelha de todo e qualquer órgão público, (b) retirar as cores vermelhas de todos os banners que indicam órgãos públicos, (c) retirar a cor vermelha (quando não original do veículo) de todos os carros oficiais ou a serviço da Prefeitura Municipal, (d) retirar a cor vermelha de todas as placas indicativas de obras ou de propaganda oficial, inclusive outdoor; (e) retirar o logotipo pessoal de qualquer material de propaganda ou ato oficial do governo, inclusive das placas indicativas de obra e de secretarias ou escolas, (f) readequar o site oficial da Prefeitura para constar a predominância das cores oficiais do município, (g) recolher os uniformes de todos servidores do município que contenham a cor vermelha, (h) recolher as camisas distribuídas por ocasião do aniversário de 52 anos de Colinas do Tocantins, visto ter sido endereçadas a servidores e estudantes das escolas públicas, (i) usar somente as cores oficiais do município para a confecção de placas, caracterização dos veículos ou qualquer ato de governo; **2) obrigação de não fazer**, para que o requerido se abstenha de realizar qualquer tipo de pintura em bens públicos com as cores utilizadas em sua campanha eleitoral de 2008, qual seja, vermelho. Deixo de requerer o recolhimento dos uniformes escolares, visto que a medida causará grande prejuízo aos alunos, pois muitos sequer possuem roupas para ir à escola.

Quanto a reversibilidade, não há maior prejuízo, pois o vermelho nos veículos são adesivos e a retirada das placas não importa sua destruição. Pode optar também o requerido pela substituição provisória por faixas de tecido (que possuem custo reduzido) ou a pintura parcial dos banners que já existem. Quanto aos uniformes, também a medida é reversível, pois implica somente o recolhimento.

[...]

Assim sendo, com base na robusta prova documental carreada aos autos e a indiscutível necessidade de celeridade no provimento jurisdicional requerido, em vistas a evitar a ocorrência de prejuízo a instrução probatória do feito, bem como a dilapidação do patrimônio público municipal, é a presente para requerer a antecipação de tutela, com fundamento nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil c/c art. 20, parágrafo único da Lei nº. 8.429/92, no sentido de que seja determinada o **IMEDIATO AFASTAMENTO DO CARGO PÚBLICO DO RÉU JOSÉ SANTANA NETO**, sem prejuízo da remuneração, até provimento jurisdicional final, nos termos do artigo 20 da Lei 8.429/92.